

# PREGÃO ELETRÔNICO

90011/2025

## CONTRATANTE (UASG)

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FERNANDES FIGUEIRA (254447)

## OBJETO

SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - INTERVENÇÕES TÉCNICAS, APLICAÇÃO DE PEÇAS/MATERIAIS DE REPOSIÇÃO /SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, CALIBRAÇÃO, TESTES DE DESEMPENHO E SEGURANÇA E DEMAIS SERVIÇOS RELACIONADOS AOS EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES DA INSTITUIÇÃO.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO SIGILOSO

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/02/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço]

## MODO DE DISPUTA:

[aberto]

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[NÃO]

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



**IFF**

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i> .....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	13
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	15
10. DOS RECURSOS .....	16
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	17
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	19
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	20



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL  
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

**INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
FERNANDES FIGUEIRA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025**

**(Processo Administrativo nº 25384.001184/2024-74)**

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz, por meio do **INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FERNANDES FIGUEIRA**, sediado na Av. Rui Barbosa, 716 Bairro: Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é **SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - INTERVENÇÕES TÉCNICAS, APLICAÇÃO DE PEÇAS/MATERIAIS DE REPOSIÇÃO /SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, CALIBRAÇÃO, TESTES DE DESEMPENHO, SEGURANÇA E DEMAIS SERVIÇOS RELACIONADOS AOS EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES DA INSTITUIÇÃO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. **CASO DE DISCORDÂNCIA EXISTENTE ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DESTES OBJETOS DESCRITAS NO SISTEMA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS E AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTES EDITAIS, PREVALECERÃO ÀS ÚLTIMAS.**

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

**Processo nº 25384.001184/2024-74 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90011/2025-IFF**



devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio, pois a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica;
- 2.6.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL  
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

3.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

3.3. A justificativa para o orçamento sigiloso é evitar que as propostas dos licitantes gravitem em torno do valor estimado pela administração, incentivando assim a apresentação de propostas mais competitivas e realistas. Isso é especialmente útil em certames com concorrência reduzida, onde o conhecimento prévio do orçamento pode influenciar negativamente as ofertas. Além disso, o sigilo do orçamento não prevalece para os órgãos de controle interno e externo, garantindo a transparência e a fiscalização adequada do processo.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL  
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou **Erro! Fonte de referência não encontrada.** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.





Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.14. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.





Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL  
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.18.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - 6.18.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
  - 6.18.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;
  - 6.18.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.
- 6.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - 6.19.2 empresas brasileiras;
  - 6.19.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 6.19.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL  
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.6.1 **[indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];**

7.7. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1 conter vícios insanáveis;

7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.11.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.11.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.11.3 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11.4



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL  
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

7.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.13.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.13.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.13.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.14.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.16. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.16.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;



7.16.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.16.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.16.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.17. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.18. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.19. O pregoeiro de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.20. O pregoeiro de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.21. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia digitalizada.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas)** horas, para:

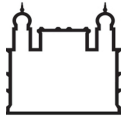
8.12.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.12.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.





Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL  
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

8.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **15** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **15** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **15** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

9.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

**Processo nº 25384.001184/2024-74 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90011/2025-IFF**





Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL  
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.9.1 Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

9.10. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

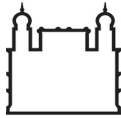
10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**Processo nº 25384.001184/2024-74 – Pregão Eletrônico (PE) nº 90011/2025-IFF**



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL  
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [pregao.iff@fiocruz.br](mailto:pregao.iff@fiocruz.br).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
    - 13.11.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
  - 13.11.2 Anexo II – Modelo Planilha de Custo e Formação de Preços;
  - 13.11.3 Anexo III – Minuta do Termo de Contrato;
  - 13.11.4 Anexo IV – Modelo Proposta Pró - Forma;
  - 13.11.5 Anexo V – Portaria nº 185/2024 – COGEAD – FIOCRUZ

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2026.

MS-INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA/FIOCRUZ/RJ

Termo de Referência 322/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
322/2025	254447-MS-INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA /FIOCRUZ/RJ	CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MEIRELLES	28/01/2026 11:00 (v 0.14)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25384.001184/2024-74

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - INTERVENÇÕES TÉCNICAS, APLICAÇÃO DE PEÇAS/MATERIAIS DE REPOSIÇÃO/SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, CALIBRAÇÃO, TESTES DE DESEMPENHO E SEGURANÇA, E DEMAIS SERVIÇOS RELACIONADOS AOS EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES DA INSTITUIÇÃO.	5428	mês	12		

Quadro resumo do valor mensal e anual do serviço					
Profissionais/Categorias	Qtd de empregados por posto	Salário Base	Valor mensal por empregado	Valor mensal de cada posto	Valor Anual de cada posto
Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Sênior /Gerente de engenharia	1	R\$ 16.447,50	R\$ 47.458,90	R\$ 47.458,90	R\$ 569.506,80
Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Júnior com mestrado ou pós graduação	1	R\$ 12.387,86	38.078,14	R\$ 38.078,14	R\$ 456.937,68
Técnico de Manutenção de Equipamentos Médico-hospitalares Sênior	5	R\$ 6.000,00	26.301,54	R\$ 131.507,68	R\$ 1.578.092,40
Técnico em eletricidade /eletrotécnica ou técnico eletricista Sênior	1	R\$ 6.000,00	26.301,53	R\$ 26.301,53	R\$ 315.618,36
Suporte Administrativo Pleno	2	R\$ 3.554,44	18.017,48	R\$ 36.034,96	R\$ 432.419,52

VALOR GLOBAL		
DESCRIÇÃO		VALOR (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida*	Postos
B	Valor mensal do serviço	R\$ 279.381,20
C	Valor global da proposta (Valor mensal do serviço multiplicado por 12)	R\$ 3.352.574,43

- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme a definição do inciso XIII do art. 6º e do caput do art. 29 da Lei nº 14.133 de 2021.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4.O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de manutenção preventiva e corretiva com aplicação de peças, qualificação, certificação e serviços especializados, quando necessário de calibração, testes de desempenho, segurança, treinamento de operadores, apoio ao gerenciamento dos equipamentos médico-hospitalares para o IFF, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.
- 1.5. A presente contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) da unidade e alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) da instituição.
- 1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) é uma instituição pública que presta assistência de média e alta complexidade nos níveis hospitalar, ambulatorial, domiciliar e realiza procedimentos diagnósticos e terapêuticos com enfoque em ações especializadas na saúde da mulher, da criança e do adolescente.
- 2.2. Como instituição de referência do MS para o tratamento de diversas patologias pediátricas e assistência a crianças e recém-nascidos em terapia intensiva, dependentes de diversos equipamentos, como respiradores, oxigênio, bombas de infusão, além do suporte de exames laboratoriais e de imagem, cumpre um papel relevante ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), na promoção da



saúde e ampliação do acesso e garantia dos direitos da população aos serviços de saúde.

2.3. O perfil institucional engloba um vasto processo de interação entre saberes profissionais, sendo a assistência multidisciplinar prestada por especialistas nas áreas de obstetrícia, ginecologia e nas seguintes especialidades pediátricas: alergia e imunologia, cardiologia, cirurgia, dermatologia, endoscopia digestiva e respiratória diagnósticas, enfermagem especializada, fisioterapia, fonoaudiologia, genética médica, infectologia, neurocirurgia, neurologia, nutrição, pneumologia, psicologia, serviço social, terapia intensiva pediátrica e neonatal e terapia ocupacional.

2.4. O IFF/Fiocruz possui uma estrutura assistencial composta por 122 leitos instalados e 13 leitos de hospital-dia distribuídos nas seguintes áreas de atuação:

- **Área de Atenção Clínico-cirúrgica à Mulher:** possui atendimento ambulatorial especializado, 10 leitos de enfermaria e 3 leitos de hospital-dia. A assistência ginecológica é parte integrante do sistema de regulação assistencial com a oferta de consultas, procedimentos diagnósticos e cirúrgicos às mulheres com patologias ginecológicas, investigação, confirmação e tratamento das lesões precursoras do câncer de colo do útero e detecção precoce do câncer de mama. A assistência às mulheres tem sido marcada pelo incremento de procedimentos cirúrgicos minimamente invasivos, através de técnicas que exigem habilidades específicas e trazem menor risco de complicação para as mulheres, qualificando a assistência com menor risco;
- **Área de Atenção Clínico-cirúrgica à Gestante:** possui atendimento ambulatorial com pré-natal, 14 leitos de alojamento conjunto e 12 leitos de enfermaria para gestantes. A assistência obstétrica, por meio da Medicina Fetal, foi reconhecida como referência para risco fetal no Sistema Estadual de Geração de Alto Risco, sendo Centro de Referência Estadual para o manejo das pacientes isoimunizadas;
- **Área de Atenção Clínica ao Recém-Nascido:** possui 14 leitos de UTI Neonatal, 8 leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Convencionais (UCINCo), 4 leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Canguru (UCINCa) e acompanhamento ambulatorial especializado para o seguimento de crianças prematuras. Utilizam as melhores práticas disponíveis baseadas em evidências científicas, principalmente aos prematuros com peso de nascimento inferior a 1.500 gramas e aos recém-nascidos portadores de malformações congênitas;
- **Área de Atenção Clínica à Criança e ao Adolescente:** possui atendimento ambulatorial especializado e 40 leitos dispostos da seguinte forma: 18 leitos de Enfermaria Pediátrica (Unidade de Pacientes Internos - UPI), 11 leitos de Enfermaria em Doenças Infecciosas Pediátricas (DIPE), 6 leitos de terapia intensiva (Unidade de Pacientes Graves - UPG), 5 leitos de Unidade Intermediária (UI) e 3 leitos hospital-dia no Centro de Infusões Venosas e Terapia de Reposição Enzimática. Presta uma assistência aos agravos mais comuns da infância e, sobretudo, atenção especializada para crianças com condições crônicas complexas de saúde no âmbito da terapia intensiva, cuidados intermediários e aqueles contínuos e diários nas enfermarias, assim como seu segmento ambulatorial. Possui o Programa de Assistência Domiciliar Interdisciplinar (Padi), que realiza atendimento domiciliar por meio de uma equipe multiprofissional para aquelas crianças e adolescentes que se tornaram dependentes de tecnologias;
- **Área de Atenção Cirúrgica à Criança e ao Adolescente:** possui atendimento ambulatorial especializado, 12 leitos de enfermaria pediátrica, 6 leitos de terapia intensiva neonatal e 6 leitos de hospital-dia. Realiza procedimentos cirúrgicos de média e alta complexidade de neonatos à adolescentes portadores de malformações do aparelho gastrointestinal, como as gastrosquises, as anomalias anorretais, megacólon e atresias, cirurgias torácicas, urológicas e do aparelho genital; com grande aporte tecnológico para cirurgias videolaparoscópicas. A neurocirurgia realiza procedimentos de média e alta complexidade de neonatos à adolescentes, através de microcirurgia e neuronavegação; destacando o atendimento à pacientes sindrômicos e malformados junto ao Serviço de Doenças Raras do IFF/Fiocruz, em especial aos acondroplásicos, portadores de craniossinostoses, mielomeningoceles, encefalocelos, hidrocefalia e portadores de malformações da coluna vertebral, como disrafismos, lipomas, espinha bífida, dentre outros.

2.5. Para atendimento à área de manutenção de equipamentos; aquisição de equipamentos hospitalares, mobiliário hospitalar e administrativo; aquisição de peças e componentes, acessórios médicos e pequenos equipamentos, a contratação de serviços de manutenção, calibração e certificação entre outros, além de apoio ao Serviço de Farmácia no que se refere à aquisição de gases medicinais bem como contratação de serviços relacionados, tais como, locação de equipamentos de ar comprimido medicinal e vácuo hospitalar, a Engenharia Clínica da instituição dispõe de um quadro composto de servidores do próprio IFF, e de funcionários terceirizados.

2.5.1. Até 2023, o quadro de servidores era composto por engenheiro eletricista responsável pela chefia do setor bem como pela elaboração de grande parte dos Termos de Referência, um engenheiro eletrônico responsável pelo acompanhamento de contratos de manutenção bem como pelo levantamento de insumos e elaboração de termos de referência de serviços, um engenheiro biomédico responsável pela adequação, acompanhamento de instalação e modificação de equipamentos e dois técnicos responsáveis por manutenção em equipamentos de baixa e média complexidade.

2.5.2. O quadro de funcionários terceirizados é composto de cinco técnicos, responsáveis pela manutenção e acompanhamento de contratos de manutenção de equipamentos de baixa, média e alta complexidade; um engenheiro responsável, principalmente, pela elaboração de Termos de Referência, com enfoque em equipamentos de imagem e um funcionário administrativo.

2.6. Com a aposentadoria do engenheiro responsável pela chefia da Engenharia Clínica do IFF em fevereiro de 2024 e a futura aposentadoria, em data relativamente próxima, do engenheiro biomédico e de dois técnicos, foi verificada a impossibilidade da gestão da área de Engenharia Clínica do IFF, em data próxima, sem prejuízo da área de assistência do hospital e por conseguinte do atendimento aos pacientes.

2.7. Um outro problema relativo à área de Engenharia Clínica é aquele que se refere ao contrato dos funcionários terceirizados, atualmente contratados por outra unidade da FIOCRUZ. Embora a contratação tenha sido de grande utilidade para o IFF na época de sua implementação, contrato que é partilhado com diversas outras unidades da FIOCRUZ, ocorreram alguns conflitos e dificuldades de gestão tendo em vista as características muito próprias de uma unidade hospitalar, que diverge de forma considerável das demais áreas da FIOCRUZ.

2.8. A contratação de uma empresa para a execução dos serviços de Engenharia Clínica descrito no presente Termo de Referência, incluindo o fornecimento de peças e serviços complementares, além de fundamental ao funcionamento do IFF, agilizará a realização dos serviços e por conseguinte melhoraria a prestação dos serviços de assistência e o atendimento aos pacientes e objetivos preconizados pelo SUS.

2.9. A estimativa dos quantitativos objeto da presente contratação foi realizada a partir de análise técnica da estrutura assistencial do Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), da dimensão do parque tecnológico médico-hospitalar, da capacidade operacional atual da Engenharia Clínica e da necessidade de garantir a continuidade assistencial, considerando a natureza contínua e essencial dos serviços.

O dimensionamento considerou, de forma integrada:

- a) O número de leitos instalados e setores assistenciais críticos, conforme descrito nos itens 2.4 e seguintes deste Termo de Referência, incluindo UTIs neonatal e pediátrica, enfermarias, centro cirúrgico, unidades intermediárias e atendimento domiciliar (PADI);
- b) A diversidade e criticidade dos equipamentos médico-hospitalares em operação, utilizados de forma intensiva nos setores assistenciais, cuja indisponibilidade impacta diretamente a segurança do paciente e a continuidade do atendimento;
- c) O histórico recente de recursos humanos da Engenharia Clínica, considerando aposentadorias efetivadas e previstas de servidores efetivos, bem como as limitações do modelo atual de terceirização compartilhada com outras unidades da Fiocruz;
- d) A experiência pretérita da Administração na execução das atividades de engenharia clínica, manutenção, calibração e gestão tecnológica, que evidenciou a necessidade de equipe dedicada e dimensionada de forma compatível com o porte e a complexidade do hospital;
- e) A necessidade de cobertura contínua dos serviços, inclusive para atendimento de demandas corretivas emergenciais, manutenção preventiva, gestão de contratos, apoio técnico às aquisições e suporte às áreas assistenciais.

2.9.1. A definição do quantitativo contratado buscou equilíbrio entre suficiência operacional e economicidade, não se tratando de superdimensionamento, mas do mínimo necessário para assegurar a adequada gestão do parque tecnológico e evitar riscos assistenciais decorrentes da insuficiência de recursos técnicos.

2.10. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- Documento de Formalização da Demanda: 14/2025

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

#### **3.1. SERVIÇO**

3.1.1. O serviço objeto deste contrato é a execução de ações que garantam a disponibilidade, confiabilidade e segurança dos equipamentos médico-hospitalares, incluindo, entre outras atividades, a execução de rotinas periódicas de inspeção, monitoramento e manutenção preventiva, esclarecimento de dúvidas junto aos usuários, recebimento, registro, análise, diagnóstico e atendimento presencial as solicitações de manutenção ou apoio.

3.1.2. A descrição dos serviços apresentada a seguir é apenas uma referência das atividades a serem desempenhadas pela CONTRATADA, que deve seguir as recomendações dos manuais técnicos dos fabricantes e da literatura específica, em especial as recomendações dos organismos: Emergency Care Research Institute (ECRI), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); cabendo a CONTRATADA propor e implementar as ações

específicas de cuidado para com os equipamentos, alinhado com a descrição e periodicidade mínima estabelecida no Anexo I (Descrição dos Serviços a serem executados).

### 3.2. DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

- A prestação dos serviços de Engenharia Clínica envolve as atividades de gerenciamento e/ou manutenção de todo parque tecnológico do IFF durante todo o seu ciclo de vida.
- Realizar manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos que não possuem contrato de manutenção específico.
- Acompanhar a realização das manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos pertencentes à unidade e equipamentos em comodato disponibilizados à unidade;
- Realizar cadastramento, elaboração de manutenção preventiva, corretiva, calibração e qualificação, bem como organização, rastreabilidade e atualização destes, por meio do software de gestão que estiver em uso na instituição;
- Manter constantemente atualizado banco de dados informando a disponibilidade operacional dos equipamentos;
- Acompanhar o recebimento e aceitação de equipamentos, conforme procedimento operacional padrão aprovado pelo CONTRATANTE;
- Realizar ações que possibilitem a disponibilidade operacional dos equipamentos;
- Elaborar estudos de avaliação do parque tecnológico, visando subsidiar a CONTRATANTE de informações para atualização e substituição do parque tecnológico;
- Participar dos processos de qualidade, tecnovigilância e gerenciamento de riscos.
- Instalação (montagem e desmontagem) de Equipamentos Médicos Hospitalares, quando necessário;
- Calibração dos equipamentos, com emissão de Certificado de Calibração, acompanhado da rastreabilidade do padrão utilizado.
- Teste de segurança elétrica dos equipamentos; com emissão de laudo conforme a IEC60601, acompanhado da rastreabilidade do padrão utilizado;
- Qualificação dos equipamentos, conforme exigência em legislação;
- Elaboração de procedimentos operacionais de Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de Segurança Elétrica e Qualificação;
- Elaboração de Plano Anual de Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de Segurança Elétrica e Qualificação;
- Realizar aquisição de peças e contratação de serviços especializados quando necessário, conforme regras constantes neste Termo de Referência;
- Realizar acompanhamento de todas as intervenções técnicas em Equipamentos Médico-hospitalares, incluindo os serviços realizados por empresas terceirizadas, seja em equipamentos próprios ou comodatos;
- Gestão do Serviço via software utilizado pelo IFF para gestão do parque de Equipamentos Médicos Hospitalares;
- Criação de indicadores gerenciais para monitorar os trabalhos de gestão de equipamentos, realizando o acompanhamento on-line dos indicadores, e criando planos de ação, sempre que necessário, buscando viabilizar os ajustes necessários;
- Criação de indicadores de custo para promover o controle efetivo e redução dos custos na manutenção do parque de Equipamentos Médicos Hospitalares;
- Apoio no planejamento, seleção e aquisição de novos equipamentos;
- Apoio na elaboração de especificações técnicas de equipamentos, partes, peças e acessórios de equipamentos;
- Assessoria em processos de incorporação tecnológica;
- Assessoramento em questões que envolvam as tecnologias médico-hospitalares;
- Apoio em estudos de viabilidade técnica e econômica, para incorporação de novas tecnologias, para pareceres de obsolescência tecnológica e para indicação atualizações etc., referentes a Equipamentos Médicos Hospitalares;
- Avaliar possíveis obsolescências, indicando os equipamentos a serem substituídos, fornecendo apoio e orientação, inclusive quanto aos riscos ecológicos e os critérios de sustentabilidade, para o descarte de equipamentos, gerando laudos pertinentes. Emissão de laudos técnicos, quando necessário;
- Assessorar nos serviços de instalação de novas tecnologias envolvendo equipamentos médicos assistências englobando:
- Apoio em processos de qualidade, tecnovigilância e gerenciamento de riscos;
- Emissão de Relatórios Periódicos;

3.2.1. Entretanto, a natureza dos serviços requer o atendimento tempestivo às demandas dos usuários, as quais muitas não podem ser previamente planejadas por decorrerem de falhas que geram parada não programada dos equipamentos. Por esse motivo, será exigida da CONTRATADA a disponibilidade permanente de equipe qualificada de forma compatível com o resultado esperado. Com isso, configura-se um modelo híbrido de contratação, no qual a remuneração máxima é estabelecida com base na disponibilidade esperada do serviço, porém os valores efetivamente pagos são calculados em função do cumprimento de metas de desempenho e qualidade associada aos serviços.

### 3.3. EQUIPE DEDICADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.3.1. A equipe dedicada na prestação do serviço deverá atender planilha abaixo: Todos os profissionais deverão possuir cursos de capacitação periódicos em suas áreas de atuação.

<b>EQUIPE DEDICADA</b>
------------------------

Profissionais/Categorias	Quantitativo	Código CBO	Experiência profissional
Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Sênior	01	2143-05 /2143-30 /2144-05 /2143-80	<p>Registro no CREA, Experiência mínima de 07 (sete) anos na área de engenharia clínica ou equipamentos médico-hospitalares, sendo imprescindível ter experiência com equipamentos cirúrgicos de alta complexidade e tecnologias de diagnóstico por imagem, tais como: Tomógrafos computadorizados, aparelhos de ultrassonografia, aparelhos de raio-X, mamógrafos, equipamentos de radiologia digital, etc; Vivência na implementação, integração e acompanhamento de sistemas PACS, RIS e HIS voltados à gestão de imagens e informações hospitalares.</p> <p>Experiência comprovada no apoio técnico especializado à Administração Pública, fornecendo subsídios e análises para a elaboração e revisão de Termos de Referência, Estudos Técnicos Preliminares e pareceres técnicos, conforme a Lei nº 14.133/2021 e a IN SEGES/ME nº 58 /2022; elaboração e implantação de Planos de Gerenciamento de Tecnologias em Saúde (PGTS), Procedimentos Operacionais Padrão (POP) e Formulários Operacionais Padrão (FOP); especificação técnica, planejamento e execução de projetos de aquisição e substituição de equipamentos médico-hospitalares; gestão e fiscalização de contratos de manutenção e calibração, com análise técnica de propostas, verificação de conformidade e controle de SLA; supervisão de equipes técnicas e administrativas; emissão de laudos, relatórios e estudos de viabilidade técnico-econômica; gestão de inventário e controle do parque tecnológico hospitalar; elaboração e acompanhamento de cronogramas de manutenção preventiva e corretiva; participação em auditorias internas e externas; atestações técnicas de serviços prestados; Interlocução técnica com fabricantes e fornecedores nacionais e internacionais, Inglês fluente para leitura e interpretação de documentação técnica, escrita e conversação com fabricantes e fornecedores internacionais.</p>
Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou	01	2143-05 /2143-30	<p>Registro no CREA, Pós graduação em Engenharia Clínica ou mestrado em Engenharia Biomédica;</p> <p>Experiência mínima de 02 (dois) anos na área de engenharia clínica ou equipamentos médico-hospitalares, atuando no suporte técnico e operacional das atividades de manutenção e gestão do parque tecnológico;</p> <p>Experiência em distribuição e acompanhamento de chamados técnicos, alinhamento de atendimentos com usuários e monitoramento das atividades de campo realizadas por equipes técnicas; Experiência em administração de</p>

Biomédico Júnior		/2144-05 /2143-80	estoque de peças e materiais, aprovação de relatórios de campo, análise de solicitações de manutenção e acompanhamento da aplicação de peças e serviços especializados; Vivência em elaboração de laudos, relatórios técnicos de manutenção, treinamentos, coordenação e acompanhamento de intervenções preventivas e corretivas, auditoria de serviços realizados, controle de chamados internos e externos e garantia do cumprimento de prazos e níveis de serviço (SLA);
Técnico de Manutenção de Equipamentos Médico-hospitalares Sênior	05	3132-15 / 3131-05 / 3003-05 / 9153-05	Registro no CFT, Experiência mínima comprovada de 07 (sete) anos na área de manutenção de equipamentos médico-hospitalares, abrangendo execução de manutenções preventivas, corretivas e calibrações em dispositivos de suporte à vida, diagnóstico e terapia. Experiência em interpretação de manuais técnicos, leitura de diagramas elétricos e eletrônicos, utilização de instrumentos de medição e simuladores biomédicos, bem como registro e emissão de relatórios técnicos de manutenção.; Experiência em ambiente hospitalar de média ou alta complexidade.
Técnico em eletricidade /eletrotécnica ou técnico eletricista Sênior	01	3131/3131-30	Registro no CFT, Experiência mínima comprovada de 07 (sete) anos na área elétrica, sendo pelo menos 02 (dois) anos em ambiente hospitalar. Experiência em instalação, manutenção e inspeção de sistemas elétricos prediais e industriais, incluindo quadros de força, circuitos estabilizados, sistemas de aterramento e redes de energia dedicadas a equipamentos médico-hospitalares. Deve comprovar atuação em testes de continuidade, isolamento e medições de resistência, além de elaboração de relatórios técnicos e execução de serviços conforme as normas da ABNT (NBR 5410, NBR 13534 e correlatas). Desejável experiência com sistemas de emergência, nobreaks e geradores hospitalares.
Suporte Administrativo Pleno	02	4110-05	Experiência mínima comprovada de 03 (três) anos em gestão administrativa de equipamentos hospitalares e/ou elaboração e controle de documentação de processos administrativos em órgãos públicos ou entidades governamentais. Experiência em registro e acompanhamento de contratos, gestão de planilhas e relatórios administrativos, controle de fluxos de documentos técnicos, alimentação de sistemas corporativos e apoio às rotinas de compras de insumos, manutenção e controle patrimonial; Conhecimento em gestão de indicadores, planilhas eletrônicas e procedimentos administrativos aplicáveis ao setor público.

3.3.2. Caberá às equipes dedicadas a execução das atividades elencadas neste Termo de Referência, seguindo a programação estipulada neste Termo de Referência.

3.3.3. A equipe diarista deverá cumprir carga horária semanal de 40hs, sendo de segunda a sexta- feira no horário 08:00 às 17:00 horas.

3.3.3.1. A presente contratação terá a possibilidade de uso do regime de TELETRABALHO (home office), desde que a atividade do profissional possibilite tal opção, como também deve ser autorizada pela CONTRATANTE, sem ônus para a CONTRATANTE.

3.3.3.2. Só poderá aderir ao regime de TELETRABALHO (home office) o profissional cuja atividade permita a realização da tarefa fora das dependências da contratante, que são tarefas administrativas ligadas a função do profissional.

3.3.4. As atribuições e qualificações mínimas de trabalho estão detalhadas neste Termo de Referência.

3.3.5. A CONTRATADA deverá apresentar para aprovação da FISCALIZAÇÃO o currículo de cada profissional ou cópia da carteira profissional que demonstre habilidade ao cargo que irá exercer na unidade. Sempre que houver substituição do profissional, este procedimento deverá ser feito.

3.3.6. Todos os profissionais deverão possuir cursos de capacitação periódicos em suas áreas de atuação.

3.3.7. A substituição durante o período de férias aplica-se exclusivamente aos Técnicos de Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares e aos Assistentes Administrativos, devendo a Contratada assegurar a continuidade dos serviços por meio de profissionais substitutos com qualificação e experiência equivalentes às do titular do posto.

3.3.7.1. No caso de alguma substituição de profissionais, o novo profissional deverá ter no mínimo a mesma capacidade comprovada do anterior, tendo que ser apresentado pela contratada toda a documentação anteriormente solicitada.

3.3.8. Alterações na distribuição dos funcionários, nas jornadas de trabalho ou na configuração das equipes com o objetivo de atender as demandas da Unidade, somente poderão ser realizadas com aprovação prévia da fiscalização e desde que avaliados os seus impactos na prestação do serviço e nos custos e após as devidas formalizações contratuais.

3.3.8.1. Alterações na composição da equipe dedicada que não tenham cumprido as etapas descritas no item anterior estarão passíveis de glosas e de sanção administrativa.

#### 3.4. DA DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

##### 3.4.1. Considerações Gerais

3.4.1.1. A mão de obra dedicada fornecida pela empresa para a prestação do serviço deverá respeitar quantidades, valores e jornadas de trabalho descritas na proposta da empresa.

3.4.1.1.1. Alterações na equipe dedicada e/ou alocação de profissionais que não estejam de acordo com a proposta da empresa, com as especificações deste Termo de Referência ou com os custos detalhados e efetivamente comprovados serão consideradas inadequações e, portanto, não serão consideradas para fins de medição.

3.4.1.2. A Unidade pagará somente pelos funcionários disponibilizados no mês de referência, descontando faltas e férias sem substituições e quaisquer outras inadequações na disponibilização da mão de obra

3.4.1.3. Os custos com mão de obra detalhados na proposta da CONTRATADA deverão ser comprovados mensalmente através da apresentação dos documentos listados neste Termo de Referência, dos documentos previstos da IN 05/2017 e de outros que se façam necessários.

3.4.1.3.1. A CONTRATANTE somente pagará pelos custos efetivamente comprovados e dentro das especificações deste Termo de Referência, respeitando o limite da proposta da empresa.

3.4.1.4. As equipes/funcionários fixos, com dedicação integral, somente poderão executar atividades relacionadas ao serviço prestado no IFF, não podendo atuar na prestação de serviços para outros clientes da Contratada.

3.4.1.4.1. O descumprimento do item acima será considerado como descumprimento de contrato, estando à empresa sujeita as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência.

##### 3.4.2. CONTROLE DE FREQUÊNCIA E SUBSTITUIÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

3.4.2.1. O controle de frequência deverá ser realizado por meio de ponto eletrônico online, com sistema hospedado em servidor seguro, que registre data, horário das marcações, permitindo à CONTRATANTE o acompanhamento remoto, a extração de relatórios e a verificação da assiduidade dos empregados da CONTRATADA.

3.4.2.2. O registro da frequência dos empregados da CONTRATADA deverá ser controlado pela CONTRATADA, a qual se responsabilizará, ainda, pela fiscalização diária dos mesmos.

3.4.2.3. Fica a cargo da CONTRATADA, providenciar, às suas expensas, a disponibilidade do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto (SREP), em meio online, conforme previsto no art. 74, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e disciplinado pela Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta o registro eletrônico de jornada por sistemas alternativos, garantindo a autenticidade, integridade e rastreabilidade dos registros.

3.4.2.4. Eventuais falhas no funcionamento do ponto eletrônico online deverão ser comunicadas à fiscalização.

3.4.2.4.1. Nesses casos, o ponto eletrônico online deverá ser substituído por ponto manual até que seja solucionado o problema;

3.4.2.4.2. A empresa deverá solucionar o problema relatado em no máximo 48 horas.

3.4.2.5. Observar os horários de trabalho estabelecidos pela CONTRATANTE, em conformidade com as leis trabalhistas.

3.4.2.6. A CONTRATADA deverá fornecer relatórios de frequência solicitados pela Fiscalização do Contrato.

3.4.2.6.1. Os relatórios de frequência farão parte da documentação necessária para medição do serviço prestado.

3.4.2.6.2. Os relatórios deverão estar assinados pelos funcionários;

3.4.2.6.3. Os relatórios serão utilizados para identificar as faltas sem reposição e demais inconformidades na disponibilização da mão de obra, de forma a viabilizar o cálculo do valor que deverá ser pago a empresa pela prestação do serviço.

3.4.2.6.4. Os relatórios deverão ter identificação clara dos funcionários que se encontram de férias, das faltas ocorridas, dos funcionários de cobertura de férias e faltas.

3.4.2.6.5. As coberturas de faltas e férias serão desconsideradas caso o funcionário não apresente a qualificação necessária para o exercício da atividade, conforme estabelecido neste TR, e caso a jornada de trabalho não estiver de acordo com o posto que está sendo coberto.

3.4.2.7. A Equipe deverá acionar a empresa até 60 minutos após o início do turno de trabalho, solicitando reposição de mão-de-obra, caso seja observada a falta de funcionário.

3.4.2.8. A Contratada deverá realizar em até três horas as solicitações quanto às substituições da mão de-obra em caso de faltas;

3.4.2.9. A CONTRATADA deverá realizar no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, as substituições de funcionários que apresentem desempenho insatisfatório e/ou por comportamento considerado inadequado à atividade e políticas internas da Unidade.

3.4.2.10. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais necessidades de substituição ou reposição de posto pela CONTRATANTE.

3.4.2.11. Inspeccionar a unidade através de seu preposto, no mínimo 01 (uma) vez por mês, conforme as peculiaridades do Contrato.

### 3.4.3. DA DISPONIBILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO

3.4.3.1. Será utilizado o software de gerenciamento effort do qual atualmente são disponíveis 08 (oito) licenças de utilização, expansíveis até 10 (dez). O ônus financeiro de utilização do software é de responsabilidade direta do IFF.

3.4.3.2. Na utilização do software de gerenciamento deverão ser executados os seguintes itens:

3.4.3.2.1. As intervenções de manutenção realizadas em equipamentos de grande porte e/ou críticos deverão ser inseridas no sistema e ser contabilizadas nas estatísticas em no máximo 3 dias depois de executadas.



3.4.3.2.2. O software deverá permitir a inserção para justificativa de intervenções de manutenção em ambientes, equipamentos e sistemas priorizados pelo IFF.

3.4.3.2.3. A justificativa supracitada deverá ser parte integrante dos relatórios de serviços executados a serem emitidos por meio do sistema de manutenção.

3.4.3.2.4 O sistema de gerenciamento da manutenção deverá permitir a extração de relatórios estatísticos relativos aos equipamentos priorizados pelo IFF

3.4.3.2.5. O software deverá permitir a avaliação do planejamento e gerenciamento da manutenção através de parâmetros estatísticos e índices de desempenho – referente às ações de manutenção.

3.4.3.2.6. E ainda emitir Relatório Mensal de Manutenção contendo:

- Serviços preventivos executados
- Serviços corretivos executados
- Serviços em andamento
- Serviços a executar com cronograma aprovado pela fiscalização
- Estudos e levantamentos realizados
- Avaliações dos equipamentos
- Relatórios de alerta
- Fichas de inspeção
- Quadro resumo de apropriação por ordem de serviço
- Relatório de vistoria mensal da CONTRATADA
- Painel de Controle com OS's abertas, pendentes, em execução e executadas (Em tempo real).
- Relatório com status do desenvolvimento dos serviços extras, contendo os serviços previstos para o semestre, estimativa de custos, serviços em desenvolvimento de escopo, serviços em fase de orçamento, serviços em execução e serviços previstos.

#### 3.4.4. PREPOSTO

3.4.4.1. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pelo IFF durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

3.4.4.2. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pelo IFF, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, tão logo seja firmado o contrato, para assinar, com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato, relativos à sua competência.

3.4.4.3. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados:

3.4.4.3.1. O preposto deverá ser responsável por reunir e apresentar documentação necessária para a comprovação de custos executados;

3.4.4.3.2. Relatórios de medição mensal.

3.4.4.4. A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

3.4.4.5. O preposto deverá manter contato com o fiscal do contrato, com o objetivo de sanar qualquer demanda, tanto na área de administração de pessoal, de fornecimento de material, objetos deste contrato.

3.4.4.6. Para a formação da equipe, a CONTRATADA deverá submeter os respectivos currículos à FISCALIZAÇÃO que avaliará a adequação dos profissionais aos serviços necessários.

3.4.4.7. O PREPOSTO designado pela empresa CONTRATADA deverá comparecer a Unidade, pelo menos, 01 ( uma ) vez / mês ou em qualquer momento que seja solicitado pela Administração para:

3.4.4.7.1. Resolver questões de RH com os funcionários;

3.4.4.7.2. Fiscalizar a frequência;

3.4.4.7.3. Fiscalizar a utilização dos uniformes;

#### 3.4.4.7.4. Demais serviços administrativos e relativos a gestão do contrato.

3.4.4.8. Destaca-se que o PREPOSTO não é posto dedicado à execução dos serviços, configurando-se como custo administrativo e indireto da CONTRATADA, portanto seu custo não constará no detalhamento de mão-de-obra.

### 3.5. DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

3.5.1. A CONTRATADA deverá apresentar um cronograma para implantação do serviço com as etapas do inventário, planejamento de preventivas, calibrações.

3.5.2. As manutenções corretivas deverão ser feitas em paralelo a este cronograma e iniciadas imediatamente após o início da vigência do contrato.

3.5.3. A CONTRATADA deverá seguir a seguinte agenda de atividades:

Nº	Descrição das Atividades	Dias				
		01 a 15	16 a 30	31 a 90	91 a 180	181 até o fim do contrato
1	Levantamento das necessidades e condições de trabalho e apresentação da ferramenta de software	x	x			
2	Adequação do espaço físico disponibilizado pelo HOSPITAL para desenvolvimento dos serviços contratados	x	x			
3	Levantamento, cadastramento (físico e sistema) e atualização inicial do inventário de equipamentos	x	x			
4	Execução da manutenção corretiva		x	x	x	x
5	Elaboração do Plano Anual de Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de segurança elétrica e Qualificação			x	x	x
6	Execução da manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e qualificação				x	x
7	Execução do Plano de Gestão Tecnológica				x	x
8	Execução do Plano Anual de Treinamento					x

3.5.4. O período em destaque que permeia as fases é o máximo aceitável para funcionamento pleno da atividade, ou seja, para fim de implantação e execução sem deficiências da mesma. As atividades devem ser desenvolvidas de modo concomitante, podendo este cronograma ser readequado a critério da CONTRATANTE.

### 3.6. ASSESSORIA TÉCNICA

3.6.1. A ASSESSORIA TÉCNICA compreenderá:

- Confecção de especificação técnica de novos equipamentos;
- Confecção de projetos básicos para a contratação de serviços de manutenção de equipamentos, incluindo auxílio em pesquisa de preços;
- Assessoria em Processos de Acreditação Hospitalar relacionados ao gerenciamento e manutenção de equipamentos médicos;
- Avaliação da obsolescência com emissão de parecer técnico para alienação de equipamentos;
- Treinamentos para usuários e profissionais de saúde;
- Acompanhamento de manutenções de contratos terceirizados e comodatos;
- Apresentação de relatórios técnicos.
- Avaliação de Infraestrutura Hospitalar no que se refere às condições ambientais dos equipamentos (aterramento, refrigeração, iluminação, proteção radiológica, planejamento e incorporação), conforme Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

### 3.7. INVENTÁRIO E CADASTRO DE EQUIPAMENTOS

3.7.1. O cadastro utilizará o sistema informatizado existente na Engenharia Clínica do hospital e incorporará as seguintes atividades:

- O cadastro inicial deverá ser precedido de inventário; o inventário deverá ter suporte do Serviço de Patrimônio do IFF;
- O inventário total deverá ser realizado anualmente;
- O cadastro deverá conter informações de identificação do equipamento, sua condição e sua localização.
- Os equipamentos deverão receber uma etiqueta, de alta resistência e durabilidade apropriada, indicando o código de identificação específico desse cadastro.
- Esta etiqueta de identificação deve ser fornecida pela empresa e conterá o código de identificação do equipamento e identificação apenas do CONTRATANTE;
- O cadastro deverá ser atualizado periodicamente;
- Todas as movimentações, manutenções e a baixa dos equipamentos deverão constar no cadastro;
- Deverão constar no cadastro todos os equipamentos presentes na Instituição, incluindo comodatos.

### 3.8. RELATÓRIOS

3.8.1. Apresentação de Relatórios, conforme modelo definido pelo CONTRATANTE, encaminhado por e-mail e cópia impressa devidamente assinada pelo Engenheiro Responsável, detalhando informações quantitativas e qualitativas relativas às manutenções preventivas, corretivas e calibrações, bem como, custo envolvendo manutenções ( serviços e aquisição de peças e acessórios) e qualquer outro aspecto que a CONTRATANTE considere pertinente ou necessário;

3.8.1.1. Mensalmente, deverá ser apresentado relatório, conforme modelo definido pela CONTRATANTE, e disponibilizada em PDF e cópia impressa devidamente assinada pelo Engenheiro Responsável da CONTRATADA, com a apresentação dos itens sugeridos abaixo e demais que julgar pertinentes :

- a) Quantitativo de ordens de serviço corretiva e preventiva;
- b) Percentual de ordens de serviço abertas X ordens de serviço concluídas por tipo de serviço e quantidade (recebimento, instalação, manutenção corretiva, manutenção preventiva e calibração);
- c) Gráfico de Tendência indicando o percentual de manutenções preventivas realizadas X planejadas, com análise de resultados;
- d) Gráfico de Tendência indicando o percentual de manutenções corretivas realizadas X solicitadas, com análise de resultados;
- e) Quantitativo de manutenções preventivas realizadas em comparação com as programadas;
- f) Quantitativo de calibrações realizadas X quantitativo de calibrações planejadas;
- g) Pendências, as razões de sua existência e os que dependam de solução por parte da
- h) Indicação dos custos dos serviços realizados;
- i) CONTRATANTE; Desativação de equipamentos;
- j) Lista de equipamentos que compensam serem substituídos por conta dos custos de manutenção;
- k) Problemas operacionais para realizar as atividades do contrato e demais considerações pertinentes aos serviços executados;
- l) Relação de peças, componentes e materiais substituídos por defeito ; desgaste;
- m) Apresentação de dados referente aos indicadores de monitoramento do processo, definidos e no padrão estabelecido pela CONTRATANTE.

### 3.9. FERRAMENTAS DA EQUIPE RESIDENTE

3.9.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de ferramentas para execução do serviço técnico especializado de engenharia clínica, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

3.9.2. Sobre o conceito de ferramentas subentende-se todo e qualquer dispositivo físico que forneça uma vantagem de trabalho, e /ou acessório ou consumível deste, necessária para reparar um equipamento Médico-hospitalar e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido.

3.9.3. Serão consideradas Ferramentas de uso Individual, aquelas comumente utilizadas, tais como: alicate universal, alicate de corte, alicate de bico chato, chaves de fenda, chaves philips, chaves de precisão, chaves allen, chaves torx, estilete, pinça, ferro de solda, solda, sugador de solda, multímetro digital, lanterna, pincel, limpa contato, etc.;

3.9.4. Serão consideradas Ferramentas de uso Coletivo, aquelas eventualmente utilizadas, tais como: alicate de pressão, alicate crimpador, chaves canhão, furadeira, brocas, mini retífica, soprador térmico, espaguete termo retráteis, aspirador de pó portátil, martelo comum, martelo de borracha, morsa de bancada, alicate amperímetro, abraçadeiras de nylon, colas, álcool isopropílico, lubrificantes, graxas, etc.;

3.9.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar as Ferramentas de uso Individual e de uso Coletivo, de forma fixa, no Local de Prestação do Serviço, e ainda disponibilizar uma Maleta com Ferramentas de uso Individual para cada Técnico em Equipamentos Médico-Hospitalares da Equipe Residente;

3.9.6. Estas Ferramentas são propriedade da CONTRATADA, e poderão, a critério desta, serem recolhidas ao fim da vigência do contrato.

3.9.7. Caberá exclusivamente à CONTRATADA, a responsabilidade pela guarda e vigilância dos materiais, inclusive ferramental e instrumentos de sua propriedade utilizado no desempenho das tarefas de manutenção da CONTRATADA.

### 3.10. INSTALAÇÕES FÍSICAS

3.10.1. O IFF já possui área física e mobiliário para atendimento à área de Engenharia Clínica.

3.10.2. A CONTRATADA, se o desejar, poderá complementar com o mobiliário que achar necessário para a realização das atividades contratuais, porém, o ônus financeiro desse mobiliário será de responsabilidade da CONTRATADA.

3.10.2.1. Em caso de encerramento ou rescisão contratual, a CONTRATADA não poderá retirar imediatamente o mobiliário complementar por ela disponibilizado, devendo mantê-lo em uso até a efetiva entrada da nova contratada, de forma a garantir a continuidade das atividades e evitar prejuízos à execução dos serviços. A retirada dos bens somente poderá ocorrer mediante autorização expressa do gestor do contrato, após a substituição do mobiliário pela nova contratada ou pela Administração.

3.10.2.1.1. A manutenção temporária do mobiliário de propriedade da CONTRATADA não implica em incorporação ao patrimônio da Administração, sendo apenas medida de caráter provisório e de interesse público, até que a nova empresa assuma o contrato.

3.10.3. Os computadores, tablets, impressoras e demais dispositivos eletrônicos necessários à execução das atividades de engenharia clínica, bem como o acesso à rede de Internet, serão fornecidos pelo CONTRATANTE.

### 3.11. EXIGÊNCIAS CONCEITUAIS DE MANUTENÇÕES E CALIBRAÇÕES

#### 3.11.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

- Desenvolver e implantar um Plano Anual de Manutenções Preventivas de modo a reduzir a necessidade de manutenção corretiva, prevendo e evitando danos futuros, observando falhas em estágios iniciais.
- A CONTRATADA deverá elaborar um Plano de Manutenção Preventiva para os equipamentos e apresentar o calendário correspondente ao Fiscal do Contrato no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de assinatura do contrato, e com revisão anual.
- Deverá ser desenvolvido um Planejamento Anual de Manutenções Preventivas e que deverá ser divulgado para os responsáveis de cada setor assistencial, de modo que sejam disponibilizados os equipamentos quando na data programada.
- O Planejamento deverá ser desenvolvido com base na análise da criticidade do parque, considerando as recomendações do fabricante e avaliando o risco físico associado ao paciente, a função do equipamento e requisitos de manutenção.
- Critérios adicionais, além destes especificados, poderão ser aplicados, mediante aprovação do responsável pelo Setor de Engenharia Clínica.
- Toda manutenção preventiva realizada deve gerar um documento denominado "Ordem de Serviço de Manutenção Preventiva", ou similar, com no mínimo as seguintes informações: Número da Ordem de Serviço; Dados de identificação do equipamento; Data de realização da preventiva; Data de realização da próxima preventiva; Código dos equipamentos/instrumentos de medição utilizados; checklist contendo as rotinas de manutenção realizadas; Indicação do Técnico responsável pela execução da manutenção;
- A CONTRATADA deverá colocar, ao final de cada procedimento, etiquetas em todos os equipamentos submetidos à manutenção, contendo, obrigatoriamente, a data de realização da preventiva e a data da próxima preventiva.

- Deve existir Procedimento Operacional Padrão (POP) desenvolvido com base em normas nacionais, manuais dos fabricantes, descrevendo a sistemática para manutenção preventiva de cada tipo de equipamento. Estes POP's deverão ser entregues em até 90 (noventa) dias da assinatura do contrato.
- As Manutenções Preventivas deverão ser realizadas periodicamente nos equipamentos relacionados e de acordo com um cronograma anual elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela fiscalização do contrato.
- A periodicidade das Manutenções Preventivas deverá obedecer às recomendações técnicas do fabricante dos equipamentos. Na ausência desta recomendação, a periodicidade será definida em conjunto com o responsável pelo Setor de Engenharia Clínica.

### 3.11.2. RONDA PERIÓDICA:

- Caberá a CONTRATADA, quando aplicável, a realização de um plano de ronda periódica, dos equipamentos de modo a garantir que todos os equipamentos disponíveis no IFF possam executar suas funções de forma plena e segura. Destas inspeções serão geradas Ordens de Serviço atestando que a CONTRATADA esteve no Setor no intuito de verificar se os equipamentos contemplados estão atendendo de forma satisfatória, com atesto do Representante do Setor.
- Além de visitas periódicas a todos os setores, o técnico deverá visitar os setores assistenciais e verificar, junto ao enfermeiro responsável, ou a quem por ele for designado, se há algum equipamento que tenha apresentado algum tipo de falha para, se necessário, encaminhá-lo à manutenção ou a sua substituição.
- As rondas periódicas compreendem identificar irregularidades no funcionamento dos equipamentos.

### 3.11.3. MANUTENÇÃO CORRETIVA:

- A CONTRATADA será responsável pelo atendimento inicial de todos os equipamentos gerenciados e cadastrados, referentes aos chamados para avaliação de defeitos.
- Entende-se por atendimento inicial a prestação de serviços básicos nos equipamentos, independente da complexidade tecnológica envolvida ou existência de contrato terceirizado, a verificação das condições de utilização do equipamento, analisando eventuais problemas relacionados com as instalações ordinárias e especiais, verificando acessórios e eventuais procedimentos inadequados por parte dos usuários, incluindo a execução de testes operacionais, limitando-se a procedimentos que não envolvam a abertura do equipamento ou que violem as responsabilidades exclusivas, caso haja empresa terceirizada para manutenção preventiva e corretiva.
- Os serviços de maior especificidade que exigem conhecimento ou mão-de-obra especializada de fábrica e que exigem a substituição de peças não disponíveis em estoque ou que não possam ser encontradas no mercado comum, cuja manutenção pela CONTRATADA não seja viável por questões de limitação técnica e/ou riscos a integridade do equipamento, deverão ser providos pela CONTRATADA admitindo-se sua subcontratação pontual, mediante aprovação do Fiscal do Contrato.
- As Ordens de Serviço de Manutenções Corretivas deverão ser abertas sempre que houver um chamado ou quando uma falha for detectada durante as rondas periódicas e execução das Manutenções Preventivas ou Calibrações. Devem ser executadas conforme orientação dos manuais dos fabricantes dos equipamentos e registradas, sendo posteriormente assinadas pelos responsáveis (ou por quem estes designarem) dos setores nos quais os equipamentos encontram-se ou são utilizados.
- O prazo para início de todas as atividades referentes à Execução de Corretivas é imediato após a assinatura do contrato.
- Os serviços serão executados, mediante uma solicitação de manutenção corretiva, por parte da fiscalização, direção do hospital, chefe ou funcionário do setor, por telefone, software de gerenciamento, e-mail ou por escrito.
- A CONTRATADA será responsável pelos serviços e mão-de-obra para a solução integral dos defeitos provenientes de todas as Manutenções Corretivas realizadas nos equipamentos. Havendo necessidade de troca de peças, insumos ou acessórios, estas deverão ser substituídas pela CONTRATADA, respeitando-se o limite mensal disponível para gasto com materiais e que será pago o que efetivamente for comprovado e aplicado em ordem de serviço assinada pelo setor e apresentação da nota fiscal, comprovando o valor do material.
- Todas as atividades de Manutenção Corretiva deverão ser documentadas registradas em sistema informatizado (software) utilizado pelo IFF.

### 3.11.4. CALIBRAÇÃO, TESTE DE SEGURANÇA ELÉTRICA E QUALIFICAÇÃO

- Desenvolver e implantar um Plano Anual de Calibração, Teste de Segurança Elétrica e de Qualificação (QI, QO e QD) quando aplicável, de modo a estabelecer uma revisão frequente dos sistemas de medidas e desempenhos no intuito de garantir que os equipamentos médico-assistenciais sejam utilizados dentro de sua normalidade de operação, atendendo plenamente as funções especificadas pelo fabricante e garantindo a confiabilidade e segurança de pacientes e operadores.

- Realizar levantamento das datas de Calibração, Teste de Segurança Elétrica e de Qualificação que deverão constar do Plano Anual, apontando as datas previstas para a realização dos novos procedimentos.
- O Plano Anual deverá ser revisado mensalmente e nele deverão constar: novos equipamentos, equipamentos excluídos, procedimentos realizados e novos agendamentos.
- Calibração: Operação que estabelece, sob condições especificadas, numa primeira etapa, uma relação entre os valores e as incertezas de medição fornecidos por padrões rastreados e as indicações correspondentes com as incertezas associadas e emissão dos certificados apropriados.
- Teste de Segurança elétrica: Conjunto de testes que avaliam a resistência de isolamento, a resistência de aterramento e fuga de corrente elétrica (para o terra e através do gabinete e do paciente) de um equipamento eletrônico. Os testes de segurança elétrica deverão ser aplicados conforme a classe do equipamento e o tipo de suas partes aplicadas, determinando respectivamente o tipo e o grau de proteção contra choque elétrico.
- Qualificação: Processo que corresponde à ação de verificação, quando um equipamento trabalha corretamente e produz os resultados esperados. Deverão ser aplicáveis dois tipos de qualificação.

1. Qualificação de instalação: é um processo documentado que garante que um equipamento, sistema ou instalação foi recebido e instalado corretamente, de acordo com as especificações técnicas pré-estabelecidas pelo fabricante e as necessidades do usuário.

2. Qualificação operacional: comprovação, mediante testes, que o equipamento está funcionando como previsto e atende às necessidades do processo ao qual se destina. A qualificação operacional deverá incluir: calibração de parâmetros especificados; avaliação dos parâmetros críticos; verificação dos itens de segurança; testes nas condições limite especificados; verificação dos itens especificados; treinamento de pessoal.

3. Qualificação de desempenho: deverá consistir na verificação sistemática da eficácia do(s) equipamento(s) no processo, com a finalidade de garantir que o(s) produto(s) final(is) possa(m) ser produzido(s) e reproduzido(s) conforme a qualidade exigida. Ou seja, verificar se o equipamento funciona como previsto durante o seu uso rotineiro.

3.11.4.1. A CONTRATADA deverá realizar, às suas expensas, a calibração e/ou qualificação dos instrumentos e equipamentos listados abaixo, observando os parâmetros de temperatura (-80°C a 250°C), umidade relativa do ar, peso, pressão e volume, quando aplicável:

- Aparelho de pressão
- autoclaves
- Balança antropométrica
- Balança de precisão
- Balança pediátrica
- Banho maria
- Calibrador de termômetro
- Estufas
- Freezer científico
- Freezer doméstico
- Incubadora B.O.D.
- Infravermelho
- Pesos (50g -20kg)
- Pipetas
- Refrigerador
- Refrigerador doméstico
- Termo-higrômetro digital
- Termo-higrômetro digital com sensor externo
- Termômetro químico de expansão de líquido
- Termômetro digital 02 canais
- Termômetro digital 04 canais
- Ultrafreezer

- Todos os padrões de medição (instrumentos, simuladores e analisadores) utilizados e disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser devidamente calibrados em laboratórios acreditados pelo INMETRO ou, quando não for possível, rastreados pela RBC (Rede Brasileira de Calibração), devendo a CONTRATADA manter as cópias dos certificados de calibração desses padrões disponíveis para verificação da CONTRATANTE.
- Os serviços de calibração e teste de segurança elétrica (quando aplicável) deverão ser realizados nos equipamentos, no mínimo uma vez no ano, obedecendo as recomendações técnicas do fabricante, com exceção das centrífugas, que deverão possuir frequência quadrimestral. Ainda, deverão estar em conformidade com as portarias e legislações vigentes.
- Os serviços de qualificação operacional e de desempenho deverão ser realizados nos equipamentos referenciados pela ANVISA, de acordo com as Resoluções Nº 57/2010, 15/2012 e 51/2013, bem como demais legislações vigentes, no mínimo uma vez no ano.
- A CONTRATADA deverá analisar os resultados das calibrações, comparando-os com os desvios máximos admitidos para o equipamento, atestando sua conformidade ou não conformidade e, se necessário, alterando as periodicidades com base em métodos para ajuste de intervalos de calibração, ou deverá tomar as providências necessárias conforme o caso. Caso ocorra uma não conformidade que necessite de ajustes e/ou manutenção, a CONTRATADA deverá sinalizar a CONTRATANTE, providenciar devida manutenção corretiva e, quando este for reparado, deverá ser novamente calibrado.
- Os serviços realizados deverão gerar um documento denominado de “Certificado de Calibração”, “Laudo de Segurança Elétrica” ou “Relatório de Qualificação”, de acordo com o respectivo serviço executado, com no mínimo as seguintes informações: Número do Documento; Tipo do Documento, Data de execução do serviço; Código do equipamento/instrumento; Código do padrão de referência; Indicação de no mínimo 03 (três) leituras, se aplicável, comparando com as leituras do padrão; Indicação do erro da leitura e da incerteza da leitura, se aplicável; Indicação do Técnico responsável pela execução do serviço e assinatura do engenheiro responsável;
- Os certificados de calibração deverão ser emitidos conforme a norma vigente.
- A CONTRATADA deverá colocar, ao final de cada procedimento, etiquetas em todos os equipamentos, de acordo com o tipo de serviço que foi executado, contendo, no mínimo, o número do documento, a data de realização do serviço e a data da próxima execução deste.
- Deverá existir Procedimento Operacional Padrão (POP) desenvolvido com base em normas nacionais, manuais dos fabricantes, descrevendo a sistemática para calibração, teste elétrico e qualificação de cada tipo de equipamento aplicável. Estes POPs deverão ser entregues em até 120 (cento e vinte) dias da data de assinatura do contrato.
- Todas as atividades de Calibração, Teste de Segurança Elétrica e Qualificação deverão ser documentadas e registradas em sistema informatizado utilizado no IFF.

### 3.12. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

3.12.1. ANALISADORES E SIMULADORES DE EQUIPAMENTOS MÉDICO - HOSPITALARES: A proponente deve disponibilizar, conforme solicitação da unidade hospitalar, os equipamentos padrões de teste, com calibração válida e rastreáveis à RBC, necessários para realizar manutenções, validações ou calibrações, conforme lista abaixo:

EQUIPAMENTO	
1	Amperímetro (DC)
2	Amperímetro tipo alicate
3	Analisador de bisturi elétrico digital
4	Analisador de desfibrilador/ cardioversor/ marcapasso
5	Analisador de parâmetros ventilatórios
6	Analisador de pressão digital
7	Analisador de pressão invasiva – PI
8	Analisador de pressão não invasiva – PNI
9	Analisador de segurança elétrica
10	Anemômetro
11	Balança de precisão
12	Calibrador de pressão
13	Câmera termográfica
14	Capacímetro
15	Conjunto de pesos padrão calibrados



16	Conjunto de pesos padrão de no mínimo 200Kg
17	Contador de partículas
18	Datalogger para qualificação térmica
19	Decibelímetro
20	Dinamômetro
21	Fluxômetro para gases
22	Forno de calibração
23	Fotômetro
24	Manômetro eletrônico
25	Medidor de concentração de CO2
26	Medidor de vibração
27	Mocrômetro
28	Luxímetro para foco cirúrgico
29	Radiômetro para fototerapia
30	Osciloscópio de 4 canais
31	Oxímetro de linha
32	Paquímetro
33	Pulmão de teste
34	Simulador de desfibrilador e cardioversor digital
35	Simulador de ECG
36	Simulador de oximetria
37	Simulador para esfigmomanômetro
38	Tacômetro
39	Termohigrômetro digital para incubadora
40	Termômetro digital
41	Terrômetro
42	analisador de bomba infusora
43	Teste de lavadora ultrassônica
44	Teste de nebulizador ultrassônico
45	Teste de qualidade de água
46	Teste de segurança elétrica
47	Teste para desfibrilador
48	Teste para eletroestimulador
49	Teste para foco cirúrgico
50	Teste para fototerapia
51	Teste para ventilador pulmonar
52	Torquímetro

3.12.2. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, calibração, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de analisadores e/ou simuladores para execução do serviço de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitalares, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

3.12.3. Todos os analisadores e/ou simuladores fornecidos deverão estar calibrados e deverão sempre ser fornecidos juntamente com cópia do respectivo certificado de calibração válido e rastreável à RBC – Rede Brasileira de Calibração.

3.12.4. Sobre o conceito de analisadores e/ou simuladores subtede-se todo e qualquer instrumento necessário para simular e/ou aferir parâmetros de um Equipamento médico- hospitalar, e/ou calibrar este.

3.12.4.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o transporte de Analisadores e/ou Simuladores para execução do serviço em Equipamentos Médico-Hospitalares, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

3.12.4.2. Estes analisadores são propriedade da CONTRATADA, e poderão, a critério desta, serem recolhidos ao fim da vigência do contrato.

### 3.13. PEÇAS E ACESSÓRIOS

3.13.1. A CONTRATADA deverá realizar a reposição de todos os itens acessórios e kits preventivos - como soquetes, lâmpadas, filtros, pilhas, baterias, e demais que se façam necessários - para os equipamentos de propriedade do IFF.

3.13.1.1. A CONTRATADA deve possuir estoque mínimo dos itens acima.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles estabelecidos na RDC nº 222, de 28 de março de 2018, que regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde e dá outras providências, principalmente, aqueles previstos no Artigo nº 68, onde prevê que os resíduos sólidos contendo metais pesados, quando não submetidos a tratamento, devem ser dispostos em aterro de resíduos perigosos, bem como, o descarte de pilhas, baterias, acumuladores de carga e lâmpadas devem ser feitos de acordo com as normas ambientais vigentes.

4.1.1.1. As diretrizes de sustentabilidade deverão ser atendidas com base também na Lei nº 12.349, de 2010; Art. 4º, incisos I, III, VI, Art.5º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012; incisos I, II, III, do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010; Art. 225º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Cabe destacar também os critérios estabelecidos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, em seus artigos 5º e 6º, quais sejam:

“Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restric on of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)”.

“Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber”:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V – realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI – realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

e VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999”.

4.1.2. Para a presente contratação em tela, cabe o atendimento de forma concomitante aos dispositivos abaixo:

- Lei nº 10.295, de 2001 (Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.);
- Decreto nº 9.864, de 2019 (Regulamenta a Lei nº 10.295, de 2001);
- Decreto nº 4.508, de 2002 – art. 2º (Dispõe sobre a regulamentação específica que define os níveis mínimos de eficiência energética de motores elétricos trifásicos de indução rotor gaiola de esquilo, de fabricação nacional ou importados, para a comercialização ou uso no Brasil, e dá outras providências.);
- Portaria INMETRO nº 7, de 04/01/2011;
- Portaria INMETRO n.º 643, de 30/11/ 2012;
- Portaria INMETRO n.º 410, de 16/08/2013; Portaria INMETRO n.º 517, de 29/10/2013;
- Portaria INMETRO nº 20, de 18/01/2012;
- Lei nº 6.938, de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);
- Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013 (Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras);
- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos Decreto 9.177, de 2017 (Regulamenta o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e complementa os art. 16 e art. 17 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e dá outras providências);
- Resolução CONAMA nº 362, de 3/06/2005 (Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado);
- Resolução nº 804, de 2019 da ANP, (Estabelece critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes a serem comercializados no território nacional).

4.1.3. Devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (Internacional Organization for Standardization), relativas a sistemas de gestão ambiental;

4.1.4. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’ água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

4.1.5. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.6. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliações do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.1.7. Cumprir o estabelecido na Resolução CONAMA nº 362/2005 que determina que: “Todo óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser recolhido, coletado e ter destinação final, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação dos constituintes nele contidos, na forma prevista nesta Resolução”.

4.1.8. Além disso, na execução do contrato, deverão ser observados as indicações abaixo:

I - Observar que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

II - Não utilizar materiais que contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

III - Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138/2003;

IV - Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

V - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

VI - Utilizar máquinas que atendam ao Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);

VII - Causar menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

VIII - Dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

IX - Não lançar fragmentos ou material par culado no ambiente; X - Não fazer a queima de combustíveis não renováveis, exceto imprescindível para a execução dos serviços;

XI - Priorizar Equipamentos de Proteção Individual e uniformes produzidos por empresas ambientalmente responsáveis, evitando aqueles que em uso ou durante a lavagem lancem elementos nocivos às pessoas e à natureza, bem como providenciar destinação adequada aos mesmos após transcurso do período de uso pelos profissionais.

4.1.9. Além dos critérios previstos, faz-se necessário observar as recomendações de soluções economicamente viáveis previstas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (GNLS).

## **Subcontratação**

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

4.2.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.2.2.1. Calibração de equipamentos;

4.2.2.2. Qualificação de equipamentos;

4.2.2.3. Serviços de oficina específicos tais como: serviços de tornearia, confecção de peças de materiais plásticos, enrolamento de motores; etc;

4.2.2.4. Serviços de transporte de equipamentos ou peças especiais;

4.2.2.5. Serviços não inclusos no presente contrato como atribuição do contratante, mas que pela sua urgência ou especificidade se façam necessários para a conclusão de reparo de equipamentos médicos.

4.2.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2.4. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.2.5. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.2.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.2.7. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

## **Garantia da contratação**

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.3.1. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo e vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.3.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.3.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.3.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.3.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.4. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.7. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.7.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.9. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que

respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.15.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.15.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.15.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

4.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência

#### **Vistoria**

4.19. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 15:30 horas.

O agendamento da vistoria deverá ser feito através dos telefones 2554-1791/1792.

4.20. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.21. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.22. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.23. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **Instalação de escritório**

4.24. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município do Rio de Janeiro/RJ, de forma a permitir o apoio administrativo com a velocidade necessária às peculiaridades do serviço contratado.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução de serviços de Engenharia Clínica caracteriza-se pelo gerenciamento do parque tecnológico durante todo o seu ciclo de vida segundo orientações do fabricante. Este gerenciamento dá-se pela manutenção dos equipamentos médico-hospitalares, participação em processos de aquisição, recebimento, treinamento, desativação e todos os assuntos referentes aos equipamentos visando à máxima segurança e disponibilidade operacional dos equipamentos. Incluem-se também nas atividades da engenharia clínica a participação em processos de qualidade (ONA, ISO 9000, Joint Commission), tecnovigilância e gerenciamento de riscos.

### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Local e horário:

5.2.1. Os serviços deverão ser realizados na localidade abaixo especificada:

LOCAL	ENDEREÇO
Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF)	Av. Rui Barbosa, nº 716 - Bairro: Flamengo - CEP: 22.250-020 – Rio de Janeiro – RJ

5.2.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: De segunda-feira a sexta-feira de 8:00 às 17:00 horas.

### Rotinas a serem cumpridas

5.3. Início da execução dos serviços:

5.3.1. A execução dos serviços terá início na data de assinatura do contrato, e vigorará por 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, conforme determinação legal.

5.3.2. A CONTRATADA deverá seguir a seguinte cronograma de implantação das atividades a contar da data de assinatura do contrato:

Nº	Descrição das Atividades	Dias				
		01 a 15	16 a 30	31 a 90	91 a 180	181 até o fim do contrato
1	Levantamento das necessidades e condições de trabalho e apresentação da ferramenta de software	x	x			
2	Adequação do espaço físico disponibilizado pelo HOSPITAL para desenvolvimento dos serviços contratados	x	x			
3	Levantamento, cadastramento (físico e sistema) e atualização inicial do inventário de equipamentos	x	x			
4	Execução da manutenção corretiva		x	x	x	x
5	Elaboração do Plano Anual de Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de segurança elétrica e Qualificação			x	x	x
6	Execução da manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e qualificação				x	x
7	Execução do Plano de Gestão Tecnológica				x	x
8	Execução do Plano Anual de Treinamento					x

5.3.3. O período em destaque que permeia as fases é o máximo aceitável para funcionamento pleno da atividade, ou seja, para fim de implantação e execução sem deficiências da mesma. As diversas atividades devem ser desenvolvidas de modo concomitante, podendo este cronograma ser readequado a critério da CONTRATANTE.

#### 5.4. Cadastro de equipamentos médico-hospitais

5.4.1. A CONTRATADA deverá manter um cadastro atualizado do parque de equipamentos médico-hospitais, em software dedicado de gestão do parque de equipamentos médico-hospitais (EMHs). Esse cadastro deverá conter informações como código de identificação, nomenclatura, situação, localização, marca, modelo, série, patrimônio, qualificação, custo de substituição, data de aquisição, data de instalação, cobertura de garantia ou contrato de manutenção, entre outros;

5.4.2. Os equipamentos deverão receber etiqueta, de resistência e durabilidade apropriadas, indicando o código de identificação específico desse cadastro.

5.4.3. Esta etiqueta (TAG) de identificação deverá ser fornecida pela CONTRATADA e conterá o código TAG de identificação do equipamento. A forma de codificação dos equipamentos deverá ser definida em comum acordo com a CONTRATANTE.

5.4.4. A CONTRATADA deverá elaborar, junto ao cadastro de EMH, uma qualificação dos EMHs em 03 (três) níveis de criticidade, acordada com a CONTRATANTE, realizando a qualificação dos EMHs nos níveis de criticidade BAIXA, MÉDIA e ALTA. Esta lista de níveis de criticidade será utilizada para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas na execução do serviço técnico.

5.4.5. A elaboração da qualificação dos EMHs em níveis de criticidade deverá ser baseada conjuntamente nos seguintes critérios mínimos:

5.4.5.1. Classe de risco, conforme RDC ANVISA Nº 185/01;

5.4.5.2. Importância estratégica;

5.4.5.3. Recomendações de normas técnicas/fabricante.

5.4.6. A CONTRATANTE poderá optar, a qualquer tempo, pela utilização de alguma outra metodologia de qualificação do nível de criticidade dos equipamentos médico-hospitais, devendo a CONTRATANTE formalizar junto a CONTRATADA os novos critérios a serem adotados para a realização da qualificação dos equipamentos médico-hospitais.

5.4.7. No ato de eventuais renovações de contrato e no fim de vigência deste, a CONTRATADA deverá realizar a conferência total do cadastro de equipamentos médico-hospitais, que inclui a atualização da qualificação dos EMHs, a verificação física dos EMHs, e caso necessário a atualização das informações cadastrais e/ou reposição da etiqueta de identificação dos EMHs.

5.4.8. A CONTRATADA deverá concluir a conferência total do cadastro de equipamentos médico-hospitais em até 30 (trinta) dias corridos a contar a partir da data de eventuais renovações anuais de contrato ou da data de fim de vigência do contrato, devendo entregar à CONTRATANTE, dentro deste prazo, o referido Cadastro, documento em mídia digital contendo arquivo digital em formato de tabela totalmente editável (compatível com Microsoft Excel).

5.4.9. Caso, ao término do contrato, a CONTRATADA não realize a conferência total do cadastro de equipamentos médico-hospitais, e respectiva entrega à CONTRATANTE do cadastro de equipamentos médico-hospitais digital, conforme pactuado neste Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita a sanções contratuais, além disto, a CONTRATANTE poderá vincular o pagamento da última fatura a conclusão deste serviço.

5.4.10. A CONTRATADA será responsável pelo registro de todo e qualquer serviço referente ao parque de equipamentos médico-hospitais da CONTRATANTE, devendo registrar no software dedicado de gestão do parque de EMH todas as informações referentes aos serviços realizados.

#### 5.5. Recebimento e aceitação dos equipamentos

5.5.1. A cada equipamento médico-hospitalar adquirido pela CONTRATANTE, ou a cada EMH que retorne de serviço externo, a CONTRATADA deverá apoiar a CONTRATANTE na realização do recebimento, conferência, instalação e testes de aceitação destes EMH.

5.5.2. O processo de recebimento, conferência, instalação e testes de aceitação de equipamentos médico-hospitais deverá contemplar o recebimento dos EMHs, a verificação da integridade de embalagem de modo a garantir que o equipamento médico-hospitalar não sofreu avaria no transporte, a conferência da compatibilidade da ordem de compra ou ordem de serviço para verificar que o item entregue está de acordo com o demandado, sempre que tratar-se de aquisição o item deverá ser aberto e conferido em conjunto e na presença do fornecedor, a execução ou acompanhamento da instalação do EMH, e a realização ou acompanhamento dos testes de aceitação do equipamento médico-hospitalar, inserindo sempre todas as informações no software dedicado de gestão do parque de EMH.

#### 5.6. Manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e qualificação



- 5.6.1. A CONTRATADA deverá elaborar procedimentos operacionais de manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e qualificação para o parque de equipamentos médico hospitalares da CONTRATANTE, disposto no Anexo A.
- 5.6.2. Manutenção Preventiva é o conjunto de ações realizadas em intervalos predeterminados, ou de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um item, tendo como resultado um Certificado de Manutenção Preventiva;
- 5.6.3. Calibração é a operação que estabelece, sob condições especificadas, numa primeira etapa, uma relação entre os valores e as incertezas de medição fornecida por padrões rastreados e as indicações correspondentes com as incertezas associadas. Numa segunda etapa, utiliza esta informação para estabelecer uma relação visando à obtenção de um resultado de medição a partir de uma indicação, tendo como resultado um Certificado de Calibração rastreável à Rede Brasileira de Calibração (RBC - INMETRO);
- 5.6.4. Teste de Segurança Elétrica é o conjunto de testes que avaliam a resistência de isolamento, a resistência de aterramento e fuga de corrente elétrica (para o terra e através do gabinete e do paciente) de um equipamento eletrônico. Os testes de segurança elétrica deverão ser aplicados conforme a classe do equipamento e o tipo de suas partes aplicadas, determinando respectivamente o tipo e o grau de proteção contra choque elétrico, tendo como resultado um Laudo de Segurança Elétrica;
- 5.6.5. Qualificação é o processo que corresponde à ação de verificação, quando um equipamento trabalha corretamente e produz os resultados esperados. Deverá ser aplicável a qualificação de desempenho que consisti na verificação sistemática da eficácia do(s) equipamento(s) no processo, com a finalidade de garantir que o(s) produto(s) final(is) possa(m) ser produzido(s) e reproduzido(s) conforme a qualidade exigida. Ou seja, verifica-se se o equipamento funciona como previsto durante o seu uso rotineiro.
- 5.6.6. A CONTRATADA deverá desenvolver e implantar um Plano Anual de Manutenção Preventiva, Calibração, teste de segurança elétrica e qualificação do parque de equipamentos médico-hospitalares da CONTRATANTE, de modo a reduzir a incidência de manutenção corretiva, prevendo e evitando danos futuros, observando falhas em estágios iniciais, e aumentando a confiabilidade e segurança do parque de EMH, assim como, de modo a estabelecer uma revisão frequente dos sistemas de medidas e desempenhos no intuito de garantir que os equipamentos médico-hospitalares sejam utilizados dentro de sua normalidade de operação, atendendo plenamente as funções especificadas pelo fabricante e garantindo a confiabilidade e segurança de pacientes e operadores, devendo o plano anual ser divulgado para os responsáveis de cada setor envolvido, de modo que sejam disponibilizados os equipamentos quando no período programado.
- 5.6.7. Após a realização de cada procedimento de manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e/ou qualificação em equipamento médico-hospitalar da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá colocar uma etiqueta no EMH, contendo no mínimo o tipo de serviço, o número do certificado gerado, e do técnico executor, a data de execução e a data da próxima intervenção programada. A etiqueta deverá ser fornecida e substituída quando necessário pela CONTRATADA, devendo ser utilizada etiqueta de material resistente a rotina de higienização.
- 5.6.8. A CONTRATADA deverá em até 30 (trinta) dias corridos a contar a partir da data de eventuais renovações anuais de contrato ou da data de fim de vigência do contrato, entregar à CONTRATANTE, o banco de procedimentos operacionais de manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e qualificação elaborado, em formato digital, sendo no mínimo 01 (um) volume do Banco de Procedimentos Operacionais em mídia digital contendo arquivos digitais totalmente editáveis.
- 5.6.9. Caso, ao término do contrato, a CONTRATADA não realize a entrega à CONTRATANTE do Banco de Procedimentos Operacionais, em formato digital, conforme pactuado neste Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita a sanções contratuais, além disto a CONTRATANTE poderá vincular o pagamento da última fatura a conclusão deste serviço.
- 5.6.10. Todos os padrões de medição (instrumentos, simuladores e analisadores) utilizados e disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser devidamente calibrados em laboratórios acreditados pelo INMETRO ou, quando não for possível, rastreados pela RBC (Rede Brasileira de Calibração), devendo a CONTRATADA manter as cópias dos certificados de calibração desses padrões disponíveis para verificação da CONTRATANTE.
- 5.6.11. Os serviços de calibração (quando aplicável) deverão ser realizados, no mínimo uma vez no ano, obedecendo às recomendações técnicas do fabricante, com exceção das centrífugas, que deverão possuir calibração com frequência quadrimestral.
- 5.6.12. Os serviços de teste de segurança elétrica deverão ser realizados nos equipamentos referenciados pela ABNT NBR IEC 60601-1, bem como demais legislações vigentes, no mínimo uma vez no ano.
- 5.6.13. Os serviços de qualificação de desempenho deverão ser realizados nos equipamentos referenciados pela ANVISA e de acordo com as Resoluções Nº 57/2010, 15/2012 e 51/2013, bem como demais legislações vigentes, no mínimo uma vez no ano.
- 5.6.14. A CONTRATADA deverá analisar os resultados das calibrações, comparando-os com os desvios máximos admitidos para o equipamento, atestando sua conformidade ou não conformidade e, se necessário, alterando as periodicidades com base em métodos para ajuste de intervalos de calibração, ou deverá tomar as providências necessárias conforme o caso. Caso ocorra uma não conformidade que necessite de ajustes e/ou manutenção, a CONTRATADA deverá sinalizar a CONTRATANTE, providenciar devida manutenção corretiva e, quando este for reparado, deverá ser novamente calibrado.

5.6.15. Os serviços realizados deverão gerar um documento denominado de “Certificado de Calibração”, “Laudo de Segurança Elétrica” ou “Relatório de Qualificação”, de acordo com o respectivo serviço executado, com no mínimo as seguintes informações: número do documento; tipo do documento data de execução do serviço; código do equipamento/instrumento; código do padrão de referência; indicação de no mínimo 03 (três) leituras, se aplicável, comparando com as leituras do padrão; indicação do erro da leitura e da incerteza da leitura, se aplicável; indicação do técnico responsável pela execução do serviço.

5.6.16. A CONTRATADA deverá colocar, ao final de cada procedimento, etiquetas em todos os equipamentos, de acordo com o tipo de serviço que foi executado, contendo, no mínimo, o número do documento, a data de realização do serviço e a data da próxima execução deste.

5.6.17. Os certificados de calibração deverão ser emitidos conforme norma NBR/ISO 17025.

5.6.18. Deverá existir Procedimento Operacional Padrão (POP) desenvolvido com base em normas nacionais, manuais dos fabricantes, descrevendo a sistemática para manutenção preventiva de cada tipo de equipamento disponível no IFF e, quando aplicável, para calibração, teste elétrico e qualificação. Estes POPs deverão ser entregues em até 120 (cento e vinte) dias da assinatura do contrato.

5.6.19. Toda manutenção preventiva, calibração, teste elétrico e qualificação realizada deve gerar um documento denominado “Ordem de Serviço”, com no mínimo as seguintes informações: número da ordem de serviço; dados de identificação do equipamento; data de realização da intervenção; data de realização da próxima intervenção; código dos equipamentos /instrumentos de medição utilizados; checklist contendo as rotinas de procedimentos realizados; indicação do técnico responsável pela execução da intervenção; qualificação ou avaliação do serviço executado; assinatura legal do funcionário responsável pelo setor de lotação vigente do equipamento.

5.6.20. Todas as atividades de manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e qualificação deverão ser documentadas e registradas em sistema informatizado (software) específico.

## 5.7. Manutenção corretiva

5.7.1. Os chamados técnicos deverão ser abertos mediante uma solicitação de serviço de manutenção corretiva por parte de qualquer profissional da instituição ou por qualquer profissional da CONTRATADA, via comunicação presencial, telefone, software de gerenciamento, sistema interno, e-mail e/ou outro meio determinado pela CONTRATANTE, devendo sempre a CONTRATADA inserir todas as informações no software dedicado de gestão do parque de EMH.

5.7.2. Para TODA manutenção seja preventiva ou corretiva efetuada deverá ser expedida ordem de serviço, que conterá pelo menos as seguintes informações:

- a) Dados do Equipamento;
- b) Data e hora do início da manutenção;
- c) Testes efetuados;
- d) Operações de manutenção realizadas, se houver;
- e) Especificações dos componentes substituídos, se houver;
- f) Diagnóstico das condições físicas e de operação dos equipamentos biomédicos;
- g) Nome, identidade e assinatura do usuário/chefia do setor;
- h) Nome, identidade e assinatura do técnico responsável.

5.7.3. A CONTRATADA será responsável pelo atendimento técnico de todo e qualquer chamado técnico referente ao parque de equipamentos médico-hospitalares da CONTRATANTE.

5.7.4. A CONTRATADA será responsável pela execução de manutenção corretiva de baixa e média complexidade no parque de equipamentos médico-hospitalares da CONTRATANTE, que são caracterizadas por não exigirem conhecimento do projeto de fabricação do equipamento médico-hospitalar, não exigirem conhecimento ou mão de obra especializada de fábrica, e somente exigirem a substituição de peças disponíveis em estoque ou que possam ser encontradas no mercado. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual aplicação de peças para execução de manutenção corretiva de baixa e média complexidade, utilizando para isso o valor previsto para aplicação de peças e serviços especializados, conforme pactuado.

5.7.5. Para a execução de manutenção corretiva de alta complexidade, que são caracterizadas por exigirem conhecimento do projeto de fabricação do equipamento médico-hospitalar, exigirem conhecimento ou mão de obra especializada de fábrica, ou a substituição de peças não disponíveis no mercado, a CONTRATADA poderá realizar a aplicação de serviços especializados. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual aplicação de serviços especializados para execução de manutenção corretiva de alta complexidade, utilizando para isso o valor previsto para peças e serviços especializados, conforme pactuado.

5.7.6. Em se tratando da utilização do valor previsto para eventualidades no que diz respeito a serviços especializados, a CONTRATADA deverá emitir um Parecer Técnico com justificativa embasada que caracterize se tratar de uma manutenção de alta complexidade, sendo esse emitido pelo Supervisor de Engenharia Clínica da CONTRATADA.

5.7.7. A aplicação de acessórios poderá ser considerada eventual em casos emergenciais que impliquem diretamente na prestação do serviço, na qual sem o equipamento em pleno funcionamento não é possível oferecê-lo.

5.7.8. A aplicação de peças/materiais de reposição será considerada eventual em casos que impactem diretamente na prestação de serviço. A CONTRATADA deverá emitir um Parecer Técnico com justificativa embasada, sendo esse emitido pelo Supervisor de Engenharia Clínica da CONTRATADA.

5.7.9. Após toda e qualquer manutenção corretiva, cuja intervenção possa resultar em alteração dos parâmetros do equipamento médico-hospitalar, a CONTRATADA deverá realizar a respectiva calibração do EMH antes de devolver o mesmo ao setor de origem.

5.7.10. Todas as atividades de manutenção corretiva deverão ser documentadas registradas em sistema informatizado (software) específico, informando, no mínimo: identificação do equipamento, o defeito apresentado, o diagnóstico do problema, descrição clara das ações tomadas para sua correção, identificação do executor de cada uma das ações, horário de abertura, atendimento e encerramento da ordem de serviço, intervalo início-fim de cada atividade, material aplicado e seus valores, bem como cópia da referida nota fiscal.

## 5.8. Substituição eventual de peças e subcontratação de serviços especializados

5.8.1. A CONTRATADA será responsável pela aquisição e aplicação de peças/materiais de reposição e acessórios necessários para a manutenção dos equipamentos, bem como aplicação de peças/materiais eventuais e de serviços especializados autorizados pela CONTRATANTE (incluindo custos de envio de equipamento para orçamento e conserto) limitados aos valores previstos neste Termo de Referência, acumulativo no período de 12 (doze) meses, com as respectivas demonstrações de gastos.

5.8.2. Devido à natureza do objeto deste Termo de Referência, que inclui a manutenção de uma vasta gama de EMHs, de distintas marcas e modelos, e diversos graus de complexidade, risco, impacto, categoria e fabricante, cujo detalhamento seria de difícil precisão far-se-ia necessário uma amplitude de conhecimentos técnicos e a especificação de uma lista infinita de peças de diversas naturezas e serviços para atender totalmente a demanda de manutenções dos setores da instituição, inviabilizando desta forma a especificação desta lista, motivo este pelo qual foi previsto um valor anual para eventual aplicação de peças e de serviços especializados.

5.8.3. O valor anual máximo previsto, a ser aplicado sob demanda da CONTRATANTE, para eventual aplicação de peças eventuais e de serviços especializados será de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), sendo estimado o valor mensal de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

5.8.4. O valor previsto para aplicação de peças e de serviços especializados não será considerado para o pagamento mensal da CONTRATADA e será faturado somente quando da eventual aplicação de peça e/ou serviço, no valor global referente ao total de peças e serviços efetivamente aplicados, que deverá ser comprovado por meio de relatório mensal, ordem de serviço e cópia da nota fiscal e com o devido atesto da CONTRATANTE.

5.8.5. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual aplicação de peças para execução de manutenção corretiva de baixa e média complexidade em EMHs, utilizando para isso o valor previsto para aplicação de peças e serviços especializados, conforme pactuado neste Termo de Referência.

5.8.6. Sobre o conceito de peças subentende-se toda e qualquer peça, componente, acessório e/ou material auxiliar, consumíveis ou não, necessários para reparar um EMH e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido.

5.8.7. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os insumos necessários à revisão, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos. Entende-se por itens de insumo, de forma exemplificativa: álcool, gasolina, estopa, flanela, fita isolante, soldas, graxas, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás, produto de limpeza não abrasível e biodegradável, necessários à manutenção dos equipamentos e recomendados pelo fabricante e correlatos.

5.8.8. Condições e prazos para aplicação de peças:

a) Quando a CONTRATADA julgar necessário o emprego de peça, esta deverá indicar a necessidade de aplicação de peça para a CONTRATANTE;

b) A CONTRATANTE fará imediatamente a verificação da real necessidade de aplicação da(s) peça(s) indicada(s) pela CONTRATADA e mediante a confirmação desta necessidade a CONTRATANTE prontamente autorizará o início do processo de aplicação desta(s) peça(s) pela CONTRATADA;

c) A CONTRATADA deverá apresentar 3 (três) orçamentos, visando a aplicação das peças, podendo a CONTRATANTE realizar orçamento complementar para verificação do preço orçado pela CONTRATADA;

d) A CONTRATANTE deverá aprovar formalmente a aplicação das peças referente aos orçamentos apresentados, ficando a CONTRATADA obrigada a aplicar a peça pelo menor valor, dentre os preços orçados;

e) Visando a celeridade no processo de manutenção e antevendo-se a aplicação de algumas peças ordinárias, a CONTRATANTE poderá indicar a CONTRATADA a necessidade de antecipação da entrega destas peças para agilizar futuras aplicações;

f) Deverão ser aplicadas e/ou antecipadas apenas peças novas, sendo vedado o uso material improvisado ou peças adaptadas, recondicionadas, recicladas, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado. Nos casos extraordinários, considerando a impossibilidade de aquisição de peça original, será admitida a aplicação de peça genérica, desde que garantida sua compatibilidade e segurança;

g) No caso de fornecedor exclusivo do componente, a CONTRATADA deverá apresentar uma carta de exclusividade do fabricante e uma do fornecedor, bem como cópia de uma nota fiscal de venda já realizada desse componente para outrem. Caso o componente nunca tenha sido vendido, deverá ser fornecido um documento constando que tal componente nunca foi anteriormente vendido pelo fornecedor;

h) As peças a serem aplicadas e/ou antecipadas deverão ser entregues a CONTRATANTE, com cópia da nota fiscal da peça para simples conferência do valor de aplicação;

i) As peças deverão ser fornecidas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ou 30 (trinta) dias corridos para peças com importação comprovada, contados a partir da data de autorização do início do processo de aplicação das peças e/ou solicitação de antecipação das peças pela CONTRATANTE. Caso não seja possível o cumprimento dos prazos acima, para algum equipamento, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, por escrito, ao Fiscal do Contrato, cabendo a este a concordância ou não. No caso de concordância, será estabelecido um novo prazo.

5.8.9. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual aplicação de serviços especializados para execução de manutenção corretiva de alta complexidade em EMH, utilizando para isso o valor previsto para peças e serviços especializados, conforme pactuado neste Termo de Referência.

5.8.10. Sobre o conceito de serviços especializados subteme-se todo e qualquer serviço que exigir conhecimento ou mão de obra especializada de fábrica, ou a substituição de peças não disponíveis no mercado, necessários para reparar um EMH e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido.

5.8.11. Condições e prazos para aplicação de serviços especializados:

a) Quando a CONTRATADA julgar necessário o emprego de serviço especializado, esta deverá indicar a necessidade de aplicação de serviço especializado para a CONTRATANTE;

b) A CONTRATANTE fará imediatamente a verificação da real necessidade de aplicação do(s) serviço(s) especializado(s) indicado(s) pela CONTRATADA, e mediante a confirmação desta necessidade a CONTRATANTE prontamente autorizará o início do processo de aplicação deste(s) serviço(s) especializado(s) pela CONTRATADA;

c) A CONTRATADA deverá apresentar orçamento, visando a aplicação dos serviços especializados, podendo a CONTRATANTE realizar orçamento complementar para verificação do preço orçado pela CONTRATADA;

d) A CONTRATANTE deverá aprovar formalmente a aplicação dos serviços especializados referente aos orçamentos apresentados, ficando a CONTRATADA obrigada a aplicar o serviço especializado pelo menor valor, dentre os preços orçados;

e) No caso de representante exclusivo, a CONTRATADA deverá apresentar uma carta de exclusividade do fabricante e uma do representante, bem como cópia de uma nota fiscal de serviço já prestado para outrem. Caso o serviço nunca tenha sido prestado, deverá ser fornecido um documento constando que tal serviço nunca foi anteriormente executado pelo representante. e) Os serviços especializados a serem aplicados deverão ser prestados a CONTRATANTE, com cópia da nota fiscal do serviço especializado para simples conferência do valor de aplicação;

f) Os serviços especializados deverão ser fornecidos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de autorização do início do processo de aplicação dos serviços especializados pela CONTRATANTE. Caso não seja possível o cumprimento dos prazos acima, para algum equipamento, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, por escrito, ao Fiscal do Contrato, cabendo a este a concordância ou não. No caso de concordância, será estabelecido um novo prazo.

5.8.12. O pagamento do valor de aplicação de peças e serviços especializados, será efetuado mensalmente, somente quando da aplicação e/ou antecipação de peça e quando da aplicação de serviço especializado, nos valores referentes ao total de peças aplicadas e/ou antecipadas no período e o total de serviços especializados aplicados no período mais respectivo BDI incidente, mediante apresentação à CONTRATANTE, de respectivo relatório de aplicação de peças e serviços especializados do período, e após o devido atesto deste pela CONTRATANTE.

5.8.13. O valor de aplicação de peças e serviços especializados deverá ser faturado mensalmente, em conjunto ao valor mensal do serviço, através de NOTA FISCAL DE SERVIÇO única para cada período. A aplicação de peças nunca será considerada pela CONTRATANTE como aquisição de material, devido à natureza do objeto contratado, que se trata exclusivamente de serviço de manutenção com aplicação de peças e como tal deverá sempre ser faturado pela CONTRATADA através de NOTA FISCAL DE SERVIÇO.

5.8.14. O relatório de aplicação de peças e serviços especializados deverá conter, a relação de aplicações e/ou antecipações de peças e de aplicações de serviços especializados, com os itens aplicados e/ou antecipados, aplicação, data, valor unitário e total dos itens, mais o respectivo BDI incidente sobre peças e serviços especializados, respectivas cópias das notas fiscais das peças e serviços especializados, e o valor total despendido no período com as aplicações e/ou antecipações de peças e as aplicações de serviços especializados, além do "VALOR GLOBAL MENSAL DA APLICAÇÃO DE PEÇAS E/OU DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS", com o respectivo BDI incidente.

5.8.15. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a prestação de garantia total, de no mínimo 03 (três) meses, para toda e qualquer peça aplicada e/ou antecipada e para todo e qualquer serviço especializado aplicado para execução de manutenção em EMHs da CONTRATANTE, a contar da data de entrega da peça ou da data de prestação do serviço especializado.

#### 5.9. Rondas periódicas:

5.9.1. A CONTRATADA deverá desenvolver e implantar um Plano Anual de Rondas Gerais do parque de EMHs da CONTRATANTE cuja qualificação de criticidade seja alta, de modo a reduzir a incidência de manutenção corretiva, prevenindo e evitando danos futuros, observando falhas em estágios iniciais, e aumentando a confiabilidade e segurança do parque de EMH.

5.9.2. No Plano Anual de Rondas do parque de EMHs, a periodicidade de rondas será definida pelo CONTRATANTE, podendo, a qualquer tempo, solicitar formalmente a alteração destas periodicidades.

5.9.3. Compreendem a verificação da normalidade de funcionamento do equipamento, se está corretamente instalado e regulado para uso, por meio do uso e aplicação de uma lista de checagem (check-list), devidamente documentada, buscando identificar irregularidades no funcionamento dos equipamentos.

5.9.4. A CONTRATADA será responsável pela execução de rondas periódicas no parque de EMHs da CONTRATANTE.

#### 5.10. Software dedicado de gestão do parque de EMH

5.10.1. A gestão do serviço técnico especializado de engenharia clínica deverá, obrigatoriamente, ser executada através do software de gerenciamento de equipamentos médico-hospitalares, denominado EFFORT, já adquirido pelo IFF.

5.10.2. O software será disponibilizado pela CONTRATANTE durante todo o período de vigência do contrato.

5.10.3. A CONTRATANTE deverá disponibilizar login e senha, para todos os usuários do software, com níveis de acesso diversos, conforme indicações da CONTRATANTE. Dentre os usuários do sistema estão:

- a) da CONTRATADA;
- b) A equipe de Fiscalização do Contrato da CONTRATANTE;

#### 5.10.5. Treinamento do Software:

- a) É de inteira responsabilidade da CONTRATANTE a qualificação dos usuários do software, de acordo com o nível de acesso indicado;
- b) Os treinamentos serão realizados em datas agendadas entre o Fiscal do Contrato e o fornecedor.

#### 5.11. Indicadores

5.11.1. A CONTRATADA deverá monitorar os seguintes indicadores mínimos:

- a) Tempo Médio de Atendimento (TMA);
- b) Tempo Médio de Reparo (TMR);
- c) Performance de Manutenções Programadas (PMP);
- d) Percentual de Resolutividade Interna (PRI);
- e) Percentual de Disponibilidade Operacional dos Equipamentos (PDOE);
- f) Percentual de Manutenção Executada (PME);

- g) Percentual de Reclamado de Manutenção (PRM);
- h) Percentual de Obsolescência do Parque tecnológico;
- i) Produtividade por Tipo de Serviço executado (desempenho de manutenções corretivas e preventivas, calibrações, testes de segurança elétrica, qualificações, treinamentos, dentre outros);
- j) Tempo Médio entre Falhas (MTBF - Mean Time Between Failures);
- k) Percentual do custo de manutenção pelo custo de substituição, geral e por equipamento.

#### 5.12. Planejamento, seleção e aquisição de tecnologias

5.12.1. A empresa CONTRATADA deverá apresentar sempre que solicitado pela CONTRATANTE, um Planejamento Estratégico em relação aos EMHS da CONTRATANTE. Este planejamento deve demonstrar a situação desses equipamentos em contraste com a necessidade de aparelhagem existente para atendimento às demandas reais e previstas. O planejamento deve sugerir estratégias de novas aquisições, substituição de equipamentos obsoletos, remanejamento e manutenção dos equipamentos, visando satisfazer as referidas demandas da melhor forma.

5.12.2. Estabelecer e documentar em procedimentos escritos, em conjunto com a CONTRATANTE, um fluxo para incorporação tecnológica, que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes atividades:

- 5.12.2.1. Definição de compra para a seleção de equipamentos;
- 5.12.2.2. Avaliação de necessidades clínicas;
- 5.12.2.3. Elaboração de especificações técnicas de equipamentos;
- 5.12.2.4. Definição de condições de entrega e exigências a serem solicitadas nos processos de compra;
- 5.12.2.5. Busca mercadológica;
- 5.12.2.6. Confecção de pareceres técnicos;
- 5.12.2.7. Acompanhamento de instalações e testes de funcionamento;
- 5.12.2.8. Acompanhamento do ciclo de vida dos equipamentos.

#### 5.13. Desativação

5.13.1. A CONTRATADA deverá estabelecer e documentar critérios para o descarte, alienação ou desativação dos equipamentos médico-hospitalares. Deverá ser gerado laudo de desativação para cada equipamento que necessite ser desativado, com no mínimo as seguintes informações técnicas: identificação do equipamento (série, patrimônio, marca, modelo e foto real), data, motivo e responsável pela de desativação.

5.13.2. A decisão para realizar a desativação deverá ser, obrigatoriamente, baseada em análise técnica e financeira (custos envolvidos), devendo o laudo ser submetido e assinado pelo gestor local do equipamento (setor fim) e pelo Engenheiro Coordenador da CONTRATADA, de modo que possa ser decidido com maior rapidez e menor sobrecarga da alta administração.

5.13.3. A necessidade de desativação de um equipamento deve possuir uma ou mais das razões descritas a seguir:

- 5.13.3.1. Obsolescência do equipamento, podendo ser substituído por outro com desempenho superior ou com custo de operação/manutenção menor;
- 5.13.3.2. Alterações nos padrões de tratamento médico que exigem tecnologia distinta;
- 5.13.3.3. Fatores de segurança que resultam em aumento do risco para operadores ou pacientes;
- 5.13.3.4. Materiais e peças de reposição pararam de ser fornecidos ou se tornaram indisponíveis no mercado; 5.13.3.5. Alterações em exigências de legislações e normas, desde que estas sejam citadas.

5.13.4. Os equipamentos desativados deverão estar separados e devidamente identificados quanto a sua condição e destino. A sugestão da definição quanto à destinação pós-alienação de um equipamento será orientada pela CONTRATADA.

5.13.5. A aprovação da desativação de um equipamento será encaminhada ao Setor de Patrimônio da CONTRATANTE, que se encarregará dos procedimentos administrativos do descarte.

#### 5.14. Acompanhamento de serviços terceirizados

5.14.1. A CONTRATADA deverá realizar o atendimento ao setor solicitante e acompanhamento de quaisquer atividades executadas por outrem e testes de funcionalidade em todos os equipamentos relacionados no Anexo A. Existindo a necessidade, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA que realize o primeiro atendimento ao setor solicitante, mesmo que o EMH, motivo da solicitação, esteja no período de garantia ou coberto por contrato de manutenção ou comodato, para averiguação da necessidade de acionamento da empresa prestadora do serviço.

5.14.2. Para o caso dos equipamentos disponíveis na instituição em caráter de cessão de uso/comodato, locação ou empréstimo cuja responsabilidade de manutenção preventiva/corretiva e calibração seja de terceiros, caberá a CONTRATADA o acompanhamento, registro e apoio técnico aos agentes públicos responsáveis pela fiscalização da execução do contrato, bem como o primeiro atendimento aos usuários.

5.14.3. A CONTRATADA deverá elaborar planilha de prestadores de serviços de manutenção preventiva e corretiva (nome, telefone, equipamentos atendidos), com lista de contratos de manutenção preventiva e corretiva (data início e término, empresa, nº contrato, equipamentos cobertos identificando o nº de série e patrimônio), assim como indicadores de produção, destacando desconformidades contratuais que impliquem em descontos nas respectivas faturas mensais.

5.14.4. Os equipamentos enquadrados como de alta tecnologia, exemplificado, Tomógrafo Computadorizado, Ressonância Magnética, Sistema de Digitalização de Imagens de Raio-X (CR), Aparelhos de Raios-X (Arco-C, Fixo, Telecomandado, Transportável), Ultrassonografia Convencional e outros similares ou que porventura sejam incorporados, serão submetidos a contrato com empresa especializada, cabendo a CONTRATADA o acompanhamento e registro dos serviços executados, bem como o primeiro atendimento aos usuários para solução de problemas de baixa complexidade, com vistas a aumentar o “uptime” de máquina.

5.14.5. Demais equipamentos relacionados, estarão sujeitos à intervenção preventiva e corretiva direta pela CONTRATADA, ficando facultado à CONTRATANTE a formalização de contrato de manutenção com terceiros, para equipamentos enquadrados como de alto impacto nas rotinas institucionais e que exigem altas taxas de disponibilidade, ou que sejam equipamentos de alto risco, como os de apoio ou substituição a um órgão, ou que exijam mão de obra especializada.

5.14.6. Documentar e implementar critérios, em conjunto com a CONTRATANTE, na avaliação e qualificação de fornecedores de modo a promover a melhor aquisição de produtos e serviços, em termos técnicos e econômicos.

## 5.15. Relatórios

5.15.1. A CONTRATADA deverá entregar e apresentar Relatório Mensal do serviço à CONTRATANTE, com as seguintes informações mínimas do período:

- a) Quantidade de ordens de serviço abertas, pendentes e fechadas, geral e por tipo de serviço (recebimento, instalação e manutenção corretiva), incluindo percentual de fechadas por abertas/pendentes no período;
- b) Gráfico de tendência indicando o percentual de manutenções corretivas abertas por fechadas ao longo dos meses e acumulado por trimestre e do ano, com análise de resultados e justificativa das principais pendências;
- c) Quantidade de Manutenções Programadas abertas, pendentes e fechadas, geral e por tipo de serviço (manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e/ou qualificação), incluindo percentual de Manutenções Programadas executadas por planejadas no período;
- d) Gráfico de tendência indicando o percentual de Manutenções Programadas executadas por planejadas ao longo dos meses e acumulado por trimestre e do ano, com análise de resultados e justificativa das principais pendências;
- e) Relação sintética dos contratos de manutenção de EMHs, incluindo o valor destes;
- f) Indicação dos custos com peças e serviços pontuais em EMH, geral e por tipo de serviço;
- g) Comparativo do custo total de manutenção pelo custo de substituição dos EMHs, com análise de resultados;
- h) Quantidade e Percentual de Treinamentos realizados por planejados;
- i) Avaliação do serviço técnico especializado de engenharia biomédica;
- j) Relação sintética de peças adquiridas e/ou serviços especializados subcontratados, juntamente com o serviço de alocação dos mesmos;
- k) Apresentação dos indicadores mínimos monitorados, definidos neste Termo de Referência, com análise de cada resultado, principalmente em relação as metas internas definidas pela CONTRATANTE, e elaboração de Plano de Ação para os indicadores que estão fora da meta acumulada.

5.15.2. A CONTRATADA deverá entregar e apresentar Relatório Trimestral do serviço à CONTRATANTE, com as seguintes informações mínimas do período:

- a) Todos as informações solicitadas nos Relatórios Mensais, estratificados por mês e acumulado por trimestre e do ano;
- b) Relação sintética de equipamentos desativados;
- c) Planejamento Estratégico com a situação atual dos EMHs qualificados com nível de criticidade ALTA.

5.15.3. A CONTRATADA deverá entregar e apresentar Relatório Anual do serviço à CONTRATANTE, com as seguintes informações mínimas do período:

- a) Todos as informações dos Relatórios Trimestrais, estratificados por mês e acumulado por trimestre e por ano;
- b) Apresentação dos indicadores mínimos monitorados, definidos neste Termo de Referência, com análise de cada resultado, principalmente em relação as metas internas definidas pela CONTRATANTE, e elaboração de estudo detalhado para os indicadores que não atingiram a meta anual definida pela CONTRATANTE.
- c) Planejamento Estratégico com a situação atual do parque de equipamentos médico hospitalares.

5.15.4. Os Relatórios Mensais, Trimestrais e Anuais, supracitados, deverão ser entregues a CONTRATANTE, impreterivelmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao fim do período do respectivo relatório.

#### 5.16. Apoio ao gerenciamento do parque de EMH's

5.16.1. A CONTRATADA deverá entregar e apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, um Planejamento Estratégico com a situação atual do parque de EMHs, demonstrando a situação dos equipamentos em contraste com a necessidade de aparelhagem existente para atendimento às demandas reais e previstas do HOSPITAL, além de baseado em dados técnicos e/ou gerenciais sugerir estratégias de novas aquisições, substituição de equipamentos obsoletos (abrange EMH com custo de manutenção excessivo), alternativas disponíveis, remanejamento e manutenção dos equipamentos, visando atender da melhor forma possível as demandas da CONTRATANTE.

5.16.2. A CONTRATADA deverá apoiar a CONTRATANTE no gerenciamento do parque de EMHs, devendo acompanhar o andamento e a qualidade dos serviços, e manter o registro de todas as intervenções realizadas nos EMHs da CONTRATANTE.

5.16.3. Esse processo de gestão deve ser efetivado por meio de Ordens de Serviço e deverá ser utilizado software específico para gestão do parque tecnológico.

5.16.4. A CONTRATADA deverá dar suporte à instituição na elaboração dos procedimentos operacionais, bem como na elaboração de editais para aquisição de equipamentos e peças para manutenção.

5.16.5. A empresa CONTRATADA deverá participar da discussão dos processos de qualidade desenvolvidos no âmbito do HOSPITAL, contribuindo com sua experiência. Todas as rotinas desenvolvidas pela empresa CONTRATADA deverão ser apresentadas sob a forma de POP's, tendo em vista os processos de qualidade. Tais procedimentos deverão ser apresentados e aprovados pelo Fiscal de Contrato do HOSPITAL.

5.16.6. Todas as intervenções técnicas que necessitem dos serviços externos às instalações da CONTRATANTE só serão realizadas após autorização prévia do Fiscal de Contrato da CONTRATANTE.

5.16.7. Apoiar a CONTRATANTE na elaboração dos mecanismos de controle de entrada/saída de equipamentos, de acessórios e de materiais médico-hospitalares dos setores do HOSPITAL.

5.16.8. A CONTRATADA deverá auxiliar na elaboração de uma lista de peças, acessórios e materiais de reposição para compor o estoque mínimo necessário para os EMHs cadastrados. Os itens (com suas especificações detalhadas) e as quantidades dessa lista devem ser sugeridas pela CONTRATADA e acordadas com o Fiscal do Contrato. Após a elaboração dessa lista, a CONTRATADA deverá manter atualizado o estoque e enviar relatório mensal à CONTRATANTE.

5.16.9. Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá providenciar a remoção, deslocamento e o transporte de equipamentos de pequeno e médio porte (peso igual ou inferior a 200kg) de um setor a outro local, visando dar maior agilidade no processo de instalação, descarte, calibração, qualificação ou manutenção dos aparelhos. Quanto aos equipamentos de grande porte, a CONTRATADA prestará toda a assessoria para a contratação de transportadora especializada, se esta for necessária, cujo custo do transporte correrá pela CONTRATANTE, para a remoção e transporte do equipamento ao novo setor ou localidade em que este será instalado, descartado, calibrado, qualificado ou reparado.

5.16.10. A CONTRATADA deverá elaborar procedimento escrito com critério para registro documentado e em software de todas as transferências realizadas. O histórico da transferência deve ficar registrado no registro histórico do equipamento, indicando o período de tempo, informando a data (dia/mês/ano) de entrada e saída em que o equipamento esteve alocado em cada setor assistencial.



5.16.11. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, ou sempre que solicitado, relatório técnico, conforme modelo a ser definido pela CONTRATANTE, e disponibilizado cópia eletrônica e cópia impressa devidamente assinada pelo coordenador da equipe técnica, com a apresentação dos itens sugeridos abaixo:

- 5.16.11.1. Quantitativo de Ordens de Serviço Corretivas e Preventivas no período;
- 5.16.11.2. Gráfico de Tendência indicando o percentual de manutenções preventivas realizadas x planejadas, com análise de resultados;
- 5.16.11.3. Gráfico de Tendência indicando o percentual de manutenções corretivas realizadas x solicitadas, com análise de resultados;
- 5.16.11.4. Quantitativo de calibrações, testes elétricos e qualificações realizadas x planejados;
- 5.16.11.5. Pendências, as razões de sua existência e os que dependam de solução por parte das CONTRATADA e CONTRATANTE;
- 5.16.11.6. Indicação dos custos dos serviços realizados;
- 5.16.11.7. Outras considerações pertinentes aos serviços executados, incluindo falha em infraestrutura física;
- 5.16.11.8. Atividades gerenciais realizadas ou programadas;
- 5.16.11.9. Problemas operacionais para realizar as atividades do contrato;
- 5.16.11.10. Apresentação de dados referentes aos indicadores de monitoramento do processo, definidos e no padrão estabelecido pela CONTRATANTE.

- 5.16.12. A CONTRATADA manterá cópia dos relatórios mensais de que trata o item anterior, arquivados por um período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de emissão do mesmo.
- 5.16.13. A CONTRATADA deverá manter histórico documentado dos problemas e incidentes relacionados aos eventos adversos causados, ou potencialmente causados, por falhas dos equipamentos. Deverá existir evidência da ação tomada (encaminhamento da ação para a Fiscalização, com o intuito de que essa notifique à administração, órgão sanitário competente ou fornecedor, quando pertinente).
- 5.16.14. Todos os registros históricos, pertinentes aos equipamentos, deverão ser arquivados pelo tempo em que o aparelho estiver em operação pela CONTRATANTE, acrescido de, pelo menos, 02 (dois) anos.
- 5.16.15. A CONTRATADA deverá auxiliar no desenvolvimento e na implantação de um processo de melhoria de desempenho quanto ao gerenciamento do parque de equipamentos médico hospitalares.
- 5.16.16. A CONTRATADA deverá auxiliar na implantação de um processo que vise assegurar a integridade e o armazenamento dos equipamentos médico-hospitalares, respeitando as condições ambientais de cada produto. Para garantir a segurança patrimonial, a CONTRATADA deverá sinalizar à CONTRATANTE no caso de equipamentos armazenados de forma inadequada. No que tange à identificação do equipamento, a CONTRATADA deverá implementar modelos de rotulagem, que indique claramente a situação do produto (se em manutenção, se reprovado em ensaio de aceitação, se liberado para uso, etc.).

5.17. Materiais a serem disponibilizados

- 5.17.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade suficiente para atendimento de toda equipe, promovendo sua substituição quando necessário.
- 5.17.1.1. Materiais de Consumo: A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os insumos necessários à revisão, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos. Entende-se por itens de insumo, de forma exemplificativa: álcool, benzina, estopa, flanela, fita isolante, braçadeiras plásticas, soldas, graxas, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás, produto de limpeza não abrasível e biodegradável, necessários à manutenção dos equipamentos e recomendados pelo fabricante e correlatos.
- 5.17.2. Segue abaixo lista não exaustiva, das ferramentas a serem disponibilizadas.

FERRAMENTAS	
1	arco de serra
2	chave de correia
3	conjunto de limas

4	escovas/pincéis para limpeza
5	estação de solda com ar quente
6	estação de solda com temperatura ajustável
7	estilete com proteção (tamanho grande)
8	ferro de solda
9	fonte de alimentação d.c dupla ajustável
10	furadeira
11	gerador de sinais com controle de formato de onda, frequência e intensidade
12	jogo de chaves de fenda
13	jogo de alicates
14	jogo de chaves ajustáveis
15	jogo de chaves allen
16	jogo de chaves de boca
17	jogo de chaves de relojoeiro
18	jogo de chaves de teste elétrico
19	jogo de chaves de torque
20	jogo de chaves em "I"
21	jogo de chaves inglesas
22	jogo de chaves philips
23	jogo de chaves soquete
24	jogo de martelos
25	jogo de pinças
26	luminária associada ao microscópio
27	luminária com lupa para avaliação de circuitos
28	maleta de ferramentas
29	marcador de centro
30	martelo tipo vidraceiro
31	matriz de contatos para montagem de circuito e testes
32	microretífica
33	microscópio (câmera) para observação de circuitos impressos eletrônicos
34	multímetro
35	paquímetro
36	saca polias
37	soprador térmico com temperatura ajustável
38	sugador de solda
39	suporte para placa de circuito impresso eletrônico
40	teste de circuito integrado

**5.18. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**5.18.1. Equipe residente sugerida**

- 5.18.1.1. A contratada disponibilizará no ato da assinatura do contrato uma equipe mínima, que desempenhará suas atividades nos dias úteis no horário de 8:00 às 17:00 horas, no IFF, composta de:
- 01 (Um) Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Sênior/Gerente de engenharia de 40 horas semanais;
  - 01 (Um) Engenheiro Júnior com pós-graduação ou mestrado em engenharia clínica ou biomédica de 40 horas semanais;
  - 05 (cinco) Técnicos em Eletrônica Seniores de 40 horas semanais;
  - 01 (um) Técnico em Eletrotécnica Sênior de 40 horas semanais;
  - 02 (dois) Assistente Administrativos Plenos de 40 horas semanais.

### 5.18.1.2. Cargos

A definição dos postos de trabalho a serem contratados decorre da necessidade de garantir a gestão plena, segura e eficiente do parque tecnológico médico-hospitalar, composto por equipamentos de alta complexidade, cuja indisponibilidade ou falha operacional impacta diretamente a segurança do paciente, a continuidade assistencial e o cumprimento das responsabilidades institucionais do hospital.

A engenharia clínica, em ambientes de média e alta complexidade, demanda uma estrutura profissional multidisciplinar, com competências técnicas, administrativas e gerenciais complementares, capazes de atender a requisitos legais, normativos e assistenciais cada vez mais rigorosos, conforme estabelecem a Lei 14.133/2021, a IN SEGES/ME nº 58 /2022, as normas da ANVISA, da ABNT, bem como os referenciais de qualidade e segurança preconizados para instituições públicas de saúde.

O dimensionamento destes cargos considera:

- A quantidade e a diversidade de tecnologias em operação;
- A criticidade assistencial dos setores atendidos;
- A necessidade de supervisão contínua e resposta rápida a falhas;
- A obrigatoriedade de conformidade técnica, documental e contratual;
- A complexidade crescente dos equipamentos modernos, que exigem profissionais altamente qualificados;
- A necessidade de interação permanente com fabricantes, fornecedores e equipes internas;
- As exigências de rastreabilidade, auditoria e controle operacional impostos aos hospitais públicos.

Cada função prevista desempenha um papel específico e indispensável para que o hospital mantenha alta disponibilidade tecnológica, redução de riscos clínicos, conformidade normativa, eficiência operacional e segurança do paciente.

A estrutura proposta assegura que:

- haja gestão estratégica da tecnologia (pelo engenheiro sênior),
- coordenação técnica e operacional das rotinas de manutenção (pelos engenheiros e técnicos),
- sustentação elétrica especializada para áreas críticas (técnico eletrotécnico),
- e suporte administrativo qualificado para garantir conformidade processual, documental e contratual (assistentes administrativos).

A composição de uma equipe qualificada, atendendo aos requisitos técnicos mínimos necessários, torna-se imprescindível para que o hospital cumpra sua missão institucional com segurança, qualidade e plena aderência às normativas vigentes.

Trata-se de estrutura que reflete não apenas a complexidade dos equipamentos e sistemas sob responsabilidade da engenharia clínica, mas também o nível de rigor requerido por auditorias, pelos órgãos de controle e pela legislação aplicável aos serviços públicos de saúde.

5.18.1.2.1. A remuneração proposta para o posto de Engenheiro Sênior/Gerente de engenharia encontra pleno respaldo técnico, diante da complexidade das atividades a serem desempenhadas e do elevado grau de responsabilidade associado ao cargo, que supera em muito as atribuições de engenheiros remunerados pelo piso da categoria.

5.18.1.2.2. Trata-se de um profissional que atuará não apenas como engenheiro de apoio, mas como Gerente de Engenharia Clínica, assumindo funções estratégicas e de alta criticidade institucional, sendo responsável por:

#### **Gestão integral do parque tecnológico hospitalar:**

1. Responsabilidade técnica sobre todo os equipamentos médico-hospitalares, incluindo tecnologias de suporte à vida, equipamentos de diagnóstico por imagens avançados e dispositivos de alta precisão.
2. Planejamento, controle e execução do Plano de Gerenciamento de Tecnologias em Saúde (PGTS), com impacto direto na segurança do paciente, disponibilidade dos equipamentos e continuidade assistencial.
3. Análise de risco, priorização de investimentos, definição de estratégias de substituição tecnológica e avaliação de viabilidade técnico-econômica de novas aquisições.

#### **Responsável direto pela coordenação e supervisão de toda a equipe técnica:**

1. Liderança operacional e técnica sobre engenheiros, técnicos biomédicos, técnicos eletricitas /eletrotécnicos e assistentes administrativos, garantindo o cumprimento de SLA, padrões de conformidade, normas técnicas e protocolos internos.

2. Distribuição estratégica de demandas, definição de prioridades, mediação técnica com fornecedores, validação de atividades e acompanhamento de indicadores de desempenho da engenharia.

**Responsável pela engenharia em ambiente hospitalar de alta complexidade:**

1. Tomada de decisão, com impacto direto na segurança do paciente e no funcionamento de setores críticos (UTI, Centro Cirúrgico, UCIN, Radiologia, Diagnóstico por Imagem, etc.).
2. Gestão de crises tecnológicas, resposta rápida a falhas, suporte à continuidade assistencial e mitigação de riscos clínicos decorrentes de indisponibilidade tecnológica.

**Responsável pela coordenação de sistemas integrados e infraestrutura de tecnologia médica:**

1. Integração, operação e supervisão de sistemas PACS, RIS e HIS, essenciais à circulação da informação hospitalar e ao diagnóstico.
2. Coordenação técnica com equipes de TI, radiologia, suprimentos e manutenção predial, garantindo interoperabilidade e segurança tecnológica.

**Responsável técnico junto à Administração Pública:**

1. Elaboração de pareceres técnicos, memórias de cálculo, especificações técnicas e análises de conformidade, em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, IN SEGES nº 58/2022 e normativos correlatos.
2. Acompanhamento e fiscalização de contratos de manutenção, calibração e serviços especializados, com análise técnica de propostas e verificações de SLA.
3. Interlocução com órgãos de controle, auditorias internas e externas.

**Responsabilidade técnica e comunicação com fabricantes:**

1. Obrigatoriedade de domínio de inglês técnico fluente, para leitura, interpretação e diálogo com fabricantes internacionais de equipamentos de alta tecnologia (exigência frequentemente ausente em cargos-piso).
2. Atuação como referência técnica para fabricantes nacionais e estrangeiros, acompanhando atualizações, recalls, diretrizes técnicas e processos de garantia.

5.18.1.2.3. A remuneração proposta para o cargo de Engenheiro com mestrado ou pós graduação Júnior justifica-se pela necessidade de um profissional com formação e experiência superiores ao perfil de engenheiros de nível inicial remunerados pelo piso salarial da categoria. Ainda que classificado como “júnior”, o cargo exige pós-graduação em Engenharia Clínica ou mestrado em Engenharia Biomédica, além de experiência comprovada em ambiente hospitalar.

5.18.1.2.4 O Engenheiro Júnior atuará diretamente nas rotinas essenciais da engenharia clínica, sendo responsável por:

**Gestão operacional do parque tecnológico:**

1. Distribuição técnica de chamados de manutenção.
2. Monitoramento de atendimentos especializados e execução de intervenções de campo.
3. Análise e validação de relatórios de manutenção, verificando conformidade técnica.
4. Responsabilidade por administrar estoque especializado de peças e materiais críticos.

**Apoio técnico avançado à gerência de engenharia:**

1. Suporte técnico ao Engenheiro Sênior na tomada de decisões estratégicas.
2. Participação na elaboração de laudos, pareceres e relatórios técnicos destinados a auditorias e fiscalização.
3. Interface permanente com equipes de manutenção, usuários clínicos, fornecedores e setores internos.

#### **Atuação direta na manutenção da continuidade assistencial:**

1. Acompanhamento de atendimentos em áreas críticas, garantindo cumprimento de SLA.
2. Avaliação técnica de solicitações de manutenção para mitigação de riscos assistenciais.
3. Execução de rotinas de auditoria técnica, verificando qualidade dos serviços especializados.

5.18.1.2.5. O cargo de Técnico Sênior em Equipamentos Médico-Hospitalares envolve atividades de extrema relevância para a segurança do paciente e continuidade operacional de equipamentos críticos, justificando remuneração superior àquela atribuída a técnicos com formação geral, sobretudo a cargos de nível júnior.

5.18.1.2.6. O profissional deverá possuir mínimo de 7 anos de experiência, registro no CFT e domínio técnico específico em:

#### **Equipamentos de suporte à vida e diagnóstico:**

1. Ventiladores pulmonares, incubadoras, monitores multiparamétricos, desfibriladores, eletrocirúrgicos, bombas de infusão, bisturis eletrônicos, etc.
2. Equipamentos de diagnóstico, como ultrassons, eletrocardiogramas, dopplers e analisadores específicos.
3. Utilização de simuladores biomédicos, analisadores de segurança elétrica, testadores de desempenho e ferramentas avançadas de metrologia.

#### **Execução de manutenções complexas:**

1. Interpretação de diagramas eletrônicos e elétricos avançados.
2. Execução de manutenção corretiva com abertura de equipamentos de alta sensibilidade.
3. Realização de calibrações e validações funcionais que requer experiência prática.

#### **Atuação em ambiente hospitalar de alta complexidade:**

1. Intervenção em setores como UTI, Centro Cirúrgico, Maternidade, UCIN e Laboratórios.
  2. Atendimento a chamados emergenciais, evitando interrupções assistenciais.
  3. Registro de rastreabilidade técnica e emissão de relatórios especializados.
- O caráter crítico do cargo, associado ao risco clínico decorrente de falhas de manutenção, torna inadequado o enquadramento salarial no piso da categoria, visto que este piso contempla técnicos recém-formados ou profissionais com pouca experiência, sem especialização técnica em equipamento biomédicos ou experiência hospitalar.

5.18.1.2.7. o profissional ocupante do cargo de Técnico em Eletricidade/Eletrotécnica Sênior, deverá possuir mínimo de 7 anos de experiência, sendo ao menos 2 anos em ambiente hospitalar, além de registro no CFT e domínio das normas mais importantes do setor elétrico, como NBR 5410, NBR 13534, NBR 5419, entre outras.

5.18.1.2.8. O trabalho consistirá nas atribuições descritas abaixo:

#### **Instalações elétricas críticas em ambiente hospitalar**

1. Manutenção de circuitos estabilizados, redes dedicadas, painéis clínicos, aterramento hospitalar e sistemas isolados.
2. Execução de testes de continuidade, isolamento, resistência ôhmica e medição de tensões críticas.
3. Garantia da integridade elétrica de áreas cirúrgicas e salas de equipamentos de diagnóstico.

#### **Responsabilidade sobre infraestrutura que impacta diretamente a segurança do paciente**

1. Sistemas de emergência hospitalar, quadros de força, geradores, nobreaks e linhas de vida elétrica.
2. Correção imediata de falhas que podem comprometer setores essenciais como centro cirúrgico, UTI e imagem.

#### **Conformidade com normas técnicas e requisitos de segurança**

1. Emissão de relatórios técnicos de conformidade.
2. Atuação conforme padrões da ABNT, regulamentações da NR-10 e protocolos internos de segurança.

- O trabalho exige competência especializada não encontrada em técnicos recém-formados ou com pouca experiência, justificando remuneração acima do piso.

5.18.1.2.9. O cargo de suporte técnico administrativo pleno exige um conjunto de competências técnicas e operacionais significativamente ampliadas, que vão muito além das rotinas administrativas básicas. Trata-se de uma função que requer experiência prévia em ambiente hospitalar privado ou público, domínio de ferramentas corporativas e capacidade de lidar com processos administrativos sensíveis, diretamente relacionados à execução contratual e à gestão tecnológica institucional.

5.18.1.2.10. As atribuições para este profissional incluirão:

**Gestão de documentação técnica e processos administrativos:**

- Acompanhamento de contratos, análise documental, controle de vigências e aditivos.
- Alimentação de sistemas corporativos utilizados por hospitais e órgãos públicos.
- Registro, conferência e organização de ordens de serviço, notas técnicas, relatórios e fluxos internos.

**Controle administrativo do parque tecnológico:**

- Auxílio na gestão de inventário, controle patrimonial, estoque e atualização de bases de dados técnicas.
- Emissão de planilhas estruturadas, relatórios gerenciais e indicadores de desempenho.
- Atuação conjunta com engenheiros e técnicos, garantindo precisão nos registros administrativos.

**Atividades que ultrapassam o escopo de cargos administrativos básicos e que corroboram para que o profissional seja remunerado acima do estipulado para um profissional de nível júnior:**

- Suporte à fiscalização contratual, análise de SLA e conferência de evidências técnicas.
- Elaboração de documentos padronizados (FOP/POP).
- Interface com fornecedores, setores internos e unidades assistenciais.

### 5.18.1.3. Salários

No custo dos postos de trabalho foi estimado um percentual de 40% do salário mínimo, referente aos adicionais de insalubridade para os engenheiros e assistentes administrativos, e de 30% do salário para os técnicos de manutenção, referente ao adicional de periculosidade, que serão validados após a emissão do laudo por profissional competente e proceder os ajustes nos postos através do devido termo de apostilamento. A base de cálculo para definição do valor foi o salário mínimo nacional.

Os salários indicados foram estabelecidos com base em referências salariais compatíveis com o mercado e proporcionais à complexidade das atividades a serem desempenhadas.

O método utilizado para estimativa de preços referenciais foi estabelecido com base em pesquisas salariais, convenções coletivas de trabalho, manual de preenchimento de planilha do MPOG, Instrução Normativa nº 05/2017 e pesquisas de mercado realizadas no sistema do banco de preços e na internet. Os valores de remuneração dos profissionais a serem contratados foram definidos a partir de pesquisas salariais em sites especializados, pois é necessário que estes tenham habilidades e experiências diferenciadas e superiores àquelas que usualmente são praticadas no mercado, além de alguns postos não terem pisos salariais definidos por convenção coletiva de trabalho.

Em que pese a IN 05/2017 vedar a definição por parte da Administração do valor da remuneração, há uma exceção, desde que contenha justificativa, senão vejamos: ".....Art. 5º É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de:

[...] "VI - definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação /experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente";

Portanto merecem ainda destaque os seguintes acórdãos:

“A jurisprudência do TCU firmou-se no sentido de ser admitida a exigência de piso salarial mínimo acima daquele estabelecido em convenção coletiva de trabalho, desde que o gestor comprove que os patamares fixados no edital da licitação são compatíveis com os preços pagos pelo mercado, para serviços com tarefas de complexidade similar” (Acórdão nº 2.758/2018-Plenário).

“A necessidade de fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em Convenções Coletivas de Trabalho, fundamentada em estudos e pesquisas de mercado que considerem objetivamente a complexidade das atividades e as aptidões necessárias para seus exercícios (...);

A realização de pesquisa de preços, demonstrando que os preços são compatíveis com aqueles pagos para serviços com tarefas de complexidade similar, abstendo-se de tomar como referência apenas os preços praticados em contratos anteriores da própria Agência.” (ANTT) (Acórdão nº 1097/2019)”;

“É preciso consignar, com clareza, as atividades que seriam, efetivamente, mais complexas do que aquelas comumente oferecidas pelo mercado, a fim de justificar a elevação dos salários paradigma para a contratação (TCU, Acórdão nº 2101/2020, do Plenário, Relator Ministro Augusto Nardes)”.

As referências salariais adotadas estão amplamente respaldadas pelo mercado, considerando que os sindicatos, no intuito de impedir o aviltamento, garantem uma referência mínima, porém não asseguram a qualificação técnica necessária para determinadas funções, sendo estabelecidos salários para profissionais em início de carreira. Os valores praticados refletem não apenas a exigência de expertise e experiência, mas também a necessidade de atrair e reter profissionais altamente qualificados, evitando prejuízos à continuidade e à qualidade dos serviços prestados à sociedade.

A contratação de profissionais sem a devida especialização compromete diretamente a eficiência operacional, gerando impactos negativos na execução das atividades e aumentando a vulnerabilidade dos serviços essenciais. Ademais, permitir que a empresa contratada reduza salários a fim de garantir sua vitória no certame pode resultar na seleção de prestadores desalinhados com os padrões de mercado, prejudicando a qualidade da execução contratual e fomentando uma alta rotatividade de mão de obra. Esse cenário compromete a estabilidade e a eficiência dos serviços, tornando a contratação menos vantajosa para a administração pública.

Portanto, a fixação de salários compatíveis com o nível de complexidade das funções desempenhadas é uma medida essencial para garantir a manutenção da qualidade e a continuidade das operações, alinhando-se às melhores práticas do setor e resguardando o interesse público.

Deste modo, conforme Pesquisa salarial em anexo, foram realizadas consultas as fontes seguras e especializadas, a fim de fixar salários compatíveis com o praticado mercado, através dos seguintes canais: Comprasnet.com, Glassdoor, Salarios.com, Indeed e Robert Half.

Segue abaixo quadro esquemático com a estrutura salarial mínima dos postos de trabalho previstos da nova contratação, onde a base de cálculo utilizada foi a média aritmética entre os salários dos sites especializados.

O salário proposto para os engenheiros, não se baseou na referência indicada pelo Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (SENGE), prevista para jornadas definidas na Lei nº 4.950-A/66, em razão do nível de especialidade, complexidade técnica e experiência comprovada exigidos para os cargos.

O escalonamento feito no posto de Engenheiro Júnior x Engenheiro Pleno x Engenheiro Sênior, foi de 15% entre faixas, que é o percentual adotado pela maioria das firmas que oferecem serviços de engenharia. A proposta atual para o IFF não contempla o cargo de engenheiro pleno.

Profissionais /Categorias	Quantitativo	Código CBO	Salário Base	Valor por empregado	Valor total do Serviço
Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Sênior /Gerente de engenharia	1	2143-05 /2143-30 /2144-05 /2143-80	R\$ 16.447,50	R\$ 47.458,90	R\$ 47.458,90
		2143-05			

Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Júnior com mestrado ou pós graduação	1	/2143-30 /2144-05 /2143-80	R\$ 12.387,86	R\$ 38.078,14	R\$ 38.078,14
Técnico de Manutenção de Equipamentos Médico-hospitalares Sênior	5	3132-15 / 3131-05 / 3003-05 / 9153-05	R\$ 6.000,00	R\$ 26.301,54	R\$ 131.507,68
Técnico em eletricidade /eletrotécnica ou técnico eletricista Sênior	1	3131 /3131-30	R\$ 6.000,00	R\$ 26.301,53	R\$ 26.301,53
Suporte Administrativo Pleno	2	4110-05	R\$ 3.554,44	R\$ 18.017,48	R\$ 36.034,96
Valor Mensal dos Serviços:			R\$ 279.381,20		

A partir da definição dos salários dos profissionais se deu a montagem da Planilha de custos e formação de preços, onde foram trazidas os elementos e rubricas previstos na IN nº 05/2017 e do Manual de preenchimento da planilha de custo. Portanto será possível estimarmos os valores dos postos de trabalho dentro de parâmetros predefinidos. Os valores estimados de cada posto de trabalho estão anexos a este Termo de referência, de acordo com a planilha em excel modelado para este fim.

#### 5.18.2. Substituição eventual de peças e subcontratação de serviços especializados

5.18.2.1. O valor anual máximo previsto, a ser aplicado sob demanda da CONTRATANTE, para eventual aplicação de peças eventuais e de serviços especializados será de R\$ 600.000,00 ( seiscentos mil reais).

### Especificação da garantia do serviço

#### 5.19. Da garantia do serviço

5.19.1. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

5.19.2. A empresa contratada será responsável por reparar o serviço que não esteja compatível com as especificações do Termo de Referência, realizando a substituição ou reposição de eventuais peças que porventura tenham sido entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações dos equipamentos.

5.19.3. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro material com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante.

5.19.4. Os serviços e as peças deverão ter a garantia mínima de 90 (noventa) dias ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao mencionado, sem custo à Administração.

5.19.5. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a prestação de garantia total, de no mínimo 03 meses, para toda e qualquer peça aplicada para execução de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitalares, a contar da data de aplicação da peça, inclusive, após o término do contrato.

### 5.20. Uniformes

5.20.1. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA deverão ser utilizados exclusivamente pelos técnicos de eletrônica e eletrotécnicos, responsáveis pela execução dos serviços no órgão Contratante. Esses uniformes devem ser adequados à natureza das atividades desempenhadas e incluir peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse de custo aos empregados, conforme as disposições dos itens seguintes:



5.20.1.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

Item	Artigo	Material Sugerido	Unidade	Quantitativo Anual	Observações
1	Camisa Social ou Polo	Algodão ou semelhante	peça	02 (duas) no início da prestação dos serviços e 1 (um) a cada semestre ou conforme necessidade de reposição	Identificação da CONTRATADA e função do usuário.
2	Calça Comprida	jeans ou semelhante	peça	02 (duas) no início da prestação dos serviços e 1 (um) a cada semestre ou conforme necessidade de reposição.	Identificação da CONTRATADA e função do usuário.
3	Jaleco	Brim ou semelhante	peça	02 (dois) no início da prestação dos serviços e 1 (um) a cada semestre ou conforme necessidade de reposição.	
4	Calçado	Couro com solado em borracha ou semelhante	par	1 (um) no início da prestação dos serviços e 1 (um) a cada ano ou conforme necessidade de reposição.	

5.20.1.2. Deverão ser fornecidos os conjuntos completos ao empregado, descritos na tabela acima, no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.20.1.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.20.1.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

## 5.21. EPI/EPC

5.21.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para a equipe residente do serviço, condizente com a atividade a ser desempenhada e conforme as disposições da NR 6, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE nem para os empregados da CONTRATADA;

5.21.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a relação de EPIs para cada classe profissional da equipe residente.

## 5.22. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.22.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.22.1.1. Relação do parque de EMH, incluindo localização e demais dados inerentes ao mesmo devidamente atualizado;

5.22.1.2. Banco de dados do respectivo software utilizado na gestão deste contrato;

5.22.1.3. Transferência de conhecimentos técnicos para os novos funcionários da nova Contratada, inclusive demais regras atinentes à ordem técnica deste;

5.22.1.4. Histórico de manutenção realizado durante a vigência deste.

# 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto no mínimo 01 (uma) vez por mês ou quando solicitado durante o período total do contrato.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.18. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.19. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.20. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.21. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.22. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.23. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.24. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.25. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.26. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.26.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.26.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.26.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.26.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.27. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.28. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.29.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.29.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

### **Fiscalização Administrativa**

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.33.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.33.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.33.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.33.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.33.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.33.4. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.33.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.33.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.33.7. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..

- 6.33.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.33.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.33.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.33.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 6.33.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.33.13. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.33.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.33.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.33.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.33.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 6.33.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.33.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.33.20. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.33.21. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.33.22. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.33.23. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.33.23.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
- 6.33.23.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.33.24. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.33.24.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
- 6.33.24.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

- 6.33.25. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.
- Gestor do Contrato**
- 6.34. Cabe ao gestor do contrato
- 6.34.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.34.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.34.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.34.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.34.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.34.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.34.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.35.8 Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto abaixo, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

Nome do Indicador	Análise do Desempenho	VTD = Percentual do desconto a ser aplicado sobre a fatura mensal (sobre a parcela de serviços)
Tempo Médio de Reparo (TMR)	$TMR \leq 7,0$ dias, para no mínimo 75% dos serviços.	= 0
	$TMR > 7,0$ dias, de 26% a 50% dos serviços.	= - (Valor da Fatura * 0,01)
	$TMR > 7,0$ dias, para mais de 50% dos serviços.	= - (Valor da Fatura * 0,02)

Performance da Manutenção Preventiva (PMP)	PMP $\geq$ 90%	= 0
	70% $\leq$ PMP < 90%	= - (Valor da Fatura * 0,01)
	PMP < 70%	= - (Valor da Fatura * 0,02)

#### Observações:

- Entende-se por serviços internos aqueles sob responsabilidade total da CONTRATADA, isto é, para equipamentos não cobertos por contrato terceirizado de manutenção, garantia ou comodato.
- Valor Pagamento Mensal (Aprovado) = Valor a ser pago no mês, com os descontos relativos ao não atendimento dos níveis de serviço acordados (ANS)
- Valor Contratado = Valor Mensal Contratado mensalmente se todos os ANS forem atendidos
- Valor VTD = Valor Total a ser Descontado do Valor Contratado, em função das medições dos ANS.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

7.4.2. produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual; e

7.4.3. indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

#### Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento cada período mensal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.24.1. o prazo de validade;

7.24.2. a data da emissão;

7.24.3. os dados do contrato e do órgão contratante;



7.24.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.24.5. o valor a pagar; e

7.24.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Repactuação**

7.38. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.39. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.39.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.39.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta

7.40. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.40.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.41. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.42. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.43. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.44. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.45. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.45.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.45.2. A repactuação dos valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação) e não o instrumento paradigma.

7.45.2.1. Os índices aplicados para aumento do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência serão aqueles constantes no instrumento coletivo ao qual está vinculado o Contratado, e esses índices serão aplicados sobre os valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social constantes na proposta apresentada pela empresa no momento da licitação.

7.45.3. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.46. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [**indicar o índice a ser adotado**], com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.47. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.48. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.49. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

- 7.50. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 7.51. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 7.52. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 7.53. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 7.54. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 7.55. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.56. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.57. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.58. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **[indicar o prazo]**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 7.59. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.60. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.61. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.62. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.63. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
- 7.64. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
- 7.64.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

### **Cessão de crédito**

- 7.65. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.66. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.67. A eficácia da cessão de crédito, não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.68. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.69. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.70. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

### **Conta-Depósito Vinculada**

7.71. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.72. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.73. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.74. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.75. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.75.1 13º (décimo terceiro) salário;

7.75.2 Férias e um terço constitucional de férias;

7.75.3 Multa sobre o FGTS; e

7.75.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.76. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.77. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.78. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.79. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.80. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.81. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.82. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.83. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.4.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

9.5. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.5.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.6. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas:

9.6.1.

Profissionais/Categorias	Código CBO	Salário Base
Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Sênior/Gerente de engenharia	2143-05/2143-30 /2144-05/2143-80	R\$ 16.447,50
Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Júnior com mestrado ou pós graduação	2143-05/2143-30 /2144-05/2143-80	R\$ 12.387,86
Técnico de Manutenção de Equipamentos Médico-hospitalares Sênior	3132-15 / 3131-05 / 3003-05 / 9153-05	R\$ 6.000,00
Técnico em eletricidade/eletrotécnica ou técnico eletricista Sênior	3131/3131-30	R\$ 6.000,00
Assistente Administrativo Pleno	4110-05	R\$ 3.554,44

9.6.2. conforme estimativa baseada no (Acordo Coletiva de Trabalho nº 5510279, anexado no processo 25384.001184/2024-74 utilizado(a) como paradigma:

9.6.2.1. auxílio-alimentação, no valor de R\$ 47,08 (quarenta e sete reais e oito centavos) por dia efetivo de trabalho, a partir de 1º de maio de 2025, com desconto de até 1 (hum) valor facial (R\$ 47,08), e de 20% (vinte por cento) sobre o valor para os casos em que haja pagamento proporcional inferior a 5 dias efetivos de trabalho

9.7. Auxílio transporte e auxílio creche

9.7.1. Auxílio-transporte: será concedido no valor de R\$ 4,70 líquidos por modal, limitado a até 4 modais diários (2 por trajeto – ida e volta).

9.7.2. auxílio-creche: As EMPRESAS reembolsarão integralmente às empregadas ou aos seus empregados ainda que, viúvas(os), solteiras(os), separadas(os), desde que detentores da guarda legal de seus/suas filhos(as), os gastos com creche dos(as) filhos (as) legítimos e inclusive os(as) adotivos(as) legalmente comprovados, até 06 (seis) meses de idade, nos termos da Portaria nº. 671/2021 do Ministério do Trabalho e Previdência. Após os 06 (seis) meses, as EMPRESAS concederão um Auxílio Creche de R\$672,08 (seiscentos e setenta e dois reais e oito centavos), a partir de 1º de maio de 2025;

Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

## Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.18. Ato de autorização para o exercício da atividade de engenharia clínica e manutenção de equipamentos médico-hospitalares, expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), nos termos do art. 59 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e da Resolução CONFEA nº 1.121, de 10 de setembro de 2019, que dispõe sobre as atribuições profissionais e a responsabilidade técnica pelas atividades de engenharia clínica.

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral(LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% valor total ofertado pelo licitante.

9.31.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.31.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.32. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.35. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.36. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo de Declaração de Capacidade Econômico-Financeira, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.36.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.36.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### Qualificação Técnica

9.38. As exigências de qualificação técnico-operacional e econômico-financeira descritas nos subitens 9.39 a 9.44 foram dimensionadas de forma proporcional à complexidade do objeto, considerando a essencialidade do serviço para a segurança assistencial e os riscos operacionais envolvidos na gestão do parque tecnológico hospitalar. Trata-se de contratação contínua com dedicação exclusiva de mão de obra especializada, envolvendo engenharia clínica, manutenção, calibração e gestão de equipamentos de alta criticidade.

9.38.1. As parcelas de maior relevância foram identificadas e delimitadas de forma objetiva, sendo exigida comprovação mínima de até 50% das quantidades, conforme autorizado pelo art. 67, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021.

9.38.2. A exigência de experiência mínima de 3 (três) anos foi fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e na experiência pretérita da Administração, tendo como base o grau de risco institucional, a complexidade das tecnologias gerenciadas e a necessidade de garantir continuidade assistencial sem desassistência tecnológica.

9.38.3. As exigências foram formuladas com base no princípio da razoabilidade, sem restrições indevidas à competitividade, com o objetivo de assegurar a capacidade técnica efetiva da futura contratada para a prestação de serviços estratégicos à missão institucional

9.38.4. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.5. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.39. Certidão válida de registro da empresa licitante e de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) a jurisdição da empresa, minimamente nas áreas de elétrica, eletrônica e mecânica, comprovado estar habilitada a executar a atividade relacionada com o objeto deste termo de referência, em plena validade, nos termos do art. 59 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e da Resolução CONFEA nº 1.121, de 10 de setembro de 2019, que regulamenta as atividades de engenharia clínica e as respectivas atribuições profissionais.

9.39.1. A empresa deverá demonstrar possuir em seu quadro pelo menos 01 (um) engenheiro eletricista e 01 (um) engenheiro mecânico, devidamente registrados no CREA. os profissionais deverão possuir ART (anotações de responsabilidade técnica) de execução de serviço igual ou similar ao objeto do contrato, comprovado através da Certidão de Acervo Técnico (CAT), também emitida pelo CREA, onde constem as parcelas de maior relevância técnica, conforme descrito abaixo, de acordo com a sua área de atuação:

- Engenharia Clínica, com gerenciamento e manutenção de parque tecnológico. composto por no mínimo 700 (setecentos) equipamentos médico-hospitalares.
- Manutenção corretiva e preventiva de equipamentos médico-hospitalares.
- Calibração e qualificação de equipamentos médico-hospitalares com emissão de certificados.
- Montagem, desmontagem e instalação de equipamentos médico-hospitalares.

9.39.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

#### Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.4.1.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por período não inferior a 3 (três) anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.4.1.1.1.1. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos.

9.4.1.1.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

9.4.1.1.1.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente. Serão consideradas parcelas de maior relevância com relação ao objeto:

- Engenharia Clínica, com gerenciamento e manutenção de parque tecnológico composto por no mínimo 700 (setecentos) equipamentos médico-hospitalares.
- Manutenção corretiva e preventiva de equipamentos médico-hospitalares
- Calibração e qualificação de equipamentos médico-hospitalares com emissão de certificados
- Montagem, desmontagem e instalação de equipamentos médico-hospitalares

9.4.1.1.1.2. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos após a conclusão integral do contrato ou, alternativamente, quando decorrido, no mínimo, 1 (um) ano de sua execução, salvo nos casos em que o contrato tenha sido firmado para execução em prazo inferior. Conforme disposto no item 10.8 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, e no art. 21, §2º, da IN SEGES/ME nº 58, de 8 de setembro de 2022.

.

9.4.1.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços de engenharia clínica e manutenção de equipamentos médico-hospitalares envolvendo o número de postos equivalentes ao da contratação.

9.4.1.1.2.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.4.1.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.4.1.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.4.1.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.42. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município do Rio de Janeiro., o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### Qualificação Técnico-Profissional

9.45. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.45.1. Para os engenheiros: Registro junto ao CREA (conselho regional de engenharia e agronomia)

9.45.2. Para os técnicos: Registro junto ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) ou em seus Conselhos Regionais (CRT)

9.45.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.46. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo.

9.47. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.48. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### Disposições gerais sobre habilitação

9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### Documentação complementar para cooperativas

9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.54.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.54.6.1. ata de fundação;

9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.54.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador .

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.2.. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.3 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Programa: 1201 - Ciência Tecnologia e Inovação em Saúde

Ação: 8305

Objetivos: 0045 Atenção integral a saúde da mulher

0046 – Atenção integral a saúde de gestantes e recém-nascidos.

0047 – Atenção integral a saúde de crianças e adolescentes com patologia de alta complexidade.

Setor: Departamento de Assistência

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2026.

## 13. ANEXO I

### ANEXO I

#### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024 )

#### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato na forma de Carta Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. . O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

#### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

#### 3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos.

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. O PREPOSTO designado pela empresa CONTRATADA deverá comparecer ao IFF, pelo menos, 01( uma ) vez no mês ou em qualquer momento que seja solicitado pela Administração.

4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

- 4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.28. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no Instituto Fernandes Figueira (IFF), no endereço: Av. Rui Barbosa, 716 - Flamengo, Rio de Janeiro - RJ, 22250-020
- 4.28.1. Os profissionais vinculados ao contrato exercerão suas atividades nas dependências do CONTRATANTE, em regime de dedicação exclusiva, não sendo previsto deslocamento rotineiro para outras unidades .
- 4.29. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 4.30. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
- 4.30.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.



- 4.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.40. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 4.41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 4.42. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.43. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 4.43.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - 4.43.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - 4.43.3. florestas plantadas; e
  - 4.43.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 4.44. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 4.44.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
  - 4.44.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
  - 4.44.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e
  - 4.44.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
  - 4.44.5. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.44.6. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

4.44.7. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.47.7.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

4.47.7.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

4.47.7.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.47.7.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.48. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.49. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.49.1. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.49.2. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.49.3. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.49.4. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.49.5. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.49.6. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.49.7. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

4.49.8. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

## 5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A20]

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

6.2. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

6.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

6.4. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

6.5. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.5.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.6.3. Indenizações e multas.

6.7. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Estado do Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual e que não puderem ser compostos por conciliação, conforme o art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

# 14. ANEXO II

## ANEXO II

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

**CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MEIRELLES**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 10:40:53.*

**DINAH ROMANO BERNARDES**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 11:00:38.*

MS-INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA/FIOCRUZ/RJ

Estudo Técnico Preliminar 153/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 25384.001184/2024-74

2. Descrição da necessidade

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - INTERVENÇÕES TÉCNICAS, APLICAÇÃO DE PEÇAS/MATERIAIS DE REPOSIÇÃO /SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, CALIBRAÇÃO, TESTES DE DESEMPENHO E SEGURANÇA, E DEMAIS SERVIÇOS RELACIONADOS AOS EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES DA INSTITUIÇÃO.	5428	mês	12		

O Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) é uma instituição pública que presta assistência de média e alta complexidade nos níveis hospitalar, ambulatorial, domiciliar e realiza procedimentos diagnósticos e terapêuticos com enfoque em ações especializadas na saúde da mulher, da criança e do adolescente.

Como instituição de referência do MS para o tratamento de diversas patologias pediátricas e assistência a crianças e recém-nascidos em terapia intensiva, dependentes de diversos equipamentos, como respiradores, oxigênio, bombas de infusão, além do suporte de exames laboratoriais e de imagem, cumpre um papel relevante ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), na promoção da saúde e ampliação do acesso e garantia dos direitos da população aos serviços de saúde.

O perfil institucional engloba um vasto processo de interação entre saberes profissionais, sendo a assistência multidisciplinar prestada por especialistas nas áreas de obstetrícia, ginecologia e nas seguintes especialidades pediátricas: alergia e imunologia, cardiologia, cirurgia, dermatologia, endoscopia digestiva e respiratória diagnósticas, enfermagem especializada, fisioterapia, fonoaudiologia, genética médica, infectologia, neurocirurgia, neurologia, nutrição, pneumologia, psicologia, serviço social, terapia intensiva pediátrica e neonatal e terapia ocupacional.

O IFF/Fiocruz possui uma estrutura assistencial composta por 122 leitos instalados e 13 leitos de hospital-dia distribuídos nas seguintes áreas de atuação:

- **Área de Atenção Clínico-cirúrgica à Mulher:** possui atendimento ambulatorial especializado, 10 leitos de enfermaria e 3 leitos de hospital-dia. A assistência ginecológica é parte integrante do sistema de regulação assistencial com a oferta de consultas, procedimentos diagnósticos e cirúrgicos às mulheres com patologias ginecológicas, investigação, confirmação e tratamento das lesões precursoras do câncer de colo do útero e detecção precoce do câncer de mama. A assistência às mulheres tem sido marcada pelo incremento de procedimentos cirúrgicos minimamente invasivos, através de técnicas que exigem habilidades específicas e trazem menor risco de complicação para as mulheres, qualificando a assistência com menor risco;
- **Área de Atenção Clínico-cirúrgica à Gestante:** possui atendimento ambulatorial com pré-natal, 14 leitos de alojamento conjunto e 12 leitos de enfermaria para gestantes. A assistência obstétrica, por meio da Medicina Fetal, foi reconhecida como referência para risco fetal no Sistema Estadual de Gestação de Alto Risco, sendo Centro de Referência Estadual para o manejo das pacientes isoimunizadas;
- **Área de Atenção Clínica ao Recém-Nascido:** possui 14 leitos de UTI Neonatal, 8 leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Convencionais (UCINCo), 4 leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Canguru (UCINCa) e acompanhamento ambulatorial especializado para o seguimento de crianças prematuras. Utilizam as melhores práticas disponíveis baseadas em evidências científicas, principalmente aos prematuros com peso de nascimento inferior a 1.500 gramas e aos recém-nascidos portadores de malformações congênitas;
- **Área de Atenção Clínica à Criança e ao Adolescente:** possui atendimento ambulatorial especializado e 40 leitos dispostos da seguinte forma: 18 leitos de Enfermaria Pediátrica (Unidade de Pacientes Internos - UPI), 11 leitos de Enfermaria em Doenças Infecciosas Pediátricas (DIPE), 6 leitos de terapia intensiva (Unidade de Pacientes Graves - UPG), 5 leitos de Unidade Intermediária (UI) e 3 leitos hospital-dia no Centro de Infusões Venosas e Terapia de Reposição Enzimática. Presta uma assistência aos agravos mais comuns da infância e, sobretudo, atenção especializada para crianças com condições crônicas complexas de saúde no âmbito da terapia intensiva, cuidados intermediários e aqueles contínuos e diários nas enfermarias, assim como seu segmento ambulatorial. Possui o Programa de Assistência Domiciliar Interdisciplinar (Padi), que realiza atendimento domiciliar por meio de uma equipe multiprofissional para aquelas crianças e adolescentes que se tornaram dependentes de tecnologias;
- **Área de Atenção Cirúrgica à Criança e ao Adolescente:** possui atendimento ambulatorial especializado, 12 leitos de enfermaria pediátrica, 6 leitos de terapia intensiva neonatal e 6 leitos de hospital-dia. Realiza procedimentos cirúrgicos de média e alta complexidade de neonatos à adolescentes portadores de malformações do aparelho gastrointestinal, como as gastrosquises, as anomalias anorretais, megacólon e atresias, cirurgias torácicas, urológicas e do aparelho genital; com grande aporte tecnológico para cirurgias videolaparoscópicas. A neurocirurgia realiza procedimentos de média e alta complexidade de neonatos à adolescentes, através de microcirurgia e neuronavegação; destacando o atendimento à pacientes síndrômicos e malformados junto ao Serviço de Doenças Raras do IFF/Fiocruz, em especial aos acondroplásicos, portadores de craniossinostoses, mielomeningoceles, encefalocelos, hidrocefalia e portadores de malformações da coluna vertebral, como disrafismos, lipomas, espinha bífida, dentre outros.

Para atendimento à área de manutenção de equipamentos; aquisição de equipamentos hospitalares, mobiliário hospitalar e administrativo; aquisição de peças e componentes, acessórios médicos e pequenos equipamentos, a contratação de serviços de manutenção, calibração e certificação entre outros, além de apoio ao Serviço de Farmácia no que se refere à aquisição de gases medicinais bem como contratação de serviços relacionados, tais como, locação de equipamentos de ar comprimido medicinal e vácuo hospitalar, a Engenharia Clínica da instituição dispõe de um quadro composto de servidores do próprio IFF, e de funcionários terceirizados.

Até 2023, o quadro de servidores era composto por engenheiro eletricista responsável pela chefia do setor bem como pela elaboração de grande parte dos Termos de Referência, um engenheiro eletrônico responsável pelo acompanhamento de contratos de manutenção bem como pelo levantamento de insumos e elaboração de termos de referência de serviços, um engenheiro biomédico responsável pela adequação, acompanhamento de instalação e modificação de equipamentos e dois técnicos responsáveis por manutenção em equipamentos de baixa e média complexidade.

O quadro de funcionários terceirizados é composto de cinco técnicos, responsáveis pela manutenção e acompanhamento de contratos de manutenção de equipamentos de baixa, média e alta complexidade; um engenheiro responsável, principalmente, pela elaboração de Termos de Referência, com enfoque em equipamentos de imagem e um funcionário administrativo.

Com a aposentadoria do engenheiro responsável pela chefia da Engenharia Clínica do IFF em fevereiro de 2024 e a futura aposentadoria, em data relativamente próxima, do engenheiro biomédico e de dos técnicos, foi verificada a impossibilidade da gestão da área de Engenharia Clínica do IFF, em data próxima, sem prejuízo da área de assistência do hospital e por conseguinte do atendimento aos pacientes.

Um outro problema relativo à área de Engenharia Clínica é aquele que se refere ao contrato dos funcionários terceirizados, atualmente contratados por outra unidade da FIOCRUZ. Embora a contratação tenha sido de grande utilidade para o IFF na época de sua implementação, contrato que é partilhado com diversas outras unidades da FIOCRUZ, ocorreram alguns conflitos e dificuldades de gestão tendo em vista as características muito próprias de uma unidade hospitalar, que diverge de forma considerável das demais áreas da FIOCRUZ.

A contratação de uma empresa para a execução dos serviços de Engenharia Clínica descrito no presente ETP, incluindo o fornecimento de peças e serviços complementares, além de fundamental ao funcionamento do IFF, agilizaria a realização dos serviços e por conseguinte melhoraria a prestação dos serviços de assistência e o atendimento aos pacientes e objetivos preconizados pelo SUS.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Manutenção/Engenharia Clínica	CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MEIRELLES

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, devem ser observados os requisitos estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Os critérios de sustentabilidade aplicáveis incluem aqueles previstos na RDC nº 222 /2018, especialmente o disposto no Art. 68, que trata da correta destinação de resíduos sólidos contendo metais pesados, os quais, quando não submetidos a tratamento, devem ser dispostos em aterros de resíduos perigosos. O descarte de pilhas, baterias, acumuladores de carga e lâmpadas deve seguir as normas ambientais vigentes.

As diretrizes de sustentabilidade também devem observar a Lei nº 12.349/2010; o Art. 4º, incisos I, III e VI, e o Art. 5º do Decreto nº 7.746 /2012; os incisos I, II e III do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010; e o Art. 225 da Constituição Federal. Devem ser incorporados os critérios dos artigos 5º e 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, que tratam de requisitos ambientais aplicáveis à aquisição de bens e à execução de serviços, incluindo a utilização de materiais recicláveis, conformidade com certificações ambientais, embalagens adequadas, restrições a substâncias nocivas, uso racional de recursos naturais, controle de ruído, uso de EPIs adequados, treinamento ambiental, segregação de resíduos e observância das normas técnicas da ABNT.

Para esta contratação, devem ser observados, de forma concomitante, os dispositivos da Lei nº 10.295/2001 e do Decreto nº 9.864/2019, relacionados à Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia. Também devem ser atendidos o Art. 2º do Decreto nº 4.508 /2002, diversas portarias do INMETRO (Portarias nº 7/2011, 643/2012, 410/2013, 517/2013 e 20/2012), além da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, da Lei nº 12.305/2010 e do Decreto nº 9.177/2017, referentes à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Também devem ser observadas as disposições da Resolução CONAMA nº 362/2005, que regulamenta o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado, e da Resolução ANP nº 804/2019, que trata de critérios de registro para óleos e graxas lubrificantes.

As normas do INMETRO e as normas ISO 14.000, relativas a sistemas de gestão ambiental, devem ser integralmente observadas. Em nenhuma hipótese será admitida a disposição de resíduos da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de descarte irregular, encostas, corpos d'água, lotes vagos ou áreas ambientalmente protegidas, nem em locais não licenciados.

Qualquer instalação, equipamento ou processo que emita matéria para a atmosfera deve respeitar os limites máximos de emissão definidos pela Resolução CONAMA nº 382/2006. A emissão de ruídos deve observar os limites estabelecidos pelas Normas ABNT NBR 10.151 e 10.152, além da Resolução CONAMA nº 01/1990. Durante a execução contratual, deve ser respeitado o que estabelece a Resolução CONAMA nº 362/2005 quanto ao recolhimento e destinação ambientalmente adequada de óleo lubrificante usado ou contaminado.



Devem ser observadas, ainda, as recomendações adicionais de sustentabilidade: utilização de embalagens individuais recicláveis e com o menor volume possível; não utilização de substâncias acima dos limites da diretiva RoHS; adoção de medidas para evitar desperdício de água; observância das normas de ruído para equipamentos de limpeza; fornecimento de EPIs necessários; utilização de máquinas que atendam ao Programa de Eficiência Energética da ANEEL; redução de impactos ambientais sobre fauna, flora e recursos naturais; preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas locais; prevenção de lançamento de partículas no ambiente; restrição à queima de combustíveis não renováveis, salvo quando indispensável; uso de EPIs e uniformes ambientalmente responsáveis, com descarte adequado ao fim da vida útil.

Além desses critérios, devem ser observadas as soluções economicamente viáveis previstas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis.

É permitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a 30% do valor total do contrato, desde que não inclua a parcela principal da contratação. Poderão ser subcontratados serviços como calibração, qualificação de equipamentos, serviços de oficina específicos (como tornearia e confecção de peças), transporte de equipamentos ou peças especiais e serviços emergenciais necessários à conclusão de reparos. Em qualquer hipótese, permanece com a contratada a responsabilidade integral pela execução perfeita do objeto, cabendo-lhe supervisionar e coordenar as atividades subcontratadas. A subcontratação exige autorização prévia da Administração, que deverá avaliar a capacidade técnica da empresa subcontratada, cuja documentação será juntada aos autos. É vedada a subcontratação de pessoas ou empresas que mantenham vínculos conflitantes com o órgão contratante. Em contratos de mão de obra com dedicação exclusiva, a contratada é solidariamente responsável por descumprimentos trabalhistas do subcontratado.

Será exigida garantia contratual conforme os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, podendo ser apresentada nas modalidades previstas em lei. A garantia deverá cobrir prejuízos por inadimplemento, multas, obrigações trabalhistas e previdenciárias, e deve permanecer válida por todo o período contratual, com possibilidade de execução nos termos da legislação aplicável. A garantia somente será liberada após a plena execução do contrato e regular pagamento de todos os encargos trabalhistas, observadas as condições específicas para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

A vistoria prévia do local de execução é imprescindível para conhecimento das condições e peculiaridades da contratação. Será assegurada aos interessados a possibilidade de agendamento, acompanhados por servidor designado. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal de conhecimento pleno das condições da execução, não podendo alegar desconhecimento posteriormente.

Para a adequada execução dos serviços, a contratada deverá possuir, ou instalar, escritório com estrutura administrativa mínima no município do Rio de Janeiro, garantindo o suporte necessário às demandas do contrato.

### **Cadastro de equipamentos médico-hospitalares**

A contratada deverá manter cadastro atualizado do parque de equipamentos médico-hospitalares em software dedicado de gestão (EMHs). Esse cadastro deverá conter, no mínimo, informações como: código de identificação, nomenclatura, situação, localização, marca, modelo, série, patrimônio, qualificação, custo de substituição, data de aquisição, data de instalação, cobertura de garantia ou contrato de manutenção, entre outros.

Os equipamentos deverão receber etiqueta, de resistência e durabilidade apropriadas, indicando o código de identificação específico desse cadastro. Essa etiqueta (TAG) de identificação deverá ser fornecida pela contratada e conterá o código TAG de identificação do equipamento. A forma de codificação deverá ser definida em comum acordo com a contratante.

A contratada deverá elaborar, junto ao cadastro de EMH, uma qualificação dos equipamentos em três níveis de criticidade (BAIXA, MÉDIA e ALTA), acordada com a contratante. Esta lista de criticidade será utilizada para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas na execução do serviço técnico.

A qualificação em níveis de criticidade deverá ser baseada, no mínimo, nos seguintes critérios:

- Classe de risco, conforme RDC ANVISA nº 185/01;
- Importância estratégica;
- Recomendações de normas técnicas e do fabricante.

A contratante poderá optar, a qualquer tempo, pela utilização de outra metodologia de qualificação de criticidade dos equipamentos, devendo formalizar junto à contratada os novos critérios a serem adotados.

No ato de eventuais renovações de contrato e no fim de vigência, a contratada deverá realizar conferência total do cadastro de equipamentos, incluindo a atualização da qualificação dos EMHs, verificação física e, se necessário, atualização das informações cadastrais e/ou reposição de etiquetas de identificação.

A contratada deverá concluir essa conferência total em até 30 (trinta) dias corridos, a partir da renovação anual ou do término da vigência, entregando à contratante o cadastro em mídia digital, em tabela totalmente editável (compatível com Microsoft Excel).

Caso não realize a conferência e a entrega do cadastro digital conforme pactuado, a contratada ficará sujeita a sanções contratuais, podendo a contratante vincular o pagamento da última fatura à conclusão deste serviço.

A contratada será responsável pelo registro de todo e qualquer serviço referente ao parque de equipamentos, devendo registrar no software dedicado todas as informações referentes aos serviços realizados.

### **Recebimento e aceitação dos equipamentos**

A cada equipamento adquirido pela contratante, ou a cada EMH que retorne de serviço externo, a contratada deverá apoiar a contratante na realização do recebimento, conferência, instalação e testes de aceitação.

Esse processo deverá contemplar:

- recebimento dos equipamentos;
- verificação de integridade da embalagem;
- conferência de compatibilidade com a ordem de compra/serviço;
- abertura e conferência em conjunto com o fornecedor, quando se tratar de aquisição;
- execução ou acompanhamento da instalação;
- realização ou acompanhamento dos testes de aceitação;
- registro de todas as informações no software dedicado.

### **Manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e qualificação**

A contratada deverá elaborar procedimentos operacionais de manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e qualificação para o parque de equipamentos da contratante.

Manutenção preventiva é o conjunto de ações realizadas em intervalos predeterminados ou de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou degradação do funcionamento de um item, resultando em Certificado de Manutenção Preventiva.

Calibração é a operação que estabelece, sob condições especificadas, a relação entre padrões rastreados e as indicações do equipamento, com incertezas associadas, resultando em Certificado de Calibração rastreável à RBC/INMETRO.

Teste de Segurança Elétrica é o conjunto de testes que avaliam resistência de isolamento, resistência de aterramento e fuga de corrente elétrica, conforme classe do equipamento e tipo de parte aplicada, resultando em Laudo de Segurança Elétrica.

Qualificação é o processo de verificação da eficácia do equipamento no processo, garantindo que produza resultados conforme a qualidade exigida, especialmente na qualificação de desempenho.

A contratada deverá desenvolver e implantar Plano Anual de Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de Segurança Elétrica e Qualificação, visando reduzir manutenção corretiva, prever danos futuros, aumentar confiabilidade e segurança, garantindo que os equipamentos sejam utilizados dentro da normalidade de operação e conforme especificações do fabricante. O plano deve ser divulgado aos responsáveis de cada setor para permitir a disponibilidade dos equipamentos no período programado.

Após cada procedimento de manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica ou qualificação, a contratada deverá fixar etiqueta no equipamento com, no mínimo: tipo de serviço, número do certificado, identificação do técnico executor, data de execução e data da próxima intervenção programada. As etiquetas devem ser resistentes à rotina de higienização.

A contratada deverá, em até 30 (trinta) dias corridos contados da renovação anual ou do término da vigência do contrato, entregar à contratante o banco de procedimentos operacionais em formato digital, contendo arquivos totalmente editáveis. A não entrega sujeitará a contratada a sanções e poderá vincular o pagamento da última fatura à conclusão do serviço.

Todos os padrões de medição utilizados pela contratada deverão ser calibrados em laboratórios acreditados pelo INMETRO ou rastreados pela RBC, mantendo-se cópias dos certificados disponíveis para verificação.

Os serviços de calibração deverão ser realizados, no mínimo, uma vez por ano, conforme recomendações técnicas do fabricante, com exceção das centrífugas, que deverão ser calibradas quadrimestralmente.

Os testes de segurança elétrica deverão ser realizados nos equipamentos referenciados pela ABNT NBR IEC 60601-1 e demais legislações vigentes, no mínimo uma vez ao ano.

Os serviços de qualificação de desempenho deverão ser realizados nos equipamentos referenciados pela ANVISA, de acordo com as Resoluções nº 57/2010, 15/2012, 51/2013 e demais legislações, também no mínimo uma vez ao ano.

A contratada deverá analisar os resultados das calibrações, comparando-os com os desvios máximos admitidos, atestando conformidade ou não conformidade, ajustando periodicidades quando necessário e tomando as providências cabíveis. Ocorrendo não conformidade, deverá ser providenciada manutenção corretiva e, após reparo, nova calibração.

Os serviços realizados deverão gerar documentos específicos (“Certificado de Calibração”, “Laudo de Segurança Elétrica” ou “Relatório de Qualificação”), contendo, no mínimo: número e tipo de documento, data, identificação do equipamento, do padrão de referência, leituras, erros e incertezas (quando aplicável), e identificação do técnico responsável.

Ao final de cada procedimento deverá ser colocada etiqueta em todos os equipamentos, contendo, no mínimo, número do documento, data de realização do serviço e data da próxima execução programada.

Os certificados de calibração deverão ser emitidos conforme a norma NBR/ISO 17025.

Deverá existir Procedimento Operacional Padrão (POP), baseado em normas nacionais e manuais dos fabricantes, descrevendo a sistemática de manutenção preventiva, calibração, teste elétrico e qualificação para cada tipo de equipamento disponível no IFF. Esses POPs deverão ser entregues em até 120 dias da assinatura do contrato.

Toda manutenção preventiva, calibração, teste elétrico e qualificação deverá gerar Ordem de Serviço com, no mínimo: número, dados do equipamento, data da intervenção, data da próxima intervenção, códigos dos instrumentos de medição utilizados, checklist das rotinas, identificação do técnico responsável, avaliação do serviço executado e assinatura do responsável pelo setor.

Todas as atividades deverão ser registradas em sistema informatizado específico.

### **Manutenção corretiva**

Os chamados técnicos poderão ser abertos por qualquer profissional da instituição ou da contratada, via comunicação presencial, telefone, software de gerenciamento, sistema interno, e-mail ou outro meio definido, devendo sempre ser registrado no software de gestão de EMH.

Para toda manutenção, preventiva ou corretiva, deverá ser expedida Ordem de Serviço contendo, no mínimo:

- Dados do equipamento;
- Data e hora do início da manutenção;
- Testes efetuados;
- Operações de manutenção realizadas;
- Especificação de componentes substituídos;
- Diagnóstico das condições físicas e operacionais;
- Nome, identidade e assinatura do usuário/chefia;
- Nome, identidade e assinatura do técnico responsável.

A contratada será responsável pelo atendimento técnico de todos os chamados e pela execução de manutenção corretiva de baixa e média complexidade, utilizando, quando necessário, o valor previsto para aplicação de peças e serviços especializados, conforme pactuado.

Manutenções de alta complexidade poderão demandar serviços especializados, também custeados dentro do limite previsto. Nesses casos, a contratada deverá emitir Parecer Técnico com justificativa, assinado pelo Supervisor de Engenharia Clínica.

A aplicação de acessórios e de peças eventuais será considerada em situações emergenciais que impactem diretamente a prestação do serviço.

Após qualquer manutenção corretiva que possa alterar parâmetros do equipamento, deverá ser realizada nova calibração antes da devolução ao setor de origem.

Todas as atividades de manutenção corretiva deverão ser registradas em sistema informatizado, com identificação do equipamento, defeito, diagnóstico, ações tomadas, executores, horários de abertura e fechamento, tempo de execução, materiais aplicados, valores e cópia da nota fiscal.

### **Substituição eventual de peças e subcontratação de serviços especializados**

A contratada será responsável pela aquisição e aplicação de peças/materiais de reposição e acessórios necessários, bem como pela aplicação de serviços especializados, quando autorizados pela contratante, até o limite de valor anual previsto, com demonstração de gastos.

Devido à grande diversidade de equipamentos, marcas, modelos e complexidades, não é viável especificar previamente todas as peças e serviços possíveis, razão pela qual foi previsto um valor anual para aplicações eventuais de peças e serviços especializados.

O valor anual máximo previsto, a ser aplicado sob demanda da contratante, para peças eventuais e serviços especializados, será de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), estimando-se valor mensal de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Esse valor não será considerado no pagamento mensal fixo do serviço e será faturado somente quando houver efetiva aplicação de peças /serviços, mediante relatórios, OS, notas fiscais e atesto da contratante.

É de inteira responsabilidade da contratada a aplicação de peças em manutenções de baixa e média complexidade, e de serviços especializados em manutenções de alta complexidade, utilizando o valor previsto.

Entende-se como peças: qualquer peça, componente, acessório ou material auxiliar, consumível ou não, necessário ao reparo de um equipamento.

A contratada assumirá a responsabilidade pelo fornecimento de todos os insumos necessários à revisão, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos (como álcool, benzina, estopa, flanela, fita isolante, graxas, lixas, óleo lubrificante, vaselina, produtos de limpeza biodegradáveis, etc.).

Para aplicação de peças, a contratada deverá indicar a necessidade à contratante, que verificará a pertinência e, se de acordo, autorizará formalmente o início do processo. A contratada deverá apresentar três orçamentos, podendo a contratante realizar orçamento complementar. A aplicação deverá ocorrer pelo menor valor apresentado, salvo justificativa aceita.

As peças deverão ser novas, vedado uso de materiais improvisados ou recondicionados, exceto em casos extraordinários com justificativa técnica e garantia de segurança.

As peças deverão ser fornecidas em até 10 dias úteis ou, em caso de importação comprovada, em até 30 dias corridos, a contar da autorização, admitida justificativa e redefinição de prazo pelo fiscal do contrato se necessário.

Serviços especializados deverão seguir lógica semelhante, com indicação, autorização, orçamento, aprovação e aplicação, respeitando prazos e apresentação de notas fiscais e relatórios. A contratada deverá garantir, no mínimo, 3 meses de garantia para peças aplicadas e serviços especializados.

### **Rondas periódicas**

A contratada deverá desenvolver e implantar Plano Anual de Rondas Gerais para equipamentos de criticidade alta, visando reduzir manutenção corretiva, identificar falhas em estágios iniciais e aumentar a confiabilidade e segurança.

A periodicidade das rondas será definida pela contratante, que poderá alterá-la formalmente a qualquer tempo.

As rondas compreendem verificação da normalidade de funcionamento do equipamento, correta instalação e ajuste para uso, com utilização de checklist para identificação de irregularidades.

A contratada será responsável pela execução destas rondas e pelo registro das atividades no sistema.

### **Software dedicado de gestão do parque de EMH**

A gestão do serviço de engenharia clínica deverá ser executada obrigatoriamente por meio do software de gerenciamento de equipamentos (EFFORT), já adquirido pelo IFF.

O software será disponibilizado pela contratante durante toda a vigência contratual.

A contratante disponibilizará logins e senhas com diferentes níveis de acesso para usuários da contratada e para a equipe de fiscalização.

A responsabilidade pelo treinamento no software é da contratante, que definirá datas em conjunto com o fornecedor.

### **Indicadores**

A contratada deverá monitorar, no mínimo, os seguintes indicadores:

- Tempo Médio de Atendimento (TMA);
- Tempo Médio de Reparo (TMR);
- Performance de Manutenções Programadas (PMP);
- Percentual de Resolutividade Interna (PRI);

- Percentual de Disponibilidade Operacional dos Equipamentos (PDOE);
- Percentual de Manutenção Executada (PME);
- Percentual de Rechamado de Manutenção (PRM);
- Percentual de Obsolescência do Parque Tecnológico;
- Produtividade por tipo de serviço executado;
- Tempo Médio entre Falhas (MTBF);
- Percentual do custo de manutenção pelo custo de substituição, geral e por equipamento.

### **Planejamento, seleção e aquisição de tecnologias**

Sempre que solicitado, a contratada deverá apresentar Planejamento Estratégico em relação aos EMHs da contratante, demonstrando a situação dos equipamentos frente às demandas reais e previstas, sugerindo aquisições, substituições, remanejamentos e estratégias de manutenção.

Deverão ser estabelecidos e documentados, em conjunto com a contratante, procedimentos para incorporação tecnológica, incluindo: definição de compras, avaliação de necessidades clínicas, elaboração de especificações técnicas, definição de condições de entrega, busca mercadológica, confecção de pareceres, acompanhamento de instalações e testes de funcionamento, e acompanhamento do ciclo de vida dos equipamentos.

### **Desativação**

A contratada deverá estabelecer e documentar critérios para descarte, alienação ou desativação de equipamentos, gerando laudo de desativação para cada equipamento, com identificação completa, data, motivo e responsável.

A decisão pela desativação deve ser baseada em análise técnica e financeira, submetida ao gestor do equipamento e ao engenheiro coordenador da contratada.

As razões para desativação incluem: obsolescência, mudanças em padrões de tratamento, riscos de segurança, indisponibilidade de peças, alterações legais e normativas, entre outras.

Equipamentos desativados deverão ser separados e identificados quanto à condição e destino. A sugestão de destinação pós-alienação será orientada pela contratada, cabendo à contratante, via setor de Patrimônio, os procedimentos administrativos.

### **Acompanhamento de serviços terceirizados**

A contratada deverá acompanhar as atividades executadas por terceiros, realizando primeiro atendimento quando necessário, mesmo para equipamentos em garantia, comodato ou cobertos por outros contratos.

Para equipamentos em cessão de uso, locação ou empréstimo cuja manutenção seja de terceiros, caberá à contratada acompanhar, registrar e apoiar a fiscalização da execução contratual.

A contratada deverá elaborar planilha de prestadores de serviços, listar contratos de manutenção e produzir indicadores de produção, destacando desconformidades que impliquem descontos em faturas.

Equipamentos de alta tecnologia deverão ter manutenção contratada a empresas especializadas, cabendo à contratada o acompanhamento técnico e o primeiro atendimento de baixa complexidade, para aumento do uptime.

Demais equipamentos poderão ser atendidos diretamente pela contratada, ficando a critério da contratante celebrar contratos específicos para equipamentos de alto impacto, alto risco ou que exijam mão de obra altamente especializada.

A contratada deverá auxiliar na avaliação e qualificação de fornecedores, em conjunto com a contratante, visando melhor aquisição de produtos e serviços.

### **Relatórios**

A contratada deverá entregar Relatório Mensal do serviço à contratante até o dia 10 do mês subsequente, com as seguintes informações mínimas:

- Quantidade de ordens de serviço abertas, pendentes e fechadas, geral e por tipo de serviço;
- Gráfico de tendência de manutenção corretiva;
- Quantidade de manutenções programadas abertas, pendentes e fechadas, por tipo de serviço;

- Gráfico de tendência de manutenções programadas;
- Relação sintética de contratos de manutenção;
- Custos com peças e serviços pontuais;
- Comparativo do custo de manutenção pelo custo de substituição;
- Quantidade e percentual de treinamentos realizados por planejados;
- Avaliação do serviço técnico especializado;
- Relação sintética de peças e serviços especializados;
- Apresentação e análise dos indicadores monitorados, com plano de ação para metas não alcançadas.

Deverão ser apresentados também Relatórios Trimestrais e Anuais, estratificando as informações ao longo do período, incluindo equipamentos desativados e planejamento estratégico atualizado do parque tecnológico.

#### **Apoio ao gerenciamento do parque de EMHs**

Sempre que solicitado, a contratada deverá apresentar Planejamento Estratégico com a situação atual do parque, sugerindo aquisições, substituições, remanejamentos e ações de manutenção, visando à melhor adequação às demandas assistenciais.

A contratada deverá apoiar a contratante no gerenciamento do parque, registrando todas as intervenções, utilizando ordens de serviço e software específico.

Deverá dar suporte à instituição na elaboração de procedimentos operacionais, editais para aquisição de equipamentos e peças, participar de processos de qualidade, elaborar POPs, e submetê-los ao fiscal do contrato.

Intervenções que exijam serviços externos só poderão ser realizadas com autorização prévia do fiscal do contrato.

A contratada deverá apoiar a elaboração de mecanismos de controle de entrada e saída de equipamentos e materiais, auxiliar na definição de lista de peças, acessórios e materiais de reposição para estoque mínimo, manter esse estoque atualizado e enviar relatórios mensais.

Quando necessário, deverá providenciar remoção e transporte de equipamentos de pequeno e médio porte, prestando assessoria para transporte de grandes equipamentos, cujo custo correrá por conta da contratante.

Deverá elaborar procedimento escrito para registro de transferências de equipamentos, mantendo histórico da movimentação.

Deverá apresentar relatórios técnicos periódicos com quantitativos, gráficos, pendências, custos, problemas operacionais e dados dos indicadores, mantendo cópia dos relatórios por no mínimo 24 meses.

Deverá manter histórico documentado de eventos adversos relacionados a falhas de equipamentos, incluindo as ações tomadas e as comunicações necessárias aos órgãos competentes.

Todos os registros históricos de equipamentos deverão ser arquivados enquanto o equipamento estiver em operação, acrescido de, pelo menos, dois anos.

A contratada deverá auxiliar na implantação de processos de melhoria de desempenho da gestão tecnológica e na implantação de processos que assegurem integridade e armazenamento adequado dos equipamentos, incluindo rotulagem com status (em manutenção, reprovado, liberado para uso, etc.).

## **5. Levantamento de Mercado**

A contratada disponibilizará no ato da assinatura do contrato uma equipe mínima, que desempenhará suas atividades nos dias úteis no horário de 8:00 às 17:00 horas, no IFF, composta de:

- 01 (Um) Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Sênior/Gerente de engenharia de 40 horas semanais;
- 01 (Um) Engenheiro Júnior com pós-graduação ou mestrado em engenharia clínica ou biomédica de 40 horas semanais;
- 05 (cinco) Técnicos em Eletrônica Seniores de 40 horas semanais;
- 01 (um) Técnico em Eletrotécnica Sênior de 40 horas semanais;
- 02 (dois) Assistente Administrativos Plenos de 40 horas semanais.

## Cargos

A definição dos postos de trabalho a serem contratados decorre da necessidade de garantir a gestão plena, segura e eficiente do parque tecnológico médico-hospitalar, composto por equipamentos de alta complexidade, cuja indisponibilidade ou falha operacional impacta diretamente a segurança do paciente, a continuidade assistencial e o cumprimento das responsabilidades institucionais do hospital.

A engenharia clínica, em ambientes de média e alta complexidade, demanda uma estrutura profissional multidisciplinar, com competências técnicas, administrativas e gerenciais complementares, capazes de atender a requisitos legais, normativos e assistenciais cada vez mais rigorosos, conforme estabelecem a Lei 14.133/2021, a IN SEGES/ME nº 58/2022, as normas da ANVISA, da ABNT, bem como os referenciais de qualidade e segurança preconizados para instituições públicas de saúde.

O dimensionamento destes cargos considera:

- A quantidade e a diversidade de tecnologias em operação;
- A criticidade assistencial dos setores atendidos;
- A necessidade de supervisão contínua e resposta rápida a falhas;
- A obrigatoriedade de conformidade técnica, documental e contratual;
- A complexidade crescente dos equipamentos modernos, que exigem profissionais altamente qualificados;
- A necessidade de interação permanente com fabricantes, fornecedores e equipes internas;
- As exigências de rastreabilidade, auditoria e controle operacional impostos aos hospitais públicos.

Cada função prevista desempenha um papel específico e indispensável para que o hospital mantenha alta disponibilidade tecnológica, redução de riscos clínicos, conformidade normativa, eficiência operacional e segurança do paciente.

A estrutura proposta assegura que:

- haja gestão estratégica da tecnologia (pelo engenheiro sênior),
- coordenação técnica e operacional das rotinas de manutenção (pelos engenheiros e técnicos),
- sustentação elétrica especializada para áreas críticas (técnico eletrotécnico),
- e suporte administrativo qualificado para garantir conformidade processual, documental e contratual (assistentes administrativos).

A composição de uma equipe qualificada, atendendo aos requisitos técnicos mínimos necessários, torna-se imprescindível para que o hospital cumpra sua missão institucional com segurança, qualidade e plena aderência às normativas vigentes.

Trata-se de estrutura que reflete não apenas a complexidade dos equipamentos e sistemas sob responsabilidade da engenharia clínica, mas também o nível de rigor requerido por auditorias, pelos órgãos de controle e pela legislação aplicável aos serviços públicos de saúde.

A remuneração proposta para o posto de Engenheiro Sênior/Gerente de engenharia encontra pleno respaldo técnico, diante da complexidade das atividades a serem desempenhadas e do elevado grau de responsabilidade associado ao cargo, que supera em muito as atribuições de engenheiros remunerados pelo piso da categoria.

Trata-se de um profissional que atuará não apenas como engenheiro de apoio, mas como Gerente de Engenharia Clínica, assumindo funções estratégicas e de alta criticidade institucional, sendo responsável por:

### Gestão integral do parque tecnológico hospitalar:

1. Responsabilidade técnica sobre todo os equipamentos médico-hospitalares, incluindo tecnologias de suporte à vida, equipamentos de diagnóstico por imagens avançados e dispositivos de alta precisão.
2. Planejamento, controle e execução do Plano de Gerenciamento de Tecnologias em Saúde (PGTS), com impacto direto na segurança do paciente, disponibilidade dos equipamentos e continuidade assistencial.
3. Análise de risco, priorização de investimentos, definição de estratégias de substituição tecnológica e avaliação de viabilidade técnico-econômica de novas aquisições.

### Responsável direto pela coordenação e supervisão de toda a equipe técnica:

1. Liderança operacional e técnica sobre engenheiros, técnicos biomédicos, técnicos eletricitas/eletrotécnicos e assistentes administrativos, garantindo o cumprimento de SLA, padrões de conformidade, normas técnicas e protocolos internos.
2. Distribuição estratégica de demandas, definição de prioridades, mediação técnica com fornecedores, validação de atividades e acompanhamento de indicadores de desempenho da engenharia.

### Responsável pela engenharia em ambiente hospitalar de alta complexidade:

1. Tomada de decisão, com impacto direto na segurança do paciente e no funcionamento de setores críticos (UTI, Centro Cirúrgico, UCIN, Radiologia, Diagnóstico por Imagem, etc.).

2. Gestão de crises tecnológicas, resposta rápida a falhas, suporte à continuidade assistencial e mitigação de riscos clínicos decorrentes de indisponibilidade tecnológica.

#### **Responsável pela coordenação de sistemas integrados e infraestrutura de tecnologia médica:**

1. Integração, operação e supervisão de sistemas PACS, RIS e HIS, essenciais à circulação da informação hospitalar e ao diagnóstico.
2. Coordenação técnica com equipes de TI, radiologia, suprimentos e manutenção predial, garantindo interoperabilidade e segurança tecnológica.

#### **Responsável técnico junto à Administração Pública:**

1. Elaboração de pareceres técnicos, memórias de cálculo, especificações técnicas e análises de conformidade, em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, IN SEGES nº 58/2022 e normativos correlatos.
2. Acompanhamento e fiscalização de contratos de manutenção, calibração e serviços especializados, com análise técnica de propostas e verificações de SLA.
3. Interlocução com órgãos de controle, auditorias internas e externas.

#### **Responsabilidade técnica e comunicação com fabricantes:**

1. Obrigatoriedade de domínio de inglês técnico fluente, para leitura, interpretação e diálogo com fabricantes internacionais de equipamentos de alta tecnologia (exigência frequentemente ausente em cargos-piso).
2. Atuação como referência técnica para fabricantes nacionais e estrangeiros, acompanhando atualizações, recalls, diretrizes técnicas e processos de garantia.

A remuneração proposta para o cargo de Engenheiro com mestrado ou pós graduação Júnior justifica-se pela necessidade de um profissional com formação e experiência superiores ao perfil de engenheiros de nível inicial remunerados pelo piso salarial da categoria. Ainda que classificado como "júnior", o cargo exige pós-graduação em Engenharia Clínica ou mestrado em Engenharia Biomédica, além de experiência comprovada em ambiente hospitalar.

O Engenheiro Júnior atuará diretamente nas rotinas essenciais da engenharia clínica, sendo responsável por:

#### **Gestão operacional do parque tecnológico:**

1. Distribuição técnica de chamados de manutenção.
2. Monitoramento de atendimentos especializados e execução de intervenções de campo.
3. Análise e validação de relatórios de manutenção, verificando conformidade técnica.
4. Responsabilidade por administrar estoque especializado de peças e materiais críticos.

#### **Apoio técnico avançado à gerência de engenharia:**

1. Suporte técnico ao Engenheiro Sênior na tomada de decisões estratégicas.
2. Participação na elaboração de laudos, pareceres e relatórios técnicos destinados a auditorias e fiscalização.
3. Interface permanente com equipes de manutenção, usuários clínicos, fornecedores e setores internos.

#### **Atuação direta na manutenção da continuidade assistencial:**

1. Acompanhamento de atendimentos em áreas críticas, garantindo cumprimento de SLA.
2. Avaliação técnica de solicitações de manutenção para mitigação de riscos assistenciais.
3. Execução de rotinas de auditoria técnica, verificando qualidade dos serviços especializados.

O cargo de Técnico Sênior em Equipamentos Médico-Hospitalares envolve atividades de extrema relevância para a segurança do paciente e continuidade operacional de equipamentos críticos, justificando remuneração superior àquela atribuída a técnicos com formação geral, sobretudo a cargos de nível júnior.

O profissional deverá possuir mínimo de 7 anos de experiência, registro no CFT e domínio técnico específico em:



### **Equipamentos de suporte à vida e diagnóstico:**

1. Ventiladores pulmonares, incubadoras, monitores multiparamétricos, desfibriladores, eletrocirúrgicos, bombas de infusão, bisturis eletrônicos, etc.
2. Equipamentos de diagnóstico, como ultrassons, eletrocardiogramas, dopplers e analisadores específicos.
3. Utilização de simuladores biomédicos, analisadores de segurança elétrica, testadores de desempenho e ferramentas avançadas de metrologia.

### **Execução de manutenções complexas:**

1. Interpretação de diagramas eletrônicos e elétricos avançados.
2. Execução de manutenção corretiva com abertura de equipamentos de alta sensibilidade.
3. Realização de calibrações e validações funcionais que requer experiência prática.

### **Atuação em ambiente hospitalar de alta complexidade:**

1. Intervenção em setores como UTI, Centro Cirúrgico, Maternidade, UCIN e Laboratórios.
  2. Atendimento a chamados emergenciais, evitando interrupções assistenciais.
  3. Registro de rastreabilidade técnica e emissão de relatórios especializados.
- O caráter crítico do cargo, associado ao risco clínico decorrente de falhas de manutenção, torna inadequado o enquadramento salarial no piso da categoria, visto que este piso contempla técnicos recém-formados ou profissionais com pouca experiência, sem especialização técnica em equipamento biomédicos ou experiência hospitalar.

o profissional ocupante do cargo de Técnico em Eletricidade/Eletrotécnica Sênior, deverá possuir mínimo de 7 anos de experiência, sendo ao menos 2 anos em ambiente hospitalar, além de registro no CFT e domínio das normas mais importantes do setor elétrico, como NBR 5410, NBR 13534, NBR 5419, entre outras.

O trabalho consistirá nas atribuições descritas abaixo:

### **Instalações elétricas críticas em ambiente hospitalar**

1. Manutenção de circuitos estabilizados, redes dedicadas, painéis clínicos, aterramento hospitalar e sistemas isolados.
2. Execução de testes de continuidade, isolamento, resistência ôhmica e medição de tensões críticas.
3. Garantia da integridade elétrica de áreas cirúrgicas e salas de equipamentos de diagnóstico.

### **Responsabilidade sobre infraestrutura que impacta diretamente a segurança do paciente**

1. Sistemas de emergência hospitalar, quadros de força, geradores, nobreaks e linhas de vida elétrica.
2. Correção imediata de falhas que podem comprometer setores essenciais como centro cirúrgico, UTI e imagem.

### **Conformidade com normas técnicas e requisitos de segurança**

1. Emissão de relatórios técnicos de conformidade.
  2. Atuação conforme padrões da ABNT, regulamentações da NR-10 e protocolos internos de segurança.
- O trabalho exige competência especializada não encontrada em técnicos recém-formados ou com pouca experiência, justificando remuneração acima do piso.

O cargo de suporte técnico administrativo pleno exige um conjunto de competências técnicas e operacionais significativamente ampliadas, que vão muito além das rotinas administrativas básicas. Trata-se de uma função que requer experiência prévia em ambiente hospitalar privado ou público, domínio de ferramentas corporativas e capacidade de lidar com processos administrativos sensíveis, diretamente relacionados à execução contratual e à gestão tecnológica institucional.

As atribuições para este profissional incluirão:

### **Gestão de documentação técnica e processos administrativos:**

- Acompanhamento de contratos, análise documental, controle de vigências e aditivos.
- Alimentação de sistemas corporativos utilizados por hospitais e órgãos públicos.
- Registro, conferência e organização de ordens de serviço, notas técnicas, relatórios e fluxos internos.

## **Controle administrativo do parque tecnológico:**

- Auxílio na gestão de inventário, controle patrimonial, estoque e atualização de bases de dados técnicas.
- Emissão de planilhas estruturadas, relatórios gerenciais e indicadores de desempenho.
- Atuação conjunta com engenheiros e técnicos, garantindo precisão nos registros administrativos.

## **Atividades que ultrapassam o escopo de cargos administrativos básicos e que corroboram para que o profissional seja remunerado acima do estipulado para um profissional de nível júnior:**

- Suporte à fiscalização contratual, análise de SLA e conferência de evidências técnicas.
- Elaboração de documentos padronizados (FOP/POP).
- Interface com fornecedores, setores internos e unidades assistenciais.

## **Salários**

No custo dos postos de trabalho foi estimado um percentual de 40% do salário mínimo, referente aos adicionais de insalubridade para os engenheiros e assistentes administrativos, e de 30% do salário para os técnicos de manutenção, referente ao adicional de periculosidade, que serão validados após a emissão do laudo por profissional competente e proceder os ajustes nos postos através do devido termo de apostilamento. A base de cálculo para definição do valor foi o salário mínimo nacional.

Os salários indicados foram estabelecidos com base em referências salariais compatíveis com o mercado e proporcionais à complexidade das atividades a serem desempenhadas.

O método utilizado para estimativa de preços referenciais foi estabelecido com base em pesquisas salariais, convenções coletivas de trabalho, manual de preenchimento de planilha do MPOG, Instrução Normativa nº 05/2017 e pesquisas de mercado realizadas no sistema do banco de preços e na internet. Os valores de remuneração dos profissionais a serem contratados foram definidos a partir de pesquisas salariais em sites especializados, pois é necessário que estes tenham habilidades e experiências diferenciadas e superiores àquelas que usualmente são praticadas no mercado, além de alguns postos não terem pisos salariais definidos por convenção coletiva de trabalho.

Em que pese a IN 05/2017 vedar a definição por parte da Administração do valor da remuneração, há uma exceção, desde que contenha justificativa, senão vejamos: ".....Art. 5º É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de:

[...] “VI - definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação /experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente”;

Portanto merecem ainda destaque os seguintes acórdãos:

“A jurisprudência do TCU firmou-se no sentido de ser admitida a exigência de piso salarial mínimo acima daquele estabelecido em convenção coletiva de trabalho, desde que o gestor comprove que os patamares fixados no edital da licitação são compatíveis com os preços pagos pelo mercado, para serviços com tarefas de complexidade similar” (Acórdão nº 2.758/2018-Plenário).

“A necessidade de fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em Convenções Coletivas de Trabalho, fundamentada em estudos e pesquisas de mercado que considerem objetivamente a complexidade das atividades e as aptidões necessárias para seus exercícios (...);

A realização de pesquisa de preços, demonstrando que os preços são compatíveis com aqueles pagos para serviços com tarefas de complexidade similar, abstando-se de tomar como referência apenas os preços praticados em contratos anteriores da própria Agência.” (ANTT) (Acórdão nº 1097/2019);

“É preciso consignar, com clareza, as atividades que seriam, efetivamente, mais complexas do que aquelas comumente oferecidas pelo mercado, a fim de justificar a elevação dos salários paradigma para a contratação (TCU, Acórdão nº 2101/2020, do Plenário, Relator Ministro Augusto Nardes)”.

As referências salariais adotadas estão amplamente respaldadas pelo mercado, considerando que os sindicatos, no intuito de impedir o aviltamento, garantem uma referência mínima, porém não asseguram a qualificação técnica necessária para determinadas funções, sendo estabelecidos salários para profissionais em início de carreira. Os valores praticados refletem não apenas a exigência de expertise e experiência, mas também a necessidade de atrair e reter profissionais altamente qualificados, evitando prejuízos à continuidade e à qualidade dos serviços prestados à sociedade.

A contratação de profissionais sem a devida especialização compromete diretamente a eficiência operacional, gerando impactos negativos na execução das atividades e aumentando a vulnerabilidade dos serviços essenciais. Ademais, permitir que a empresa

contratada reduza salários a fim de garantir sua vitória no certame pode resultar na seleção de prestadores desalinhados com os padrões de mercado, prejudicando a qualidade da execução contratual e fomentando uma alta rotatividade de mão de obra. Esse cenário compromete a estabilidade e a eficiência dos serviços, tornando a contratação menos vantajosa para a administração pública.

Portanto, a fixação de salários compatíveis com o nível de complexidade das funções desempenhadas é uma medida essencial para garantir a manutenção da qualidade e a continuidade das operações , alinhando-se às melhores práticas do setor e resguardando o interesse público.

Deste modo, conforme Pesquisa salarial em anexo, foram realizadas consultas as fontes seguras e especializadas, a fim de fixar salários compatíveis com o praticado mercado, através dos seguintes canais: Comprasnet.com, Glassdoor, Salarios.com, Indeed e Robert Half.

Segue abaixo quadro esquemático com a estrutura salarial mínima dos postos de trabalho previstos da nova contratação, onde a base de cálculo utilizada foi a média aritmética entre os salários dos sites especializados.

O salário proposto para os engenheiros, não se baseou na referência indicada pelo Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (SENGE), prevista para jornadas definidas na Lei nº 4.950-A/66, em razão do nível de especialidade, complexidade técnica e experiência comprovada exigidos para os cargos.

O escalonamento feito no posto de Engenheiro Júnior x Engenheiro Pleno x Engenheiro Sênior, foi de 15% entre faixas, que é o percentual adotado pela maioria das firmas que oferecem serviços de engenharia. A proposta atual para o IFF não contempla o cargo de engenheiro pleno.

Profissionais/Categorias	Quantitativo	Código CBO	Salário Base	Valor por empregado	Valor total do Serviço
Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Sênior/Gerente de engenharia	1	2143-05/2143-30 /2144-05/2143-80	R\$ 16.447,50	R\$ 47.458,90	R\$ 47.458,90
Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Júnior com mestrado ou pós graduação	1	2143-05/2143-30 /2144-05/2143-80	R\$ 12.387,86	R\$ 38.078,14	R\$ 38.078,14
Técnico de Manutenção de Equipamentos Médico-hospitalares Sênior	5	3132-15 / 3131-05 / 3003-05 / 9153-05	R\$ 6.000,00	R\$ 26.301,54	R\$ 131.507,68
Técnico em eletricidade/eletrotécnica ou técnico eletricista Sênior	1	3131/3131-30	R\$ 6.000,00	R\$ 26.301,53	R\$ 26.301,53
Suporte Administrativo Pleno	2	4110-05	R\$ 3.554,44	R\$ 18.017,48	R\$ 36.034,96
			Valor Mensal dos Serviços:	R\$ 279.381,20	

A partir da definição dos salários dos profissionais se deu a montagem da Planilha de custos e formação de preços, onde foram trazidas os elementos e rubricas previstos na IN nº 05/2017 e do Manual de preenchimento da planilha de custo. Portanto será possível estimarmos os valores dos postos de trabalho dentro de parâmetros predefinidos. Os valores estimados de cada posto de trabalho estão anexos a este Termo de referência, de acordo com a planilha em excel modelado para este fim.

Substituição eventual de peças e subcontratação de serviços especializados

O valor anual máximo previsto, a ser aplicado sob demanda da CONTRATANTE, para eventual aplicação de peças eventuais e de serviços especializados será de R\$ 600.000,00 ( seiscentos mil reais).

Especificação da garantia do serviço

Da garantia do serviço

A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

A empresa contratada será responsável por reparar o serviço que não esteja compatível com as especificações do Termo de Referência, realizando a substituição ou reposição de eventuais peças que porventura tenham sido entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações dos equipamentos.

Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro material com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante.

Os serviços e as peças deverão ter a garantia mínima de 90 (noventa) dias ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao mencionado, sem custo à Administração.

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a prestação de garantia total, de no mínimo 03 meses, para toda e qualquer peça aplicada para execução de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitalares, a contar da data de aplicação da peça, inclusive, após o término do contrato.

Custos de materiais, ferramentas e insumos foram obtidos na Internet ou de pregões realizados pelo próprio IFF.

## 6. Descrição da solução como um todo

### Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

A execução de serviços de Engenharia Clínica caracteriza-se pelo gerenciamento do parque tecnológico durante todo o seu ciclo de vida segundo orientações do fabricante. Este gerenciamento dá-se pela manutenção dos equipamentos médico-hospitalares, participação em processos de aquisição, recebimento, treinamento, desativação e todos os assuntos referentes aos equipamentos visando à máxima segurança e disponibilidade operacional dos equipamentos. Incluem-se também nas atividades da engenharia biomédica a participação em processos de qualidade (ONA, ISO 9000, Joint Commission), tecnovigilância e gerenciamento de riscos.

### Local e horário da prestação dos serviços

Local e horário:

Os serviços deverão ser realizados na localidade abaixo especificada:

LOCAL	ENDEREÇO
Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF)	Av. Rui Barbosa, nº 716 - Bairro: Flamengo - CEP: 22.250-020 – Rio de Janeiro – RJ

5.2.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: De segunda-feira a sexta-feira de 8:00 às 17:00 horas.

### Rotinas a serem cumpridas

Início da execução dos serviços:

A execução dos serviços terá início na data de assinatura do contrato, e vigorará por 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, conforme determinação legal.

A CONTRATADA deverá seguir a seguinte cronograma de implantação das atividades a contar da data de assinatura do contrato:

Nº	Descrição das Atividades	Dias				
		01 a 15	16 a 30	31 a 90	91 a 180	181 até o fim do contrato
1	Levantamento das necessidades e condições de trabalho e apresentação da ferramenta de software	x	x			
2	Adequação do espaço físico disponibilizado pelo HOSPITAL para desenvolvimento dos serviços contratados	x	x			
3	Levantamento, cadastramento (físico e sistema) e atualização inicial do inventário de equipamentos	x	x			
4	Execução da manutenção corretiva		x	x	x	x
5	Elaboração do Plano Anual de Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de segurança elétrica e Qualificação			x	x	x
6	Execução da manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e qualificação				x	x
7	Execução do Plano de Gestão Tecnológica				x	x
8	Execução do Plano Anual de Treinamento					x

O período em destaque que permeia as fases é o máximo aceitável para funcionamento pleno da atividade, ou seja, para fim de implantação e execução sem deficiências da mesma. As diversas atividades devem ser desenvolvidas de modo concomitante, podendo este cronograma ser readequado a critério da CONTRATANTE.

#### Cadastro de equipamentos médico-hospitalares

A CONTRATADA deverá manter um cadastro atualizado do parque de equipamentos médico-hospitalares, em software dedicado de gestão do parque de EMH. Esse cadastro deverá conter informações como código de identificação, nomenclatura, situação, localização, marca, modelo, série, patrimônio, qualificação, custo de substituição, data de aquisição, data de instalação, cobertura de garantia ou contrato de manutenção, entre outros;

Os equipamentos deverão receber etiqueta, de resistência e durabilidade apropriadas, indicando o código de identificação específico desse cadastro.

Esta etiqueta (TAG) de identificação deverá ser fornecida pela CONTRATADA e conterá o código TAG de identificação do equipamento. A forma de codificação dos equipamentos deverá ser definida em comum acordo com a CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá elaborar, junto ao cadastro de EMH, uma qualificação dos EMHs em 03 (três) níveis de criticidade, acordada com a CONTRATANTE, realizando a qualificação dos EMHs nos níveis de criticidade BAIXA, MÉDIA e ALTA. Esta lista de níveis de criticidade será utilizada para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas na execução do serviço técnico.

A elaboração da qualificação dos EMHs em níveis de criticidade deverá ser baseada conjuntamente nos seguintes critérios mínimos:

Classe de risco, conforme RDC ANVISA Nº 185/01;

Importância estratégica;

Recomendações de normas técnicas/fabricante.

A CONTRATANTE poderá optar, a qualquer tempo, pela utilização de alguma outra metodologia de qualificação do nível de criticidade dos equipamentos médico-hospitalares, devendo a CONTRATANTE formalizar junto a CONTRATADA os novos critérios a serem adotados para a realização da qualificação dos equipamentos médico-hospitalares.

No ato de eventuais renovações de contrato e no fim de vigência deste, a CONTRATADA deverá realizar a conferência total do cadastro de equipamentos médico-hospitalares, que inclui a atualização da qualificação dos EMHs, a verificação física dos EMHs, e caso necessário a atualização das informações cadastrais e/ou reposição da etiqueta de identificação dos EMHs.

A CONTRATADA deverá concluir a conferência total do cadastro de equipamentos médico-hospitalares em até 30 (trinta) dias corridos a contar a partir da data de eventuais renovações anuais de contrato ou da data de fim de vigência do contrato, devendo entregar à CONTRATANTE, dentro deste prazo, o referido Cadastro, documento em mídia digital contendo arquivo digital em formato de tabela totalmente editável (compatível com Microsoft Excel).

Caso, ao término do contrato, a CONTRATADA não realize a conferência total do cadastro de equipamentos médico-hospitalares, e respectiva entrega à CONTRATANTE do cadastro de equipamentos médico-hospitalares digital, conforme pactuado neste ETP, a CONTRATADA ficará sujeita a sanções contratuais, além disto, a CONTRATANTE poderá vincular o pagamento da última fatura a conclusão deste serviço.

A CONTRATADA será responsável pelo registro de todo e qualquer serviço referente ao parque de equipamentos médico-hospitalares da CONTRATANTE, devendo registrar no software dedicado de gestão do parque de EMH todas as informações referentes aos serviços realizados.

#### Recebimento e aceitação dos equipamentos

A cada equipamento médico-hospitalar adquirido pela CONTRATANTE, ou a cada EMH que retorne de serviço externo, a CONTRATADA deverá apoiar a CONTRATANTE na realização do recebimento, conferência, instalação e testes de aceitação destes EMH.

O processo de recebimento, conferência, instalação e testes de aceitação de equipamentos médico-hospitalares deverá contemplar o recebimento dos EMHs, a verificação da integridade de embalagem de modo a garantir que o equipamento médico-hospitalar não sofreu avaria no transporte, a conferência da compatibilidade da ordem de compra ou ordem de serviço para verificar que o item entregue está de acordo com o demandado, sempre que tratar-se de aquisição o item deverá ser aberto e conferido em conjunto e na presença do fornecedor, a execução ou acompanhamento da instalação do EMH, e a realização ou acompanhamento dos testes de aceitação do equipamento médico-hospitalar, inserindo sempre todas as informações no software dedicado de gestão do parque de EMH.

#### Manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e qualificação

A CONTRATADA deverá elaborar procedimentos operacionais de manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e qualificação para o parque de equipamentos médico hospitalares da CONTRATANTE, disposto no Anexo A.

Manutenção Preventiva é o conjunto de ações realizadas em intervalos predeterminados, ou de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um item, tendo como resultado um Certificado de Manutenção Preventiva;

Calibração é a operação que estabelece, sob condições especificadas, numa primeira etapa, uma relação entre os valores e as incertezas de medição fornecida por padrões rastreados e as indicações correspondentes com as incertezas associadas. Numa segunda etapa, utiliza esta informação para estabelecer uma relação visando à obtenção de um resultado de medição a partir de uma indicação, tendo como resultado um Certificado de Calibração rastreável à Rede Brasileira de Calibração (RBC - INMETRO);

Teste de Segurança Elétrica é o conjunto de testes que avaliam a resistência de isolamento, a resistência de aterramento e fuga de corrente elétrica (para o terra e através do gabinete e do paciente) de um equipamento eletrônico. Os testes de segurança elétrica deverão ser aplicados conforme a classe do equipamento e o tipo de suas partes aplicadas, determinando respectivamente o tipo e o grau de proteção contra choque elétrico, tendo como resultado um Laudo de Segurança Elétrica;

Qualificação é o processo que corresponde à ação de verificação, quando um equipamento trabalha corretamente e produz os resultados esperados. Deverá ser aplicável a qualificação de desempenho que consisti na verificação sistemática da eficácia do(s) equipamento(s) no processo, com a finalidade de garantir que o(s) produto(s) final(is) possa(m) ser produzido(s) e reproduzido(s) conforme a qualidade exigida. Ou seja, verifica-se se o equipamento funciona como previsto durante o seu uso rotineiro.

A CONTRATADA deverá desenvolver e implantar um Plano Anual de Manutenção Preventiva, Calibração, teste de segurança elétrica e qualificação do parque de equipamentos médico-hospitalares da CONTRATANTE, de modo a reduzir a incidência de manutenção corretiva, prevendo e evitando danos futuros, observando falhas em estágios iniciais, e aumentando a confiabilidade e segurança do parque de EMH, assim como, de modo a estabelecer uma revisão frequente dos sistemas de medidas e desempenhos no intuito de garantir que os equipamentos médico-hospitalares sejam utilizados dentro de sua normalidade de operação, atendendo plenamente as funções especificadas pelo fabricante e garantindo a confiabilidade e segurança de pacientes e operadores, devendo o plano anual ser divulgado para os responsáveis de cada setor envolvido, de modo que sejam disponibilizados os equipamentos quando no período programado.

Após a realização de cada procedimento de manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e/ou qualificação em equipamento médico-hospitalar da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá colocar uma etiqueta no EMH, contendo no mínimo o tipo de serviço, o número do certificado gerado, e do técnico executor, a data de execução e a data da próxima intervenção programada. A etiqueta deverá ser fornecida e substituída quando necessário pela CONTRATADA, devendo ser utilizada etiqueta de material resistente a rotina de higienização.

A CONTRATADA deverá em até 30 (trinta) dias corridos a contar a partir da data de eventuais renovações anuais de contrato ou da data de fim de vigência do contrato, entregar à CONTRATANTE, o banco de procedimentos operacionais de manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e qualificação elaborado, em formato digital, sendo no mínimo 01 (um) volume do Banco de Procedimentos Operacionais em mídia digital contendo arquivos digitais totalmente editáveis.

Caso, ao término do contrato, a CONTRATADA não realize a entrega à CONTRATANTE do Banco de Procedimentos Operacionais, em formato digital, conforme pactuado neste ETP, a CONTRATADA ficará sujeita a sanções contratuais, além disto a CONTRATANTE poderá vincular o pagamento da última fatura a conclusão deste serviço.

Todos os padrões de medição (instrumentos, simuladores e analisadores) utilizados e disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser devidamente calibrados em laboratórios acreditados pelo INMETRO ou, quando não for possível, rastreados pela RBC (Rede Brasileira de Calibração), devendo a CONTRATADA manter as cópias dos certificados de calibração desses padrões disponíveis para verificação da CONTRATANTE.

Os serviços de calibração (quando aplicável) deverão ser realizados, no mínimo uma vez no ano, obedecendo às recomendações técnicas do fabricante, com exceção das centrífugas, que deverão possuir calibração com frequência quadrimestral.

Os serviços de teste de segurança elétrica deverão ser realizados nos equipamentos referenciados pela ABNT NBR IEC 60601-1, bem como demais legislações vigentes, no mínimo uma vez no ano.

Os serviços de qualificação de desempenho deverão ser realizados nos equipamentos referenciados pela ANVISA e de acordo com as Resoluções Nº 57/2010, 15/2012 e 51/2013, bem como demais legislações vigentes, no mínimo uma vez no ano.

A CONTRATADA deverá analisar os resultados das calibrações, comparando-os com os desvios máximos admitidos para o equipamento, atestando sua conformidade ou não conformidade e, se necessário, alterando as periodicidades com base em métodos para ajuste de intervalos de calibração, ou deverá tomar as providências necessárias conforme o caso. Caso ocorra uma não conformidade que necessite de ajustes e/ou manutenção, a CONTRATADA deverá sinalizar a CONTRATANTE, providenciar devida manutenção corretiva e, quando este for reparado, deverá ser novamente calibrado.

Os serviços realizados deverão gerar um documento denominado de "Certificado de Calibração", "Laudo de Segurança Elétrica" ou "Relatório de Qualificação", de acordo com o respectivo serviço executado, com no mínimo as seguintes informações: número do documento; tipo do documento data de execução do serviço; código do equipamento/instrumento; código do padrão de referência; indicação de no mínimo 03 (três) leituras, se aplicável, comparando com as leituras do padrão; indicação do erro da leitura e da incerteza da leitura, se aplicável; indicação do técnico responsável pela execução do serviço.

A CONTRATADA deverá colocar, ao final de cada procedimento, etiquetas em todos os equipamentos, de acordo com o tipo de serviço que foi executado, contendo, no mínimo, o número do documento, a data de realização do serviço e a data da próxima execução deste.

Os certificados de calibração deverão ser emitidos conforme norma NBR/ISO 17025.

Deverá existir Procedimento Operacional Padrão (POP) desenvolvido com base em normas nacionais, manuais dos fabricantes, descrevendo a sistemática para manutenção preventiva de cada tipo de equipamento relacionado no Anexo A e, quando aplicável, para calibração, teste elétrico e qualificação. Estes POPs deverão ser entregues em até 120 (cento e vinte) dias da assinatura do contrato.

Toda manutenção preventiva, calibração, teste elétrico e qualificação realizada deve gerar um documento denominado "Ordem de Serviço", com no mínimo as seguintes informações: número da ordem de serviço; dados de identificação do equipamento; data de realização da intervenção; data de realização da próxima intervenção; código dos equipamentos/instrumentos de medição utilizados; checklist contendo as rotinas de procedimentos realizados; indicação do técnico responsável pela execução da intervenção; qualificação ou avaliação do serviço executado; assinatura legal do funcionário responsável pelo setor de lotação vigente do equipamento.

Todas as atividades de manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e qualificação deverão ser documentadas e registradas em sistema informatizado (software) específico.

#### Manutenção corretiva

Os chamados técnicos deverão ser abertos mediante uma solicitação de serviço de manutenção corretiva por parte de qualquer profissional da instituição ou por qualquer profissional da CONTRATADA, via comunicação presencial, telefone, software de gerenciamento, sistema interno, e-mail e/ou outro meio determinado pela CONTRATANTE, devendo sempre a CONTRATADA inserir todas as informações no software dedicado de gestão do parque de EMH.

Para TODA manutenção seja preventiva ou corretiva efetuada deverá ser expedida ordem de serviço, que conterá pelo menos as seguintes informações:

- a) Dados do Equipamento;
- b) Data e hora do início da manutenção;
- c) Testes efetuados;
- d) Operações de manutenção realizadas, se houver;
- e) Especificações dos componentes substituídos, se houver;
- f) Diagnóstico das condições físicas e de operação dos equipamentos biomédicos;
- g) Nome, identidade e assinatura do usuário/chefia do setor;
- h) Nome, identidade e assinatura do técnico responsável.

A CONTRATADA será responsável pelo atendimento técnico de todo e qualquer chamado técnico referente ao parque de equipamentos médico-hospitalares da CONTRATANTE.

A CONTRATADA será responsável pela execução de manutenção corretiva de baixa e média complexidade no parque de equipamentos médico-hospitalares da CONTRATANTE, que são caracterizadas por não exigirem conhecimento do projeto de fabricação do equipamento médico-hospitalar, não exigirem conhecimento ou mão de obra especializada de fábrica, e somente exigirem a substituição de peças disponíveis em estoque ou que possam ser encontradas no mercado. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual aplicação de peças para execução de manutenção corretiva de baixa e média complexidade, utilizando para isso o valor previsto para aplicação de peças e serviços especializados, conforme pactuado.

Para a execução de manutenção corretiva de alta complexidade, que são caracterizadas por exigirem conhecimento do projeto de fabricação do equipamento médico-hospitalar, exigirem conhecimento ou mão de obra especializada de fábrica, ou a substituição de peças não disponíveis no mercado, a CONTRATADA poderá realizar a aplicação de serviços especializados. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual aplicação de serviços especializados para execução de manutenção corretiva de alta complexidade, utilizando para isso o valor previsto para peças e serviços especializados, conforme pactuado.

Em se tratando da utilização do valor previsto para eventualidades no que diz respeito a serviços especializados, a CONTRATADA deverá emitir um Parecer Técnico com justificativa embasada que caracterize se tratar de uma manutenção de alta complexidade, sendo esse emitido pelo Supervisor de Engenharia Clínica da CONTRATADA.

A aplicação de acessórios poderá ser considerada eventual em casos emergenciais que impliquem diretamente na prestação do serviço, na qual sem o equipamento em pleno funcionamento não é possível oferecê-lo.

A aplicação de peças/materiais de reposição será considerada eventual em casos que impactem diretamente na prestação de serviço. A CONTRATADA deverá emitir um Parecer Técnico com justificativa embasada, sendo esse emitido pelo Supervisor de Engenharia Clínica da CONTRATADA.

Após toda e qualquer manutenção corretiva, cuja intervenção possa resultar em alteração dos parâmetros do equipamento médico-hospitalar, a CONTRATADA deverá realizar a respectiva calibração do EMH antes de devolver o mesmo ao setor de origem.

Todas as atividades de manutenção corretiva deverão ser documentadas registradas em sistema informatizado (software) específico, informando, no mínimo: identificação do equipamento, o defeito apresentado, o diagnóstico do problema, descrição clara das ações tomadas para sua correção, identificação do executor de cada uma das ações, horário de abertura, atendimento e encerramento da ordem de serviço, intervalo início-fim de cada atividade, material aplicado e seus valores, bem como cópia da referida nota fiscal.

Substituição eventual de peças e subcontratação de serviços especializados

A CONTRATADA será responsável pela aquisição e aplicação de peças/materiais de reposição e acessórios necessários para a manutenção dos equipamentos, bem como aplicação de peças/materiais eventuais e de serviços especializados autorizados pela CONTRATANTE (incluindo custos de envio de equipamento para orçamento e conserto) limitados aos valores previstos neste ETP, acumulativo no período de 12 (doze) meses, com as respectivas demonstrações de gastos.

Devido à natureza do objeto deste ETP, que inclui a manutenção de uma vasta gama de EMHs, de distintas marcas e modelos, e diversos graus de complexidade, risco, impacto, categoria e fabricante, cujo detalhamento seria de difícil precisão far-se-ia necessário uma amplitude de conhecimentos técnicos e a especificação de uma lista infinita de peças de diversas naturezas e serviços para atender totalmente a demanda de manutenções dos setores da instituição, inviabilizando desta forma a especificação desta lista, motivo este pelo qual foi previsto um valor anual para eventual aplicação de peças e de serviços especializados.

O valor anual máximo previsto, a ser aplicado sob demanda da CONTRATANTE, para eventual aplicação de peças eventuais e de serviços especializados será de R\$ 600.000,00 ( seiscientos mil reais), sendo estimado o valor mensal de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

O valor previsto para aplicação de peças e de serviços especializados não será considerado para o pagamento mensal da CONTRATADA e será faturado somente quando da eventual aplicação de peça e/ou serviço, no valor global referente ao total de peças e serviços efetivamente aplicados, que deverá ser comprovado por meio de relatório mensal, ordem de serviço e cópia da nota fiscal e com o devido atesto da CONTRATANTE.

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual aplicação de peças para execução de manutenção corretiva de baixa e média complexidade em EMHs, utilizando para isso o valor previsto para aplicação de peças e serviços especializados, conforme pactuado neste ETP.

Sobre o conceito de peças subentende-se toda e qualquer peça, componente, acessório e/ou material auxiliar, consumíveis ou não, necessários para reparar um EMH e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido.

A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os insumos necessários à revisão, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos. Entende-se por itens de insumo, de forma exemplificativa: álcool, gasolina, estopa, flanela, fita isolante, soldas, graxas, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás, produto de limpeza não abrasível e biodegradável, necessários à manutenção dos equipamentos e recomendados pelo fabricante e correlatos.

Condições e prazos para aplicação de peças:

- a) Quando a CONTRATADA julgar necessário o emprego de peça, esta deverá indicar a necessidade de aplicação de peça para a CONTRATANTE;
- b) A CONTRATANTE fará imediatamente a verificação da real necessidade de aplicação da(s) peça(s) indicada(s) pela CONTRATADA e mediante a confirmação desta necessidade a CONTRATANTE prontamente autorizará o início do processo de aplicação desta(s) peça(s) pela CONTRATADA;
- c) A CONTRATADA deverá apresentar 3 (três) orçamentos, visando a aplicação das peças, podendo a CONTRATANTE realizar orçamento complementar para verificação do preço orçado pela CONTRATADA;
- d) A CONTRATANTE deverá aprovar formalmente a aplicação das peças referente aos orçamentos apresentados, ficando a CONTRATADA obrigada a aplicar a peça pelo menor valor, dentre os preços orçados;
- e) Visando a celeridade no processo de manutenção e antevendo-se a aplicação de algumas peças ordinárias, a CONTRATANTE poderá indicar a CONTRATADA a necessidade de antecipação da entrega destas peças para agilizar futuras aplicações;



f) Deverão ser aplicadas e/ou antecipadas apenas peças novas, sendo vedado o uso material improvisado ou peças adaptadas, reconcondicionadas, recicladas, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado. Nos casos extraordinários, considerando a impossibilidade de aquisição de peça original, será admitida a aplicação de peça genérica, desde que garantida sua compatibilidade e segurança;

g) No caso de fornecedor exclusivo do componente, a CONTRATADA deverá apresentar uma carta de exclusividade do fabricante e uma do fornecedor, bem como cópia de uma nota fiscal de venda já realizada desse componente para outrem. Caso o componente nunca tenha sido vendido, deverá ser fornecido um documento constando que tal componente nunca foi anteriormente vendido pelo fornecedor;

h) As peças a serem aplicadas e/ou antecipadas deverão ser entregues a CONTRATANTE, com cópia da nota fiscal da peça para simples conferência do valor de aplicação;

i) As peças deverão ser fornecidas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ou 30 (trinta) dias corridos para peças com importação comprovada, contados a partir da data de autorização do início do processo de aplicação das peças e/ou solicitação de antecipação das peças pela CONTRATANTE. Caso não seja possível o cumprimento dos prazos acima, para algum equipamento, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, por escrito, ao Fiscal do Contrato, cabendo a este a concordância ou não. No caso de concordância, será estabelecido um novo prazo.

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual aplicação de serviços especializados para execução de manutenção corretiva de alta complexidade em EMH, utilizando para isso o valor previsto para peças e serviços especializados, conforme pactuado neste ETP.

Sobre o conceito de serviços especializados subentende-se todo e qualquer serviço que exigir conhecimento ou mão de obra especializada de fábrica, ou a substituição de peças não disponíveis no mercado, necessários para reparar um EMH e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido.

Condições e prazos para aplicação de serviços especializados:

a) Quando a CONTRATADA julgar necessário o emprego de serviço especializado, esta deverá indicar a necessidade de aplicação de serviço especializado para a CONTRATANTE;

b) A CONTRATANTE fará imediatamente a verificação da real necessidade de aplicação do(s) serviço(s) especializado(s) indicado(s) pela CONTRATADA, e mediante a confirmação desta necessidade a CONTRATANTE prontamente autorizará o início do processo de aplicação deste(s) serviço(s) especializado(s) pela CONTRATADA;

c) A CONTRATADA deverá apresentar orçamento, visando a aplicação dos serviços especializados, podendo a CONTRATANTE realizar orçamento complementar para verificação do preço orçado pela CONTRATADA;

d) A CONTRATANTE deverá aprovar formalmente a aplicação dos serviços especializados referente aos orçamentos apresentados, ficando a CONTRATADA obrigada a aplicar o serviço especializado pelo menor valor, dentre os preços orçados;

e) No caso de representante exclusivo, a CONTRATADA deverá apresentar uma carta de exclusividade do fabricante e uma do representante, bem como cópia de uma nota fiscal de serviço já prestado para outrem. Caso o serviço nunca tenha sido prestado, deverá ser fornecido um documento constando que tal serviço nunca foi anteriormente executado pelo representante. e) Os serviços especializados a serem aplicados deverão ser prestados a CONTRATANTE, com cópia da nota fiscal do serviço especializado para simples conferência do valor de aplicação;

f) Os serviços especializados deverão ser fornecidos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de autorização do início do processo de aplicação dos serviços especializados pela CONTRATANTE. Caso não seja possível o cumprimento dos prazos acima, para algum equipamento, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, por escrito, ao Fiscal do Contrato, cabendo a este a concordância ou não. No caso de concordância, será estabelecido um novo prazo.

O pagamento do valor de aplicação de peças e serviços especializados, será efetuado mensalmente, somente quando da aplicação e/ou antecipação de peça e quando da aplicação de serviço especializado, nos valores referentes ao total de peças aplicadas e/ou antecipadas no período e o total de serviços especializados aplicados no período mais respectivo BDI incidente, mediante apresentação à CONTRATANTE, de respectivo relatório de aplicação de peças e serviços especializados do período, e após o devido atesto deste pela CONTRATANTE.

O valor de aplicação de peças e serviços especializados deverá ser faturado mensalmente, em conjunto ao valor mensal do serviço, através de NOTA FISCAL DE SERVIÇO única para cada período. A aplicação de peças nunca será considerada pela CONTRATANTE como aquisição de material, devido à natureza do objeto contratado, que se trata exclusivamente de serviço de manutenção com aplicação de peças e como tal deverá sempre ser faturado pela CONTRATADA através de NOTA FISCAL DE SERVIÇO.

O relatório de aplicação de peças e serviços especializados deverá conter, a relação de aplicações e/ou antecipações de peças e de aplicações de serviços especializados, com os itens aplicados e/ou antecipados, aplicação, data, valor unitário e total dos itens, mais o

respectivo BDI incidente sobre peças e serviços especializados, respectivas cópias das notas fiscais das peças e serviços especializados, e o valor total despendido no período com as aplicações e/ou antecipações de peças e as aplicações de serviços especializados, além do “VALOR GLOBAL MENSAL DA APLICAÇÃO DE PEÇAS E/OU DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS”, com o respectivo BDI incidente.

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a prestação de garantia total, de no mínimo 03 (três) meses, para toda e qualquer peça aplicada e/ou antecipada e para todo e qualquer serviço especializado aplicado para execução de manutenção em EMHs da CONTRATANTE, a contar da data de entrega da peça ou da data de prestação do serviço especializado.

Rondas gerais e rondas setoriais:

A CONTRATADA deverá desenvolver e implantar um Plano Anual de Rondas Gerais e Rondas Setoriais do parque de EMHs da CONTRATANTE cuja qualificação de criticidade seja alta, de modo a reduzir a incidência de manutenção corretiva, prevendo e evitando danos futuros, observando falhas em estágios iniciais, e aumentando a confiabilidade e segurança do parque de EMH.

No Plano Anual de Rondas Gerais e Rondas Setoriais do parque de EMHs a periodicidade de rondas gerais deverá ser semanal e a periodicidade de rondas setoriais deverá ser mensal, podendo a CONTRATANTE, a qualquer tempo, solicitar formalmente a alteração destas periodicidades.

Compreendem a verificação da normalidade de funcionamento do equipamento, se está corretamente instalado e regulado para uso, por meio do uso e aplicação de uma lista de checagem (check-list), devidamente documentada, buscando identificar irregularidades no funcionamento dos equipamentos.

A CONTRATADA será responsável pela execução de rondas gerais e rondas setoriais no parque de EMHs da CONTRATANTE.

Software dedicado de gestão do parque de EMH

A gestão do serviço técnico especializado de engenharia clínica deverá, obrigatoriamente, ser executada com o auxílio de ferramenta de software dedicado de gestão do parque de EMH.

O software deverá ser disponibilizado pela CONTRATANTE durante todo o período de vigência do contrato.

O software possui sistema 100% Web e interface intuitiva, sendo executado inteiramente no navegador de Internet, devendo ser compatível com os navegadores Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome, e com os sistemas operacionais Windows, MacOS, Linux e Unix, permitindo níveis de segurança e acesso diferenciado para usuários por senhas, possibilitando o acesso dos profissionais responsáveis pela fiscalização dos serviços às informações alimentadas e compiladas.

A CONTRATANTE deverá disponibilizar login e senha, para todos os usuários do software, com níveis de acesso diversos, conforme indicações da CONTRATANTE. Dentre os usuários do sistema estão:

- a) da CONTRATADA;
- b) A equipe de Fiscalização do Contrato da CONTRATANTE;

Treinamento do Software:

- a) É de inteira responsabilidade da CONTRATANTE a qualificação dos usuários do software, de acordo com o nível de acesso indicado;
- b) Os treinamentos serão realizados em datas agendadas entre o Fiscal do Contrato e o fornecedor.

Indicadores

A CONTRATADA deverá monitorar os seguintes indicadores mínimos:

- a) Tempo Médio de Atendimento (TMA);
- b) Tempo Médio de Reparo (TMR);
- c) Performance de Manutenções Programadas (PMP);
- d) Percentual de Resolutividade Interna (PRI);
- e) Percentual de Disponibilidade Operacional dos Equipamentos (PDOE);
- f) Percentual de Manutenção Executada (PME);
- g) Percentual de Rechamado de Manutenção (PRM);
- h) Percentual de Obsolescência do Parque tecnológico;

i) Produtividade por Tipo de Serviço executado (desempenho de manutenções corretivas e preventivas, calibrações, testes de segurança elétrica, qualificações, treinamentos, dentre outros);

j) Tempo Médio entre Falhas (MTBF - Mean Time Between Failures);

k) Percentual do custo de manutenção pelo custo de substituição, geral e por equipamento.

#### Planejamento, seleção e aquisição de tecnologias

A empresa CONTRATADA deverá apresentar sempre que solicitado pela CONTRATANTE, um Planejamento Estratégico em relação aos EMHs da CONTRATANTE. Este planejamento deve demonstrar a situação desses equipamentos em contraste com a necessidade de aparelhagem existente para atendimento às demandas reais e previstas. O planejamento deve sugerir estratégias de novas aquisições, substituição de equipamentos obsoletos, remanejamento e manutenção dos equipamentos, visando satisfazer as referidas demandas da melhor forma.

Estabelecer e documentar em procedimentos escritos, em conjunto com a CONTRATANTE, um fluxo para incorporação tecnológica, que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes atividades:

Definição de de compra para a seleção de equipamentos;

Avaliação de necessidades clínicas;

Elaboração de especificações técnicas de equipamentos;

Definição de condições de entrega e exigências a serem solicitadas nos processos de compra;

Busca mercadológica;

Confecção de pareceres técnicos;

Acompanhamento de instalações e testes de funcionamento;

Acompanhamento do ciclo de vida dos equipamentos.

#### Desativação

A CONTRATADA deverá estabelecer e documentar critérios para o descarte, alienação ou desativação dos equipamentos médico-hospitalares. Deverá ser gerado laudo de desativação para cada equipamento que necessite ser desativado, com no mínimo as seguintes informações técnicas: identificação do equipamento (série, patrimônio, marca, modelo e foto real), data, motivo e responsável pela de desativação.

A decisão para realizar a desativação deverá ser, obrigatoriamente, baseada em análise técnica e financeira (custos envolvidos), devendo o laudo ser submetido e assinado pelo gestor local do equipamento (setor fim) e pelo Engenheiro Coordenador da CONTRATADA, de modo que possa ser decidido com maior rapidez e menor sobrecarga da alta administração.

A necessidade de desativação de um equipamento deve possuir uma ou mais das razões descritas a seguir:

Obsolescência do equipamento, podendo ser substituído por outro com desempenho superior ou com custo de operação /manutenção menor;

Alterações nos padrões de tratamento médico que exigem tecnologia distinta;

Fatores de segurança que resultam em aumento do risco para operadores ou pacientes;

Materiais e peças de reposição pararam de ser fornecidos ou se tornaram indisponíveis no mercado;

Alterações em exigências de legislações e normas, desde que estas sejam citadas.

Os equipamentos desativados deverão estar separados e devidamente identificados quanto a sua condição e destino. A sugestão da definição quanto à destinação pós-alienação de um equipamento será orientada pela CONTRATADA.

A aprovação da desativação de um equipamento será encaminhada ao Setor de Patrimônio da CONTRATANTE, que se encarregará dos procedimentos administrativos do descarte.

#### Acompanhamento de serviços terceirizados

A CONTRATADA deverá realizar o atendimento ao setor solicitante e acompanhamento de quaisquer atividades executadas por outrem e testes de funcionalidade em todos os equipamentos relacionados no Anexo A. Existindo a necessidade, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA que realize o primeiro atendimento ao setor solicitante, mesmo que o EMH, motivo da solicitação, esteja no período de

garantia ou coberto por contrato de manutenção ou comodato, para averiguação da necessidade de acionamento da empresa prestadora do serviço.

Para o caso dos equipamentos disponíveis na instituição em caráter de cessão de uso/comodato, locação ou empréstimo cuja responsabilidade de manutenção preventiva/corretiva e calibração seja de terceiros, caberá a CONTRATADA o acompanhamento, registro e apoio técnico aos agentes públicos responsáveis pela fiscalização da execução do contrato, bem como o primeiro atendimento aos usuários.

A CONTRATADA deverá elaborar planilha de prestadores de serviços de manutenção preventiva e corretiva (nome, telefone, equipamentos atendidos), com lista de contratos de manutenção preventiva e corretiva (data início e término, empresa, nº contrato, equipamentos cobertos identificando o nº de série e patrimônio), assim como indicadores de produção, destacando desconformidades contratuais que impliquem em descontos nas respectivas faturas mensais.

Os equipamentos enquadrados como de alta tecnologia, exemplificado, Tomógrafo Computadorizado, Ressonância Magnética, Sistema de Digitalização de Imagens de Raio-X (CR), Aparelhos de Raios-X (Arco-C, Fixo, Telecomandado, Transportável), Ultrassonografia Convencional e outros similares ou que porventura sejam incorporados, serão submetidos a contrato com empresa especializada, cabendo a CONTRATADA o acompanhamento e registro dos serviços executados, bem como o primeiro atendimento aos usuários para solução de problemas de baixa complexidade, com vistas a aumentar o “uptime” de máquina.

Demais equipamentos relacionados no Anexo A, estarão sujeitos à intervenção preventiva e corretiva direta pela CONTRATADA, ficando facultado à CONTRATANTE a formalização de contrato de manutenção com terceiros, para equipamentos enquadrados como de alto impacto nas rotinas institucionais e que exigem altas taxas de disponibilidade, ou que sejam equipamentos de alto risco, como os de apoio ou substituição a um órgão, ou que exijam mão de obra especializada.

Documentar e implementar critérios, em conjunto com a CONTRATANTE, na avaliação e qualificação de fornecedores de modo a promover a melhor aquisição de produtos e serviços, em termos técnicos e econômicos.

#### Relatórios

A CONTRATADA deverá entregar e apresentar Relatório Mensal do serviço à CONTRATANTE, com as seguintes informações mínimas do período:

- a) Quantidade de ordens de serviço abertas, pendentes e fechadas, geral e por tipo de serviço (recebimento, instalação e manutenção corretiva), incluindo percentual de fechadas por abertas/pendentes no período;
- b) Gráfico de tendência indicando o percentual de manutenções corretivas abertas por fechadas ao longo dos meses e acumulado por trimestre e do ano, com análise de resultados e justificativa das principais pendências;
- c) Quantidade de Manutenções Programadas abertas, pendentes e fechadas, geral e por tipo de serviço (manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica e/ou qualificação), incluindo percentual de Manutenções Programadas executadas por planejadas no período;
- d) Gráfico de tendência indicando o percentual de Manutenções Programadas executadas por planejadas ao longo dos meses e acumulado por trimestre e do ano, com análise de resultados e justificativa das principais pendências;
- e) Relação sintética dos contratos de manutenção de EMHs, incluindo o valor destes;
- f) Indicação dos custos com peças e serviços pontuais em EMH, geral e por tipo de serviço;
- g) Comparativo do custo total de manutenção pelo custo de substituição dos EMHs, com análise de resultados;
- h) Quantidade e Percentual de Treinamentos realizados por planejados;
- i) Avaliação do serviço técnico especializado de engenharia biomédica;
- j) Relação sintética de peças adquiridas e/ou serviços especializados subcontratados, juntamente com o serviço de alocação dos mesmos;
- k) Apresentação dos indicadores mínimos monitorados, definidos neste ETP, com análise de cada resultado, principalmente em relação as metas internas definidas pela CONTRATANTE, e elaboração de Plano de Ação para os indicadores que estão fora da meta acumulada.

A CONTRATADA deverá entregar e apresentar Relatório Trimestral do serviço à CONTRATANTE, com as seguintes informações mínimas do período:

- a) Todas as informações solicitadas nos Relatórios Mensais, estratificados por mês e acumulado por trimestre e do ano;
- b) Relação sintética de equipamentos desativados;

c) Planejamento Estratégico com a situação atual dos EMHs qualificados com nível de criticidade ALTA.

A CONTRATADA deverá entregar e apresentar Relatório Anual do serviço à CONTRATANTE, com as seguintes informações mínimas do período:

- a) Todos as informações dos Relatórios Trimestrais, estratificados por mês e acumulado por trimestre e por ano;
- b) Apresentação dos indicadores mínimos monitorados, definidos neste ETP, com análise de cada resultado, principalmente em relação as metas internas definidas pela CONTRATANTE, e elaboração de estudo detalhado para os indicadores que não atingiram a meta anual definida pela CONTRATANTE.
- c) Planejamento Estratégico com a situação atual do parque de equipamentos médico hospitalares.

Os Relatórios Mensais, Trimestrais e Anuais, supracitados, deverão ser entregues a CONTRATANTE, impreterivelmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao fim do período do respectivo relatório.

Apoio ao gerenciamento do parque de EMH's

A CONTRATADA deverá entregar e apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, um Planejamento Estratégico com a situação atual do parque de EMHs, demonstrando a situação dos equipamentos em contraste com a necessidade de aparelhagem existente para atendimento às demandas reais e previstas do HOSPITAL, além de baseado em dados técnicos e/ou gerenciais sugerir estratégias de novas aquisições, substituição de equipamentos obsoletos (abrange EMH com custo de manutenção excessivo), alternativas disponíveis, remanejamento e manutenção dos equipamentos, visando atender da melhor forma possível as demandas da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá apoiar a CONTRATANTE no gerenciamento do parque de EMHs, devendo acompanhar o andamento e a qualidade dos serviços, e manter o registro de todas as intervenções realizadas nos EMHs da CONTRATANTE.

Esse processo de gestão deve ser efetivado por meio de Ordens de Serviço e deverá ser utilizado software específico para gestão do parque tecnológico.

A CONTRATADA deverá dar suporte à instituição na elaboração dos procedimentos operacionais, bem como na elaboração de editais para aquisição de equipamentos e peças para manutenção.

A empresa CONTRATADA deverá participar da discussão dos processos de qualidade desenvolvidos no âmbito do HOSPITAL, contribuindo com sua experiência. Todas as rotinas desenvolvidas pela empresa CONTRATADA deverão ser apresentadas sob a forma de POP's, tendo em vista os processos de qualidade. Tais procedimentos deverão ser apresentados e aprovados pelo Fiscal de Contrato do HOSPITAL.

Todas as intervenções técnicas que necessitem dos serviços externos às instalações da CONTRATANTE só serão realizadas após autorização prévia do Fiscal de Contrato da CONTRATANTE.

Apoiar a CONTRATANTE na elaboração dos mecanismos de controle de entrada/saída de equipamentos, de acessórios e de materiais médico-hospitalares dos setores do HOSPITAL.

A CONTRATADA deverá auxiliar na elaboração de uma lista de peças, acessórios e materiais de reposição para compor o estoque mínimo necessário para os EMHs cadastrados. Os itens (com suas especificações detalhadas) e as quantidades dessa lista devem ser sugeridas pela CONTRATADA e acordadas com o Fiscal do Contrato. Após a elaboração dessa lista, a CONTRATADA deverá manter atualizado o estoque e enviar relatório mensal à CONTRATANTE.

Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá providenciar a remoção, deslocamento e o transporte de equipamentos de pequeno e médio porte (peso igual ou inferior a 200kg) de um setor a outro local, visando dar maior agilidade no processo de instalação, descarte, calibração, qualificação ou manutenção dos aparelhos. Quanto aos equipamentos de grande porte, a CONTRATADA prestará toda a assessoria para a contratação de transportadora especializada, se esta for necessária, cujo custo do transporte correrá pela CONTRATANTE, para a remoção e transporte do equipamento ao novo setor ou localidade em que este será instalado, descartado, calibrado, qualificado ou reparado.

A CONTRATADA deverá elaborar procedimento escrito com critério para registro documentado e em software de todas as transferências realizadas. O histórico da transferência deve ficar registrado no registro histórico do equipamento, indicando o período de tempo, informando a data (dia/mês/ano) de entrada e saída em que o equipamento esteve alocado em cada setor assistencial.

A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, ou sempre que solicitado, relatório técnico, conforme modelo a ser definido pela CONTRATANTE, e disponibilizado cópia eletrônica e cópia impressa devidamente assinada pelo coordenador da equipe técnica, com a apresentação dos itens sugeridos abaixo:

Quantitativo de Ordens de Serviço Corretivas e Preventivas no período;

Gráfico de Tendência indicando o percentual de manutenções preventivas realizadas x planejadas, com análise de resultados;

- Gráfico de Tendência indicando o percentual de manutenções corretivas realizadas x solicitadas, com análise de resultados;
- Quantitativo de calibrações, testes elétricos e qualificações realizadas x planejados;
- Pendências, as razões de sua existência e os que dependam de solução por parte das CONTRATADA e CONTRATANTE;
- Indicação dos custos dos serviços realizados;
- Outras considerações pertinentes aos serviços executados, incluindo falha em infraestrutura física;
- Atividades gerenciais realizadas ou programadas;
- Problemas operacionais para realizar as atividades do contrato;
- Apresentação de dados referentes aos indicadores de monitoramento do processo, definidos e no padrão estabelecido pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA manterá cópia dos relatórios mensais de que trata o item anterior, arquivados por um período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de emissão do mesmo.

A CONTRATADA deverá manter histórico documentado dos problemas e incidentes relacionados aos eventos adversos causados, ou potencialmente causados, por falhas dos equipamentos. Deverá existir evidência da ação tomada (encaminhamento da ação para a Fiscalização, com o intuito de que essa notifique à administração, órgão sanitário competente ou fornecedor, quando pertinente).

Todos os registros históricos, pertinentes aos equipamentos, deverão ser arquivados pelo tempo em que o aparelho estiver em operação pela CONTRATANTE, acrescido de, pelo menos, 02 (dois) anos.

A CONTRATADA deverá auxiliar no desenvolvimento e na implantação de um processo de melhoria de desempenho quanto ao gerenciamento do parque de equipamentos médico hospitalares.

A CONTRATADA deverá auxiliar na implantação de um processo que vise assegurar a integridade e o armazenamento dos equipamentos médico-hospitalares, respeitando as condições ambientais de cada produto. Para garantir a segurança patrimonial, a CONTRATADA deverá sinalizar à CONTRATANTE no caso de equipamentos armazenados de forma inadequada. No que tange à identificação do equipamento, a CONTRATADA deverá implementar modelos de rotulagem, que indique claramente a situação do produto (se em manutenção, se reprovado em ensaio de aceitação, se liberado para uso, etc.).

**Materiais a serem disponibilizados**

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade suficiente para atendimento de toda equipe, promovendo sua substituição quando necessário.

Materiais de Consumo: A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os insumos necessários à revisão, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos. Entende-se por itens de insumo, de forma exemplificativa: álcool, benzina, estopa, flanela, fita isolante, braçadeiras plásticas, soldas, graxas, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás, produto de limpeza não abrasível e biodegradável, necessários à manutenção dos equipamentos e recomendados pelo fabricante e correlatos.

Segue abaixo lista não exaustiva, das ferramentas a serem disponibilizadas.

FERRAMENTAS	
1	arco de serra
2	chave de correia
3	conjunto de limas
4	escovas/pincéis para limpeza
5	estação de solda com ar quente
6	estação de solda com temperatura ajustável
7	estilete com proteção (tamanho grande)
8	ferro de solda
9	fonte de alimentação d.c dupla ajustável
10	furadeira
11	gerador de sinais com controle de formato de onda, frequência e intensidade
12	jogo de chaves de fenda
13	jogo de alicates
14	jogo de chaves ajustáveis

15	jogo de chaves allen
16	jogo de chaves de boca
17	jogo de chaves de relojoeiro
18	jogo de chaves de teste elétrico
19	jogo de chaves de torque
20	jogo de chaves em "I"
21	jogo de chaves inglesas
22	jogo de chaves philips
23	jogo de chaves soquete
24	jogo de martelos
25	jogo de pinças
26	luminária associada ao microscópio
27	luminária com lupa para avaliação de circuitos
28	maleta de ferramentas
29	marcador de centro
30	martelo tipo vidraceiro
31	matriz de contatos para montagem de circuito e testes
32	microretífica
33	microscópio (câmera) para observação de circuitos impressos eletrônicos
34	multímetro
35	paquímetro
36	saca polias
37	soprador térmico com temperatura ajustável
38	sugador de solda
39	suporte para placa de circuito impresso eletrônico
40	teste de circuito integrado

A contratada disponibilizará no ato da assinatura do contrato uma equipe mínima, que desempenhará suas atividades nos dias úteis no horário de 8:00 às 17:00 horas, no IFF, composta de:

- 01 (Um) Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Sênior/Gerente de engenharia de 40 horas semanais;
- 01 (Um) Engenheiro Júnior com pós-graduação ou mestrado em engenharia clínica ou biomédica de 40 horas semanais;
- 05 (cinco) Técnicos em Eletrônica Seniores de 40 horas semanais;
- 01 (um) Técnico em Eletrotécnica Sênior de 40 horas semanais;
- 02 (dois) Assistente Administrativos Plenos de 40 horas semanais

No custo dos postos de trabalho foi estimado um percentual de 40% do salário mínimo, referente aos adicionais de insalubridade para os engenheiros e assistentes administrativos, e de 30% do salário para os técnicos de manutenção, referente ao adicional de periculosidade, que serão validados após a emissão do laudo por profissional competente e proceder os ajustes nos postos através do devido termo de apostilamento. A base de cálculo para definição do valor foi o salário mínimo nacional.

Os salários indicados foram estabelecidos com base em referências salariais compatíveis com o mercado e proporcionais à complexidade das atividades a serem desempenhadas.

O método utilizado para estimativa de preços referenciais foi estabelecido com base em pesquisas salariais, convenções coletivas de trabalho, manual de preenchimento de planilha do MPOG, Instrução Normativa nº 05/2017 e pesquisas de mercado realizadas no sistema do banco de preços e na internet. Os valores de remuneração dos profissionais a serem contratados foram definidos a partir de pesquisas salariais em sites especializados, pois é necessário que estes tenham habilidades e experiências diferenciadas e superiores àquelas que usualmente são praticadas no mercado, além de alguns postos não terem pisos salariais definidos por convenção coletiva de trabalho.

Em que pese a IN 05/2017 vedar a definição por parte da Administração do valor da remuneração, há uma exceção, desde que contenha justificativa, senão vejamos: ".....Art. 5º É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de:

[...] “VI - definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação /experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente”;

Portanto merecem ainda destaque os seguintes acórdãos:

“A jurisprudência do TCU firmou-se no sentido de ser admitida a exigência de piso salarial mínimo acima daquele estabelecido em convenção coletiva de trabalho, desde que o gestor comprove que os patamares fixados no edital da licitação são compatíveis com os preços pagos pelo mercado, para serviços com tarefas de complexidade similar” (Acórdão nº 2.758/2018-Plenário).

“A necessidade de fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em Convenções Coletivas de Trabalho, fundamentada em estudos e pesquisas de mercado que considerem objetivamente a complexidade das atividades e as aptidões necessárias para seus exercícios (...);

A realização de pesquisa de preços, demonstrando que os preços são compatíveis com aqueles pagos para serviços com tarefas de complexidade similar, abstendo-se de tomar como referência apenas os preços praticados em contratos anteriores da própria Agência.” (ANTT) (Acórdão nº 1097/2019)”;

“É preciso consignar, com clareza, as atividades que seriam, efetivamente, mais complexas do que aquelas comumente oferecidas pelo mercado, a fim de justificar a elevação dos salários paradigma para a contratação (TCU, Acórdão nº 2101/2020, do Plenário, Relator Ministro Augusto Nardes)”.

As referências salariais adotadas estão amplamente respaldadas pelo mercado, considerando que os sindicatos, no intuito de impedir o aviltamento, garantem uma referência mínima, porém não asseguram a qualificação técnica necessária para determinadas funções, sendo estabelecidos salários para profissionais em início de carreira. Os valores praticados refletem não apenas a exigência de expertise e experiência, mas também a necessidade de atrair e reter profissionais altamente qualificados, evitando prejuízos à continuidade e à qualidade dos serviços prestados à sociedade.

A contratação de profissionais sem a devida especialização compromete diretamente a eficiência operacional, gerando impactos negativos na execução das atividades e aumentando a vulnerabilidade dos serviços essenciais. Ademais, permitir que a empresa contratada reduza salários a fim de garantir sua vitória no certame pode resultar na seleção de prestadores desalinhados com os padrões de mercado, prejudicando a qualidade da execução contratual e fomentando uma alta rotatividade de mão de obra. Esse cenário compromete a estabilidade e a eficiência dos serviços, tornando a contratação menos vantajosa para a administração pública.

Portanto, a fixação de salários compatíveis com o nível de complexidade das funções desempenhadas é uma medida essencial para garantir a manutenção da qualidade e a continuidade das operações , alinhando-se às melhores práticas do setor e resguardando o interesse público.

Deste modo, conforme Pesquisa salarial em anexo, foram realizadas consultas as fontes seguras e especializadas, a fim de fixar salários compatíveis com o praticado mercado, através dos seguintes canais: Comprasnet.com, Glassdoor, Salarios.com, Indeed e Robert Half.

Segue abaixo quadro esquemático com a estrutura salarial mínima dos postos de trabalho previstos da nova contratação, onde a base de cálculo utilizada foi a média aritmética entre os salários dos sites especializados.

O salário proposto para os engenheiros, não se baseou na referência indicada pelo Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (SENGE), prevista para jornadas definidas na Lei nº 4.950-A/66, em razão do nível de especialidade, complexidade técnica e experiência comprovada exigidos para os cargos.

O escalonamento feito no posto de Engenheiro Júnior x Engenheiro Pleno x Engenheiro Sênior, foi de 15% entre faixas, que é o percentual adotado pela maioria das firmas que oferecem serviços de engenharia. A proposta atual para o IFF não contempla o cargo de engenheiro pleno.

Profissionais/Categorias	Quantitativo	Código CBO	Salário Base	Valor por empregado	Valor total do Serviço
Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Sênior/Gerente de engenharia	1	2143-05/2143-30 /2144-05/2143-80	R\$ 16.447,50	R\$ 47.458,90	R\$ 47.458,90
Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Júnior com mestrado ou pós graduação	1	2143-05/2143-30 /2144-05/2143-80	R\$ 12.387,86	R\$ 38.078,14	R\$ 38.078,14
Técnico de Manutenção de Equipamentos Médico-	5	3132-15 / 3131-05 / 3003-05 /	R\$ 6.000,00	R\$ 26.301,54	R\$ 131.507,68



hospitais Sênior		9153-05			
Técnico em eletricidade/eletrotécnica ou técnico eletricista Sênior	1	3131/3131-30	R\$ 6.000,00	R\$ 26.301,53	R\$ 26.301,53
Suporte Administrativo Pleno	2	4110-05	R\$ 3.554,44	R\$ 18.017,48	R\$ 36.034,96
			Valor Mensal dos Serviços:	R\$ 279.381,20	

#### Da garantia do serviço

A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

A empresa contratada será responsável por reparar o serviço que não esteja compatível com as especificações do Termo de Referência, realizando a substituição ou reposição de eventuais peças que porventura tenham sido entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações dos equipamentos.

Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro material com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante.

Os serviços e as peças deverão ter a garantia mínima de 90 (noventa) dias ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao mencionado, sem custo à Administração.

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a prestação de garantia total, de no mínimo 03 meses, para toda e qualquer peça aplicada para execução de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitalares, a contar da data de aplicação da peça, inclusive, após o término do contrato.

#### Uniformes

Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

1.	Item	Artigo	Material Sugerido	Unidade	Quantitativo Anual	Observações
	1	Camisa Social ou Polo	Algodão ou semelhante	peça	02 (duas) no início da prestação dos serviços e 1 (um) a cada semestre ou conforme necessidade de reposição	Identificação da CONTRATADA e função do usuário.
	2	Calça Comprida	jeans ou semelhante	peça	02 (duas) no início da prestação dos serviços e 1 (um) a cada semestre ou conforme necessidade de reposição.	Identificação da CONTRATADA e função do usuário.
	3	Jaleco	Brim ou semelhante	peça	02 (dois) no início da prestação dos serviços e 1 (um) a cada semestre ou conforme necessidade de reposição.	
	4	Calçado	Couro com solado em borracha ou semelhante	par	1 (um) no início da prestação dos serviços e 1 (um) a cada ano ou conforme necessidade de reposição.	

Deverão ser fornecidos os conjuntos completos ao empregado, descritos na tabela acima, no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

#### EPI/EPC

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para a equipe residente do serviço, condizente com a atividade a ser desempenhada e conforme as disposições da NR 6, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE nem para os empregados da CONTRATADA;

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a relação de EPIs para cada classe profissional da equipe residente.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

EQUIPE DEDICADA			
Profissionais /Categorias	Quantitativo	Código CBO	Experiência profissional
Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Sênior	01	2143-05 /2143-30 /2144-05 /2143-80	Registro no CREA, Experiência mínima de 07 (sete) anos na área de engenharia clínica ou equipamentos médico-hospitalares, sendo imprescindível ter experiência com equipamentos cirúrgicos de alta complexidade e tecnologias de diagnóstico por imagem, tais como: Tomógrafos computadorizados, aparelhos de ultrassonografia, aparelhos de raio-X, mamógrafos, equipamentos de radiologia digital, etc; Vivência na implementação, integração e acompanhamento de sistemas PACS, RIS e HIS voltados à gestão de imagens e informações hospitalares. Experiência comprovada em elaboração e revisão de Termos de Referência, Estudos Técnicos Preliminares e pareceres técnicos de apoio técnico especializado à Administração Pública, conforme a Lei nº 14.133/2021 e a IN SEGES/ME nº 58/2022; elaboração e implantação de Planos de Gerenciamento de Tecnologias em Saúde (PGTS), Procedimentos Operacionais Padrão (POP) e Formulários Operacionais Padrão (FOP); especificação técnica, planejamento e execução de projetos de aquisição e substituição de equipamentos médico-hospitalares; gestão e fiscalização de contratos de manutenção e calibração, com análise técnica de propostas, verificação de conformidade e controle de SLA; supervisão de equipes técnicas e administrativas; emissão de laudos, relatórios e estudos de viabilidade técnico-econômica; gestão de inventário e controle do parque tecnológico hospitalar; elaboração e acompanhamento de cronogramas de manutenção preventiva e corretiva; participação em auditorias internas e externas; atestações técnicas de serviços prestados; Interlocução técnica com fabricantes e fornecedores nacionais e internacionais, Inglês fluente para leitura e interpretação de documentação técnica, escrita e conversação com fabricantes e fornecedores internacionais.
Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Júnior	01	2143-05 /2143-30 /2144-05 /2143-80	Registro no CREA, Pós graduação em Engenharia Clínica ou mestrado em Engenharia Biomédica; Experiência mínima de 02 (dois) ano na área de engenharia clínica ou equipamentos médico-hospitalares, atuando no suporte técnico e operacional das atividades de manutenção e gestão do parque tecnológico; Experiência em distribuição e acompanhamento de chamados técnicos, alinhamento de atendimentos com usuários e monitoramento das atividades de campo realizadas por equipes técnicas; Experiência em administração de estoque de peças e materiais, aprovação de relatórios de campo, análise de solicitações de manutenção e acompanhamento da aplicação de peças e serviços especializados; Vivência em elaboração de laudos, relatórios técnicos de manutenção, treinamentos, coordenação e acompanhamento de intervenções preventivas e corretivas, auditoria de serviços realizados, controle de chamados internos e externos e garantia do cumprimento de prazos e níveis de serviço (SLA);
Técnico de Manutenção de		3132-15 / 3131-	Registro no CFT, Experiência mínima comprovada de 07 (sete) anos na área de manutenção de equipamentos médico-hospitalares, abrangendo execução de manutenções preventivas, corretivas e calibrações em dispositivos de suporte à vida,

Equipamentos Médico-hospitalares Sênior	05	05 / 3003-05 / 9153-05	diagnóstico e terapia. Experiência em interpretação de manuais técnicos, leitura de diagramas elétricos e eletrônicos, utilização de instrumentos de medição e simuladores biomédicos, bem como registro e emissão de relatórios técnicos de manutenção.; Experiência em ambiente hospitalar de média ou alta complexidade.
Técnico em eletricidade /eletrotécnica ou técnico eletricista Sênior	01	3131 /3131-30	Registro no CFT, Experiência mínima comprovada de 07 (sete) anos na área elétrica, sendo pelo menos 02 (dois) anos em ambiente hospitalar. Experiência em instalação, manutenção e inspeção de sistemas elétricos prediais e industriais, incluindo quadros de força, circuitos estabilizados, sistemas de aterramento e redes de energia dedicadas a equipamentos médico-hospitalares. Deve comprovar atuação em testes de continuidade, isolamento e medições de resistência, além de elaboração de relatórios técnicos e execução de serviços conforme as normas da ABNT (NBR 5410, NBR 13534 e correlatas). Desejável experiência com sistemas de emergência, nobreaks e geradores hospitalares.
Suporte Administrativo Pleno	02	4110-05	Experiência mínima comprovada de 02 (dois) anos em gestão administrativa de equipamentos hospitalares e/ou elaboração e controle de documentação de processos administrativos em órgãos públicos ou entidades governamentais. Experiência em registro e acompanhamento de contratos, gestão de planilhas e relatórios administrativos, controle de fluxos de documentos técnicos, alimentação de sistemas corporativos e apoio às rotinas de compras de insumos, manutenção e controle patrimonial; Conhecimento em gestão de indicadores, planilhas eletrônicas e procedimentos administrativos aplicáveis ao setor público.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 3.352.574,40

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 23 da Lei nº 8.666/93, mas é imprescindível que a divisão seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala. O Órgão poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes quando tecnicamente e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima o prazo e local de entrega.

Por ser o parcelamento a regra, deve haver justificativa quando este não for adotado. Especialmente quanto ao não parcelamento do objeto em serviços contínuos de baixa complexidade técnica.

Este estudo visa a contratação de prestação de serviços de terceirização, ou seja, cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para atuar no apoio e na realização de atividades ligadas a área de infraestrutura da Fiocruz, em seus diversos Campi espalhados pelas Unidades da Federação.

Ao todo serão contratados 10 (dez) postos de trabalho que executarão diversas , atividades, algumas correlacionadas com outras, bem como em diversas áreas de atuação na área de Engenharia Clínica.

Portanto pode-se considerar que se trata de um serviço comum, a ser realizado por Pregão Eletrônico e necessita de uma empresa especificamente para gerenciamento dos Serviços de Engenharia Clínica, onde existem diversos tipos de equipamentos e serviços relacionados não se vislumbrando qualquer perda de potencial vantagem nem de estimular o aumento da competitividade.

Podemos acrescentar que, o parcelamento, tecnicamente poderia causar algum conflito na execução das tarefas, em razão de alguns serviços serem intrinsicamente correlacionados e a contratação de empresas distintas poderia causar algum descompasso na sua realização.

Outro ponto é que o não parcelamento do objeto trará a redução de custos de controle nas ações de gestão contratual, que engloba controle diário sobre a mão de obra, avaliação do serviço, recebimento e checagem de guias de recolhimento, comprovantes e demais documentos que comprovam a regularidade da empresa no cumprimento de suas obrigações legais e trabalhistas em relação aos seus empregados, controle de benefícios e demais obrigações definidas por acordo ou convenção coletiva, bem como todas as outras ações de fiscalização.

Além disso entendemos que o não parcelamento do objeto da presente contratação é economicamente viável, pois há possibilidade de diluição de alguns custos inerentes de uma contratação de mão de obra residente, tais como: custo com preposição e diminuição dos percentuais de custos indiretos em razão do ganho de escala”

Além disso, com o parcelamento da solução as ações de fiscalização e administrativas se tornariam muito maiores em razão de replicação de diversos documentos obrigatórios para a gestão.

Neste sentido e considerando todas as justificativas descritas acima, entendemos pelo não parcelamento do objeto.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não se verificam contratações que guardem relação ou afinidade com o objeto pretendido.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Programa: 1201 - Ciência Tecnologia e Inovação em Saúde

Ação: 8305

Objetivos: 0045 – Atenção integral a saúde da mulher.

0046 – Atenção integral a saúde de gestantes e recém-nascidos.

0047 – Atenção integral a saúde de crianças e adolescentes com patologia de alta complexidade

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

O objeto da contratação possui conexão direta com as ações do IFF, relacionadas a sua missão. A utilização do mecanismo de terceirização de serviços como ferramenta de gestão, visa conferir um grau de independência e agilidade operacional e a suprir uma carência atual e futura para atendimento à área relacionada ao parque de equipamentos do hospital.

Portanto os resultados pretendidos com esta contratação, visa o atingimento pleno do funcionamento de todas as atividades do IFF ligadas a área de equipamentos hospitalares, tornando-as mais eficientes e qualificando os serviços prestados pelas empresas de prestação de serviços.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Todas as providências serão adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto a capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual, bem como ao ambiente da organização.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

De forma geral entendemos que a referida contratação não gera impacto ambiental, contudo deve a contratada observar as seguintes diretrizes:

No que diz respeito as políticas de sustentabilidade estabelecidas pelo Decreto nº 7.476/2012 e Instrução Normativa nº 01/2010, no estudo em tela é importante citar que a mão de obra contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas da Secretaria de Trabalho, realizando palestras com seus colaboradores periodicamente.

Os critérios de prática de sustentabilidade, deverá estar alinhada com os projetos de Sustentabilidade e o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que visa promover ações com o foco ambiental, econômico e social, por meio das ações devendo ser um dever no cotidiano de todos.

Portanto deverá, ainda, elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus colaboradores durante a execução contratual, para redução do consumo de insumos (papel, impressão, etc...), de energia elétrica e de água, observados os planos de sustentabilidade da Fiocruz e as normas ambientais vigentes.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

O objeto em questão é viável, pois atende a uma demanda essencial para o adequado funcionamento do hospital, além de contribuir para o aprimoramento da gestão de equipamentos e da infraestrutura tecnológica.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MEIRELLES**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 28/11/2025 às 17:53:37.*

**DINAH ROMANO BERNARDES**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 28/11/2025 às 17:53:01.*

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS POR CATEGORIA			
Processo Nº 25384.001184/2024-74			
Licitação			
Data:			
DETERMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
A	Data de Apresentação da Proposta		
B	Município/UF		Rio de Janeiro
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
D	Nº de meses de execução contratual		
Item	Tipo de Serviço	Unidade de medida	Quantidade total a contratar
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL			
DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA			Horas trabalhadas
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Assistencia
2	Classificação Brasileira de Ocupações		Dias trabalhados
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Adicional noturno
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.			
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.			
MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	REMUNERAÇÃO	%	Valor (R\$)
A	Salário Base		
B	Adicional Periculosidade		
C	Adicional Insalubridade - Quanto ao adicional de insalubridade: a planilha de custos deverá ser preenchida com o percentual de 40% (quarenta por cento) por todos os licitantes até a emissão do laudo técnico, devendo o salário mínimo ser a base de cálculo para o mesmo, (Relatório de Auditoria Operacional nº 06/2006). Contudo, a vencedora da licitação, deverá reformular suas planilhas, tendo como base os percentuais definidos para cada perfil no laudo Pericial que ela apresentará no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.		
D	Adicional Noturno		
VALOR TOTAL DO MÓDULO I			
MÓDULO 2: ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
SUBMÓDULO 2.1 - 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS			
2.1	13º salário e adicional de férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		
B	Férias + Adicional de Férias		
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1			
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.			
SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, FGTS			
2.2	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT - Riscos Ambientais de Trabalho		
D	SESC/SESI	1,50%	
E	SENAC/SENAI	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.2			
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3%de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 e o Submódulo 2.1.			
SUBMÓDULO 2.3 -BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
2.3	Benefícios	Valor (R\$)	
A	Vale Transporte		
B	Auxílio refeição/alimentação		
C	Benefício Social		
D	Seguro de vida, invalidez e funeral		
E	Plano de saúde		
F	Auxílio Creche/Filho Excepcional		
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.3			
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).			

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

SUBMÓDULO 2.4 -Intervalo Intrajornada do Titular

A	Intervalo Intrajornada		
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.4			

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

	Encargos e benefícios anuais, mensais e diários	%	Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		
2.3	Benefícios Mensais e Diários		
2.4	Intervalo Intrajornada Titular		
VALOR TOTAL DO MÓDULO 2			

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio		
F	Multa do FGTS sobre aviso prévio trabalhado		
VALOR TOTAL DO MÓDULO 3			

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS

4.1	Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Férias		
B	Ausências Legais		
C	Licença paternidade		
D	Ausência por Acidente de trabalho		
E	Afastamento Maternidade		
F	Outros		
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.1			

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo4.2), a depender da prestação do serviço.

SUBMÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA

4.2	Intrajornada	%	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação		
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.2			

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

	Custo de reposição do profissional ausente	%	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais		
4.2	Intrajornada		
VALOR TOTAL DO MÓDULO 4			

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS

5	INSUMOS DIVERSOS	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Equipamento Individual	
C	Equipamentos	
VALOR TOTAL DO MÓDULO 5		

TOTAL DE ENCARGOS

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	CUSTOS OPERACIONAIS	%	Valor (R\$)
A	CUSTOS INDIRETOS		
B	LUCRO		
C	TRIBUTOS		
	PIS		
	COFINS		
	ISS		
VALOR TOTAL DO MÓDULO 6			

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

MÃO DE OBRA VINCULADA Á EXECUÇÃO CONTRATUAL (VALOR POR EMPREGADO)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos. Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
Subtotal (A + B + C + D+E)		
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		

## MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 25384.001184/2024-74

**MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº**  
**XX/2026,**  
**QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO OSWALDO**  
**CRUZ A**  
**EMPRESA XXX**

A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019/66 e do Decreto nº 11.228/2021 - Estatuto da FIOCRUZ, integrante da Administração Pública Federal Indireta e vinculada ao Ministério da Saúde, "ex vi" do Decreto Lei nº 200/1967, sediada na Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0001-35, através da Unidade Instituto Nacional de Saúde da Mulher da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, inscrito no CNPJ nº 33.781.055/0002-16, neste ato representada por seu Diretor DR. ANTÔNIO FLÁVIO VITARELLI MEIRELLES, matrícula SIAPE nº 1210552, encontrado na Av. Rui Barbosa nº 716, nesta cidade, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 666/2023-PR da Presidência da FIOCRUZ (documento SEI/Fiocruz nº 5699091) e nomeado pela Portaria nº 1.624/MS de 15/07/2021 e publicada no D.O.U., Seção 2 de 16/07/2021 (documento SEI/Fiocruz nº 5590676), doravante denominada FIOCRUZ e a empresa XXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXX, sediada na XXXXX, [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADA, neste ato representada por XXX, Sócio/Procurador, conforme Contrato Social/Procuração (documento SEI/Fiocruz nº xxxx), tendo em vista o que consta no Processo nº 25384.001184/2024-74 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº xxxx/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento de contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

**1.2. Objeto da contratação:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - INTERVENÇÕES TÉCNICAS, APLICAÇÃO DE PEÇAS/MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	5428	mês	12	R\$ xxx	R\$ xxx



/SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, CALIBRAÇÃO, TESTES DE DESEMPENHO E SEGURANÇA, E DEMAIS SERVIÇOS RELACIONADOS AOS EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES DA INSTITUIÇÃO.					
---	--	--	--	--	--

Quadro resumo do valor mensal e anual do serviço					
Profissionais/Categorias	Qtd de empregados por posto	Salário Base	Valor Mensal por empregado	Valor mensal por cada posto	Valor Anual de cada posto
Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Sênior /Gerente de engenharia	1	-	-	-	-
Engenheiro Eletricista, Eletrônico, Mecânico ou Biomédico Júnior com mestrado ou pós graduação	1	-	-	-	-
Técnico de Manutenção de Equipamentos Médicohospitalares Sênior	5	-	-	-	-
Técnico em eletricidade /eletrotécnica ou técnico eletricista Sênior	1	-	-	-	-
Suporte Administrativo Pleno	2	-	-	-	-

### 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados a partir da assinatura do Contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxx (xxx), perfazendo o valor total anual da contratação é de R\$ xxx (xxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS**

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

### **8.1. São obrigações do CONTRATANTE:**

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
  - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
  - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
  - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
  - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
  - 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. O PREPOSTO designado pela empresa CONTRATADA deverá comparecer ao IFF, pelo menos, 01(uma) vez no mês ou em qualquer momento que seja solicitado pela Administração.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.16. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

- 9.17. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.18. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.20. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.21. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.22. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.24. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.25. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.26. Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço;
- 9.27. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.27.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.28. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.29. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.30. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.31. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.32. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.33. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.34. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e

qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.37. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.38. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.39. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.40. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.41. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.42. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.43. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.44. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.45. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.46. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.47. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.48. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.49. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.49.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.49.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.50. Realizar os serviços de manutenção preditiva nas redes de gases medicinais e vácuo, conforme programação prévia e aprovada pela Contratante e manutenção corretiva nos pontos de abastecimento das

redes de gases medicinais e vácuo distribuídos pela Instituição no endereço: Av. Rui Barbosa, nº 716 – Flamengo – Rio de Janeiro / RJ.

9.51. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

10.1 A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

11.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6 É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7 O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8 O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9 O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.1.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

14.2. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Das indenizações e multas.

14.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.9. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.10. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.11. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.12. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.12.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.12.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.



14.13. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.14. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.14.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.14.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.16. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – REGULARIDADE DA CONTRATADA**

15.1 A CONTRATADA comprovou a regularidade respectiva, conforme consultas ao SICAF, CADIN, CEIS, CNEP e CNJ de xx/xx/2026, acostados em documento SEI/Fiocruz nº [XXXXXXX](#) do processo nº25384.001184/2024-74

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/unidade:25201 / 254447;

II. Fonte de recursos: xxxx;

III. Programa de trabalho/PTRES: xxx;

IV. Elemento de despesa: 33.90.39

V. Plano interno: xxx; e

VI. Nota de empenho: 2026NExxxxxx (documento SEI/Fiocruz nº xxx)

17.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

18.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO**

19.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO**

20.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Foro da Subseção Judiciária da Justiça Federal no Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Rio de Janeiro, xxx de xxxx de 2026.

### **PELA CONTRATANTE**

DR. ANTÔNIO FLÁVIO VITARELLI MEIRELLES

Diretor

Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – IFF / FIOCRUZ

### **PELA CONTRATADA**

xxx

Sócio/Procurador

XXX

### **TESTEMUNHAS**

1 – JEFFERSON GONÇALVES DE ALMEIDA

CPF: 053.\*\*\*.\*\*\*-30

2 – RITA DE CASSIA FREITAS DA SILVA

CPF: 013.\*\*\*.\*\*\*-39

## **AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº xx/2026 - CONTA VINCULADA**

XXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº xxx, sediada na xxxx, [cidade]/[UF], por intermédio de seu representante legal, Sr.(Srª) xxxx (CONTRATADA), para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Pregão Eletrônico nº xx/2026 autoriza:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa xxxx junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia do Instituto Nacional de Saúde da Mulher da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (CONTRATANTE), que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Rio de Janeiro, xx de xxx de 2026.

XXXXXX

Sócio/Procurador

XXXXX



Documento assinado eletronicamente por **Rachel Santos Silva, Assistente Técnico de Gestão em Saúde**, em 30/01/2026, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5863700** e o código CRC **70ABF844**.



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



**IFF**  
INSTITUTO NACIONAL  
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

## ANEXO IV

### Modelo de Proposta Pró-forma

<b>PROCESSO nº 25384.001184/2024-74</b>		<b>PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90011/2025-IFF</b>	
Data da Licitação: 26/02/2026		Hora da Licitação: 09:30 h	
Proponente:			
Endereço Completo:			
Tel:		E-mail:	
CNPJ:		Inscrição estadual:	
Banco:	Agência:	Conta Bancária:	

Descrição do Material	Unidade	Quantidade	VI.Unit.	VI.Total

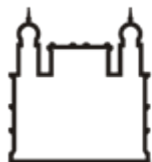
**O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.**  
Em caso de omissão, será considerado o prazo estabelecido neste Edital.

Rio de Janeiro, .... de ..... de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

RG nº

CPF nº



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Boletim de Serviço Eletrônico em 10/06/2024

**COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA Nº 185, de 10 de junho de 2024

A Coordenadora Geral de Administração, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.978 de 01/08/2017 – DOU 02/08/2017,

**RESOLVE:****1. PROPÓSITO**

Art. 1º Estabelecer no âmbito da Fiocruz, as infrações, da praticadas durante os procedimentos licitatórios e os subsequentes à sessão competitiva, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a dosimetria na aplicação da sanção, com dolo ou culpa:

I. O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro e equipe de apoio/Comissão de Licitações durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Fiocruz;

IV. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V. fraudar a licitação.

VI. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

Art. 2º Com base no art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Fiocruz poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. impedimento de licitar e contratar e

III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art.3º Na aplicação das sanções estabelecidas no Art. 2º, desta Portaria serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

I. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

II. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas, quando não se justificar, que impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na forma estabelecida no art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

III. caberá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas em edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, na forma prevista no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

IV. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Art. 4º Com base na [Lei nº 14.133, de 2021](#), poderá ser aplicada aos licitantes e/ou adjudicatários, garantida a prévia defesa, a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até **04(quatro)meses** sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 5º As penas previstas no art. 4º desta portaria, poderão ser substituída por penalidade menos gravosa de **Advertência**, caso o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência de quaisquer condutas tipificadas na presente norma, ocorrido em procedimentos licitatórios e que não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 6º A pena prevista no art. 4º desta portaria, poderá ser **reduzida** em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 7º Deverão ser consideradas e avaliadas as seguintes **atenuantes**:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

d) A penalidade a que se refere ao Art. 4º desta portaria será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se ainda, cumulativamente, que:

- A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

- O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

- O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

Art. 8º A sanção prevista no art. 4º poderá ser **majorada** em 50% (cinquenta por cento), para cada *agravante*, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

a) Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

d) Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 9º Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 60(sessenta)meses, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 10º A aplicação das penas previstas nesta portaria não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração.

Art. 11º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório,

o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 12º No estabelecimento da pena, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nesta portaria. O cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores para majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no caput do Art. 6º para redução da pena.

Art. 13º Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte de todos os editais de licitação na como um de seus Anexos publicados por todas as Unidades da Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação de parecer jurídico da Procuradoria Federal.

Art. 14º A Autoridade Competente formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

## 2. VIGÊNCIA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e REVOGA a Portaria nº 150/2019-Cogead.

**Flávia Silva**  
**Coordenadora Geral de Administração**  
**FIOCRUZ**



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA SILVA, Coordenador(a) Geral de Administração**, em 10/06/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3945213** e o código CRC **8B371FA9**.